

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Roberto Brandão Araújo

**AS RELAÇÕES GEOECONOMICAS SINO-ARGENTINAS SOB O ENFOQUE DA
TEORIA DA DEPENDÊNCIA: Possibilidade e adaptação.**

Belo Horizonte

2016

Roberto Brandão Araújo

**AS RELAÇÕES GEOECONOMICAS SINO-ARGENTINAS SOB O ENFOQUE DA
TEORIA DA DEPENDÊNCIA: Possibilidade e adaptação.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Professor. Dr. Javier A. Vadell

Área de concentração: Desenvolvimento e Desigualdades Internacionais.

Belo Horizonte

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A663r Araújo, Roberto Brandão
As relações geoeconômicas Sino-Argentinas sob o enfoque da teoria da dependência: possibilidade e adaptação. / Roberto Brandão Araújo. Belo Horizonte, 2016.
140 f. : il.

Orientador: Javier Alberto Vadell
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

1. Relações internacionais. 2. China. 3. Argentina. 4. Capitalismo. 5. Relações econômicas exteriores. 6. Acordos internacionais. I. Vadell, Javier Alberto. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 327

Roberto Brandão Araújo

**AS RELAÇÕES GEOECONOMICAS SINO-ARGENTINAS SOB O ENFOQUE DA
TEORIA DA DEPENDÊNCIA: Possibilidade e adaptação.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Javier Alberto Vadell (Orientador) – PUC Minas

Taiane Las Casas Campos – PUC Minas

Alexandre César Cunha Leite - UEPB

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, em especial a minha mãe, pelo apoio incondicional e a ausência, nos momentos certos. Aos colegas da PPGRI, mas nem todos. A amiga Barbara Ferreira Lopes, por desde o início, apoiar, ajudar e auxiliar no aprendizado das Relações Internacionais. Ao amigo Pedro Casas, pela amizade, conselhos e ajuda, em todos os momentos ao longo do curso.

Ao meu professor-orientador Javier Vadell, agradeço pelos ensinamentos, paciência, incentivo e por não desistir, mesmo quando eu já havia o feito. Agradeço aos professores Cristiano, Otávio e Danny pela confiança em me permitir ser estagiário de docência, orientando os alunos da graduação nos TCC's. Experiência rica e válida para o meu currículo acadêmico.

Agradeço ao Professor Délber Lage, meu supervisor por dois anos no estágio em docência, pelos mais diversos ensinamentos sobre as relações internacionais e sobre a docência. Agradeço a todos os meus orientados, por fazerem parte de uma evolução pessoal e de um aprendizado acadêmico.

Aos professores Leonardo Ramos e Fátima Anastasia, pelas contribuições dadas na construção desse trabalho, ao longo dos anos de estudos.

Aos amigos Alex Santana, Bruno Burgarelli, Fernando Braga, Alana Carlech, Antônio Fabrício, Filipe Paim, Eugênio Valadares, Maria Cecília, Clítia Miranda e Marcelo Brandão por, com atos ou palavras, positivas ou negativas, de alguma forma, terem incentivado a conclusão dessa dissertação. Aos colegas professores do Centro Universitário Estácio de Sá, em especial a Renata Furtada, Kadu Mussolini e Cristiano Tolentino, e aos meus coordenadores no curso de Direito.

Agradeço também a todos os meus alunos da gloriosa Polícia Militar de Minas Gerais e do curso de Direito do Centro Universitário Estácio de Sá.

Aos membros do Programa de Pós-Graduação, em especial a Paula e a Bianca, por estarem sempre prontas ao auxílio na parte burocrática da aprendizagem.

RESUMO

Essa dissertação buscou analisar as relações geoeconômicas entre a China e a Argentina sob a ótica da Teoria da Dependência, nas novas releituras e adaptações que essa apresentou nos últimos anos. Como decorre do próprio objeto, o marco teórico foi a Teoria da Dependência, estudada aqui no seu contexto geral, e buscando suas novas releituras, aplicações, adaptações e adequações ao atual sistema capitalista global. A metodologia usada na pesquisa foi de revisão bibliográfica, acompanhada da análise qualitativa das relações geoeconômicas entre a China e a Argentina. Observa-se ao final que a atual releitura da Teoria da Dependência - calcada no atual sistema capitalista e seus contornos financeiros globais, da nova divisão internacional do trabalho e da reprimarização das economias periféricas, com a deterioração dos termos de troca e a dependência de investimentos diretos estrangeiros, a ausência de tecnologia e a incapacidade de agregar valor ao que é produzido na região - mantém as economias periféricas em atraso. Ou seja, o capitalismo na periferia não consegue se desenvolver para competir a nível global, e a burguesia local se associa ao capital internacional, mantendo essa relação de dependência e de super-exploração do trabalho na periferia.

Palavras-chave: Teoria da Dependência; China; Argentina; Relações geoeconômicas; Capitalismo.

ABSTRACT

This dissertation sought to analyze the geoeconomic relations between China and Argentina from the point of view of Dependency Theory, in the new re-readings and adaptations that it presented in recent years. As follows from the object itself, our theoretical framework was the Dependency Theory, studied here in its general context, looking for their new reinterpretations, applications, adaptations and adjustments to the current global capitalist system. The methodology used in the research was a literature review, accompanied by qualitative analysis of the geoeconomic relations between China and Argentina. It is observed at the end of the current reinterpretation of dependency theory - based on the current capitalist system and its global financial contours, from the new international division of labor and the reprimarization of peripheral economies, with the deterioration of terms of trade and dependence on foreign direct investments, the lack of technology and the inability to add value to what is produced in the region - maintain peripheral economies underdeveloped. In other words, capitalism in the periphery cannot develop to compete globally, and the local bourgeoisie associates with international capital, maintaining this relationship of dependency and super-exploitation of labor in the periphery.

Keywords: Dependency Theory; China; Argentina; Geo-economic Relations; Capitalism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A ASCENÇÃO CHINESA E SUAS RELAÇÕES COM A AMÉRICA DO SUL	11
2.1 Ascensão da República Popular da China a condição de ator global e suas consequências no cenário internacional	11
2.2 As relações da RPC com a América Latina – A Economia Geopolítica – Aspectos Gerais	23
2.2.1 <i>A geoeconomia na dinâmica entre as relações entre os países</i>	23
2.2.2 <i>A estratégica geoeconômica Chinesa</i>	25
2.3 As relações entre a China e a América Latina	30
3 DO ESTRUTURALISMO CEPALINO À TEORIA DA DEPENDENCIA	46
3.1 A CEPAL e o pensamento estruturalista dos seus primeiros estudos	47
3.2 A teoria da dependência	56
3.3 As diversificações da teoria da dependência e sua aplicação nas relações geoeconômicas atuais	72
4 AS RELAÇÕES GEOECONÔMICAS ENTRE A RPC E A ARGENTINA SOB O ENFOQUE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA	82
4.1 Contexto histórico e evolução da relação RPC-Argentina até o Governo Macri	82
4.2 As relações geoeconômicas entre a China e a Argentina	92
4.3 As relações entre a RPC e a Argentina: Assimetrias e as diversificações da dependência no atual contexto histórico e econômico	106
5 CONCLUSÃO	116
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124

1 INTRODUÇÃO

Desde 1978 quando Deng Xiaoping implementou as reformas estruturais que determinariam a modernização da economia Chinesa, esse país tem apresentado índices impressionantes de crescimento econômico. Desde então, a China mantém uma taxa de crescimento em média de 10% ao ano e, para alimentar essa ‘máquina’ de crescimento, é necessário uma grande quantidade de matéria prima, alimentos e especialmente, parceiros comerciais.

Em 2001 a República Popular da China ingressa na OMC, aumentando significativamente sua presença no cenário internacional. O crescimento econômico ordenado e com as medidas políticas para evitar que o país ficasse na periferia do sistema capitalista levou a China a se tornar uma potência econômica global, sendo atualmente, a segunda maior economia do mundo.

Diante desse crescimento de sua economia e de uma população cada vez mais urbana e consumidora, a China saiu ao mundo em busca de parceiros comerciais que satisfizessem suas necessidades de bens primários, entre eles o petróleo, commodities, que alavancassem suas indústrias de produção de manufaturados de médio e alto valor agregado. Nessa expansão, a América Latina e o Caribe foram ‘alvo’ da avidez chinesa, que entabulou diversas parcerias com os mais variados países da região.

Desde a década de 2000 a China vem se tornando cada vez mais presente na região latino-americana, aumentando suas relações bilaterais e aprofundando essas relações, proporcionando a alcunha de ‘estratégicas’ e de ‘integrals’ a essas parcerias. No caso latino-americano, cada país tem suas relações com a China dentro de suas peculiaridades históricas e necessidades econômicas vigentes, denotando diferentes consequências dentro desse contexto.

Na esteira do crescimento dessas parcerias e do volume de trocas comerciais, financiamentos, investimentos e da presença cada vez maior da moeda chinesa – o *renminbi* – nos mercados latino-americanos, é preciso analisar o teor dessas relações e suas consequências econômicas, aferindo se de fato, conforme a retórica chinesa, são relações simétricas, com ganhos repartidos para ambos os

países que interagem, ou se há uma assimetria nessas relações, e como elas podem ser analisadas no contexto do atual sistema capitalista globalizado.

No primeiro capítulo, estuda-se a ascensão chinesa desde as reformas de Deo Xiaoping, estabelecendo a contextualização histórica que culminou nessa emergência diante do cenário internacional nos últimos anos, e de como a China se tornou essa grande economia, que está presente de forma cada vez mais intensa no mundo, dentro de suas mais variadas relações bilaterais. Nesse ínterim analisou-se o que são os preceitos geoeconômicos e a estratégica geoeconômica chinesa para o desenvolvimento de sua econômica e a sua relação com os outros países do globo, em especial, aqueles da região latino-americana.

Fecha-se o estudo do primeiro capítulo com o desenvolvimento dessas relações com a América Latina, olvidando de maneira mais ampla, como se deram desde 2001, os entornos dessas relações, sua evolução e consequências para a região. Busca-se analisar as relações comerciais bilaterais, os investimentos diretos estrangeiros e o papel dos Bancos de fomento chineses no que tange aos empréstimos para o investimento em infraestrutura desses países. Busca-se entender como as economias da China e da América Latina responderam a essa relação, dentro das necessidades que cada uma buscou satisfazer.

No segundo capítulo, temos a base teórica que nos ajudará a entender melhor essa relação, analisando se ela consegue ser apta a estudar e explicar esse novo contexto das relações entre a China e a Argentina, especificamente, no atual sistema capitalista globalizado. Após a compreensão da ascensão chinesa e suas relações com a América Latina, estuda-se a Teoria da Dependência.

Para estudá-la, inicialmente têm-se o levantamento histórico de seu surgimento, diferindo-a posteriormente, do estruturalismo cepalino. Para tanto, necessita-se compreender o surgimento da Comissão de Assuntos Econômicos para a América Latina e o Caribe dentro do contexto da década de 1940 e 1950 e a formação de suas primeiras análises sobre o subdesenvolvimento latino-americano, além da necessidade da industrialização da região, para a modernização das relações capitalistas.

Temos então o contexto histórico, político e econômico que surgiu à teoria da dependência, e os seus mais variados enfoques teóricos. Tratando-se de uma teoria advinda de nossos pensadores, que buscavam uma análise do nosso capitalismo incipiente, em uma época político-histórica de guerra-fria, entende-se que as bases

dessa teoria e como ela foi muito importante para a consolidação do pensamento desenvolvimentista latino-americano.

Assim, se queremos corroborar a hipótese que essa teoria – desenvolvida diante dos problemas e necessidades dos países latino-americanos – é capaz de ser utilizada para uma análise acadêmica, no atual contexto das relações entre as economias globalizadas, buscaremos suas atuais releituras e adaptações, tratando-a e ajustando as relações capitalistas globalizadas.

Seguindo nossa pesquisa, haverá então o estudo específico das relações entre a China e a Argentina, passando por uma digressão histórica, mas respeitando nosso corte temporal, relativo à entrada da China na Organização Mundial do Comércio. Parece-nos que é preciso contextualizar historicamente essa relação até o atual governo Macri, para após, mais pormenorizadamente, analisarmos as relações estritamente geoeconômicas, ligadas ao comércio bilateral, investimentos diretos, financiamentos e a entrada da moeda chinesa do país.

Por outro lado entende-se que o contexto histórico deve ser um estudo apartado das relações geoeconômicas, para que aquele nos dê o fundo histórico capaz de nos auxiliar na compreensão da natureza das atuais relações. Desta feita, finalizaremos o último capítulo com a análise dessas relações sob o enfoque da teoria da dependência, dentro de seu atual contexto e das adaptações sofridas, para tentarmos comprovar a importância acadêmica dessa teoria, e de como ela se presta ao estudo contemporâneo dos problemas do capitalismo latino-americano, e em específico, da Argentina.

2 A ASCENÇÃO CHINESA E SUAS RELAÇÕES COM A AMÉRICA DO SUL

Este capítulo tem a finalidade de contextualizar o problema de pesquisa, partindo do ponto base da República Popular da China e sua emergência, ou reemergência no cenário global como um país denominado 'grande potência'. É preciso compreender o processo de ascensão Chinesa no cenário global e delimitar os termos de seu crescimento econômico e sua expansão mundial, assentada na sua necessidade de comércio exterior visando o seu desenvolvimento econômico.

Como efeito natural dessa emergência e expansão, o contato com outros Estado foi se afluando. Na medida em que a China traçava suas estratégias de desenvolvimento econômico - sua busca por matérias primas e novas parcerias - ela atravessou o caminho da América Latina, que no começo dos anos 2000 até os seus meados enfrentava crises econômicas devastadoras, advindas da aplicação de medidas neoliberais do Consenso de Washington.

Assim, busca-se a medida da expansão chinesa como um todo e a sua observação e aproximação mais contundente de cunho estratégico da América Latina e do Caribe. Essas relações são de longa data, porém, as que mais interessam a esse trabalho, são de meados dos anos 2000 em diante, pois mudaram o patamar econômico e de desenvolvimento da América Latina e do Caribe nas mais diversas alianças e diferenças que foram estabelecidas.

O marco temporal estabelecido para o estudo das relações geoeconômicas entre a China e a América Latina atine a entrada da China para a Organização Mundial do Comércio em 2001, sendo que logo após, houve o reconhecimento como 'economia de mercado' por parte de alguns países e em especial a Argentina.

2.1 Ascensão da República Popular da China a condição de ator global e suas consequências no cenário internacional

Imaginar uma ascensão chinesa, em pleno século XX ou XXI, pode nos dar à errônea ideia que a civilização chinesa não esteve nunca à frente de seu tempo, ou não foi uma civilização em destaque ao longo da história mundial, o que não é verdade. A civilização chinesa esteve nos últimos três milênios, entre as mais avançadas do mundo, e a nossa visão sobre a sua atual ascensão leva em

consideração os novos aspectos históricos. Esses aspectos nos remetem a uma gama de variáveis que atendem sistematicamente nossos anseios de análise política e econômica do sistema internacional no pós guerra-fria e, especialmente, após novas crises do capitalismo e o progresso abrupto de alguns países, especialmente a China.

Quando tratamos da China e buscamos o contexto de sua ascensão como 'grande potência' no sistema internacional moderno não podemos deixar de olvidar que, diferente de muitas nações do oeste, a China não foi colonizada tal qual os países latino-americanos. A colonização tem um significado importante na história dos países ocidentais, e mesmo no oriente, o exemplo chinês destoa do que ocorrerá na Indochina e na Índia. Essa consideração sobre o passado é importante, pois a história deixa uma marca forte para o presente. "A modernidade não é um livre produto flutuante sobre o presente, mas uma função do que fora ocorrido na história."¹ (JACQUES, 2009, p. 149. Tradução nossa)

A China começou a adquirir seus contornos modernos há muitos anos atrás. A vitória do Primeiro Império, que marcou o fim dos conflitos entre inúmeros estados chineses, e a Dinastia Qin (221 a 206 A.C) seguida pela Dinastia Han (206 A.C a 220 D.C) expandiram brutalmente o território chinês, dando a ele os contornos quase atuais. Além desse enorme território, uma grande migração interna, improváveis formas de se comunicar e anos de unidade, de uma grande população, aliada a agricultura avançada, deram o subsídio para o estado Chinês se tornar uma potência, mesmo nos tempos remotos. Seguindo, como não poderia deixar de ocorrer, a economia se tornara avançada, com um grande incremento de comércio e papel moeda, e já entre os anos 900 e 1200 D.C, a China já detinha em seu território grandes centros urbanos, como a cidade de Hangzhou, que possuía, há época, quase 7 milhões de habitantes. (JACQUES, 2009.)

Dentro desse contexto histórico, a China já exerceu uma grande influência sobre a Ásia Oriental com um efetivo domínio até a chegada dos europeus, que eram mais desenvolvidos. A cultura chinesa, assentada na filosofia confucionista, teve grande influência no Japão, Coréia e Vietnã. Não obstante, a China criou um sistema de tributação e de delegações diplomáticas – para prestar homenagens - que colaborava para a sua dominação na região. A dinastia Tang foi uma das que

¹Modernity is not a free-floating product of the present, but a function of what has gone before.

melhor soube explorar tanto esse sistema de tributação sobre os liderados quanto às visitas diplomáticas, o que dava a China um grau de superioridade na região. O sistema de tributação e suas instituições foram cruciais para estabelecer uma relação formal entre os Estados e enquanto a China permaneceu forte, houve de certa forma, uma relação estável e pacífica naquela região. O domínio chinês na região perdurou nesse contexto histórico por muitos anos. (BEESON, 2013)

Essa ação chinesa nos seus primórdios tem lastro na forma intelectual histórica que a China observava o mundo, baseada na cosmologia Sinocêntrica. Tal visão é anterior e foi substituída pela visão política e estratégica de Mao. A visão Sinocêntrica, que é pré-confuciana colocava a China era o centro da Civilização e o Imperador era o grande julgador das coisas humanas, sendo que esse governava com força para manter a harmonia e o isolamento geográfico chinês e além disso, como consequência, inspirava esse sentimento de unicidade chinesa. Os limites da civilização eram culturais e distinguiam 'civilizados' de bárbaros. Essa linha tênue entre a civilização do centro e os bárbaros da periferia foi brutalmente reequacionada com o sistema de tributos Chinês que impunha um grau de harmonia hierárquica entre esse micro sistema internacional. O sistema de tributos, que se impunha a periferia não pode ser correlacionado com o que compreendemos como sistema internacional, com uma estabilidade mantida por uma balança de poder ou uma simples relação imperialista. Contudo, foi uma forma que a China teve de se sobrepor em sua região que restou ultrapassada e vencida, no século XIX. (AGNEW, 2010)

Outro aspecto sobre a história da ascensão ou a reascensão chinesa, segundo Shixue (2015) é que, quem primeiro teria chegado a América foi Zheng He, um vendedor Chinês, em 1421. A China passou por longos períodos como a maior economia do mundo nos últimos três mil anos e deteve até o século XV, além da matriz da inovação tecnológica mundial (pólvora, imã, entre outros), a maior renda per capita do mundo até a ascensão europeia, a partir de 1.500. Essa parcimônia e a conquista do posto de uma grande nação nessa parte da história mundial não condizem com a velocidade de sua queda a partir do século XVIII, que pode ser explicado pela Revolução Industrial em suas duas épocas matrizes. (LYRIO, 2010)

A reemergência chinesa segundo Beeson (2013) como uma potência regional e mundial foi resultado de uma série de reformas iniciadas por Deng Xiaoping. Essa expansão, que analisada nos dias de hoje, não se deu por um processo instantâneo

ou de curta duração, foi iniciada em 1978, na terceira sessão plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista, e foi batizada de 'reform and opening'. Através da década de 80 tivemos a 'invited the world in', e nos anos 90, tivemos a firma política do 'going out' e mais genericamente 'going global'². (SHAMBAUGH, 2013)

Quando Deng Xiaoping implementa na República Popular da China de forma profunda as reformas econômicas, sociais e políticas, uma nova China começa a surgir. A partir de então, seu crescimento econômico se dá em média de 10% ao ano, todos os anos. Esse processo culmina em uma China sendo a primeira exportadora de bens do mundo e o segundo importador. É a segunda economia do globo, a maior credora dos Estados Unidos, e o quarto país emissor de investimento estrangeiro direto (IED) (SLIPAK, 2012) Contudo, a internacionalização chinesa era muito incipiente no começo da década de 2000, não tendo se materializado completamente as iniciativas internacionais das organizações chinesas, até meados de 2007. (SHAMBAUGH, 2013)

Para se ter uma ideia objetiva do que representou o governo Deng Xiaoping e a 'revolução' chinesa após 1978, citamos:

Neste período, o PIB apresentou um crescimento real médio anual de 10% — que se compara com uma taxa de 3,7% para o período 1960-1977 —, ao mesmo tempo em que a inflação, na média, foi de 6% ao ano. Esse crescimento foi um dos fatores por trás da gigantesca redução da pobreza. Segundo o PNUD, apenas entre 1990 e 2002, o número de chineses com rendimento abaixo de US\$ 1,00/dia caiu de 490 milhões para 88 milhões. (...)De acordo com dados do PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da China passou de 0,53 em 1975 para 0,78 em 2006. O grau de urbanização também foi impressionante. A população urbana, que representava cerca de 18% do total em 1978, passou a quase 44% em 2006. (NONNENBERG, 2010, p. 201)

Essa metodologia Chinesa para iniciar a sua expansão, ou sua nova expansão — levando em conta o contexto histórico que expusemos — também pode ser vista curiosamente, em outras áreas das relações internacionais. Enquanto membro permanente do Conselho de Segurança da ONU — cuja entrada se deu em 1971- a China usou seu poder de veto apenas quatro vezes em 102 resoluções de 1971 até 2005. Reporta-se que a diplomacia chinesa age mais nos bastidores do que propriamente se propondo as consequências de um veto. Em relação ao FMI e ao Banco Mundial, a China se juntou a elas em 1980, após anos de preparação para

² Traduzindo as expressões temos, 'Abertura e reforma', 'chamando o mundo', 'avançando' e 'tornando-se global' (SHAMBAUGH, 2013, pág 4)

se tornar membro. (NARLIKAR, 2010) Essa perspectiva dá a tônica da parcimônia chinesa nas suas ações e contribuem para dimensionar-se o quanto a entrada e abertura comercial chinesa foi meticulosamente engenhada para que alcançassem o sucesso da sua empreitada.

Em um recente estudo estratégico, Blackwill e Tellis (2015) analisaram essa perspectiva chinesa de empoderamento internacional, baseado na maximização do seu poder interno e na busca pela primazia geopolítica na Ásia Oriental, a partir da Revolução Comunista de 1949. A China, para se rejuvenescer enquanto nação deveria se transformar em uma grande potência e caso tal evento internacional não ocorra, na visão dos chineses, esse rejuvenescimento não estaria incompleto. Tal visão de fortalecimento do Estado Chinês e sua parcimônia em alcançar os objetivos de longo prazo colocam a China no centro da política internacional. Esse rejuvenescimento da China está bem além de sua ascensão geopolítica e a hierarquia internacional, mas principalmente, no fato dos outros países aceitarem sua legitimidade.

Devido ao fato da aquisição de um vasto poder nacional é todavia, muito importante para aumentar o controle chinês sobre sua sociedade e maximizar as capacidades do país perante seus competidores internacionais, Beijing tem possuído quatro específicas armas operacionais desde a revolução – embora os instrumentos utilizados para esse fim tenham variado ao longo do tempo. (BLACKWILL, TELLIS, 2015, p. 8, tradução nossa)³

Dentro desse contexto histórico – remetido a 1949 - a primeira arma usada pela China é a preservação da ordem interna. Baseada no medo do caos, e devido ao sucesso econômico do país, há uma campanha massiva sobre a proteção da soberania e o controle dos interesses internacionais se sobrepondo aos locais, para impedir qualquer tipo de desestabilização ou um furor social. A segunda é a manutenção dos níveis de crescimento econômico, haja vista que esse largo crescimento tem aumentado significativamente os níveis sociais chineses. A terceira e geoestrategicamente mais complexa é a pacificação da sua periferia, podendo gerar sua ‘hegemonia’ periférica, frente aos seus ‘competidores’ regionais, como

³Because the acquisition of comprehensive national power is therefore meant to both increase the Chinese state’s control over its society and maximize the country’s overall capabilities relative to its foreign competitors, Beijing has consistently pursued four specific operational aims since the revolution—though the instruments used to achieve these ends have varied over time.

Coréia e Japão. E a quarta é a elevação do status chinês como um ator central do sistema internacional. Essas quatro diretrizes perfazem como dito pelos autores as quatro armas que foram e continuam sendo usadas após a revolução, mesmo que haja a variação dos instrumentos utilizados. (BLACKWILL & TELLIS, 2015)

Ainda de maneira introdutória dentro das mais variadas análises no fenômeno internacional acerca da China e a visão geopolítica estratégica dessa ascensão, Agnew (2010) infere que essa ascensão chinesa fora da 'era de ouro' do capitalismo ocidental provê um caso interessante para análise de como a geopolítica hegemônica lidará com ela. Para o autor, a China pode ser vista como uma das nações que cumpre sua longa jornada dentro do capitalismo para se tornar uma grande potência ou um fenômeno novo dado o seu passado imperial secular e todas as condições não ocidentais que permeiam essa jornada ascendente. O autor, em seu artigo 'Emerging China and Critical Geopolitics: Between World Politics and Chinese Particularity'⁴ rechaça essas duas visões, tratando a ascensão chinesa não como um processo regular de 'hegemonização'⁵, e nem como algo extremamente novo que vem surgindo ao longo dos últimos anos. Para o autor, as elites chinesas se contrapõem por séculos aos modelos ocidentais, desenvolvendo um paradigma diferenciado de nacionalismo e uma concepção de ordem mundial de uma certa maneira totalitária e baseada na organização atual do sistema internacional. Ressalta ou diferencia que a China não pode ser interpretada como um país implementando uma ação geopolítica inocente, até por que interpretando de maneira histórica, vê-se que a China busca seu lugar no mundo.

Seria muito simplista acreditar que o fenômeno internacional da ascensão chinesa - ainda que somente na análise meramente econômica - fosse algo simples e superficial, advindo de uma brecha que as grandes potências oportunizaram para que aparecessem os 'novos membros no clube'. A geopolítica e todas as suas variáveis, analisando a ascensão chinesa dentro de um quadro global nos últimos anos, como ações estratégicas implicadas a nível internacional e sua assimilação e contra ações chinesas para manter seu crescimento econômico, sua população coesa e sua escalada hegemônica diante da sua periferia e no mundo, nos remetem

⁴Ascensão Chinesa e a Geopolítica Crítica: entre a política mundial e as particularidades chinesas. John Agnew. *Eurasian Geography and Economics*, 2010.

⁵ Haja vista a sua impossibilidade diante do cenário hegemônico mundial no pós-guerra fria, onde os Estados Unidos consolidaram sua hegemonia que não é substituída facilmente, nem em uma forçada análise baseada apenas na variável econômica.

a uma necessária e acurada visão científica estratégica geoeconômica chinesa e suas consequências para o sistema internacional (BLACKWILL & TELLIS, 2015)

A política do 'going out' trouxe resultados, dos quais hoje em dia, não nos propomos a impor dúvidas. Questiona-se a China é um 'ator global' ou uma 'potência global', mas não o fato de sua política expansionista ter sido levada a cabo com sucesso, estando hoje presente em todos os continentes, e em especial na África e na América Latina, como grande parceira. Reconhece-se como precipitada as análises que a China sobreporá os Estados Unidos enquanto potência global, mas não se deixa de considerá-la um ator global importante. (SHAMBAUGH 2013) Ressalte-se a forma da expansão Chinesa e suas peculiaridades, não utilizando do elemento da coação, como outros países em outros tempos, mas sim de uma diplomacia multilateral que lhe permite esses arranjos e essa escalada a nível global. (ALEXANDROFF & COOPER, 2010) "Esse processo de abertura da economia chinesa é extremamente detalhado e tem notáveis consequências⁶" (BEESON 2013, p. 238, tradução nossa) e sem dúvida o que melhor simboliza esse momento e esse novo paradigma chinês é a sua entrada para a OMC em 2002. Esse fato traz novamente a China rumo a uma preponderância regional, além de sua abertura comercial e o início de seu desenvolvimento em termos de crescimento econômico. (BEESON, 2013)

Para Shambaugh (2013) a China não pode ser analisada como uma potência global, a despeito de ter a maior população do mundo, uma grande massa continental, a maior hidrelétrica do mundo, um programa espacial gerenciado, a segunda maior economia, uma grande exército de forças armadas, ser o segundo maior recebedor de investimento direto estrangeiro, ter o maior número de milionários e bilionários e ser a maior produção de bens manufaturados. Trata-se de uma China sendo ator global sem ainda se transformar numa verdadeira potência global.

Na contramão de Shambaugh (2013) esse trabalho analisa a China como potência global, e seu posto no atual centro do capitalismo mundial, baseado na ordem multilateral nos aspectos geoeconômicos que permeiam as relações entre os países. As consequências do 'going global' e do 'going out' chineses afetam diretamente o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, em

⁶The process of 'opening up' the Chinese economy has been extensively detailed, as have its remarkable consequences

especial a Argentina, na década de 2000 em diante. Na nossa análise, a China pode ser tratada como ‘potência global’ e sua estratégia geoeconômica que num primeiro momento alavanca economias solapadas por uma década de implementação de políticas neoliberais, leva, num segundo momento, a uma profunda reprimarização das economias desses países latino-americanos e uma dependência recorrente dos financiamentos e investimentos diretos chineses.

A expansão Chinesa e sua política do ‘going out’ e ‘going global’ levada a cabo desde 1949 pelo Partido Comunista e os líderes chineses estão devidamente estruturadas e estudadas, tendo, efetivamente, mudado as variáveis multilaterais dos atores globais. Tal fato faz com que para os outros países, tenha emergido mais do que um ator global, mas também um ‘modelo’ de estrutura interna que lhe permitiu esse nível de desenvolvimento. (ZHAO, 2010.) Esse modelo tem duas espectros determinantes: o primeiro é uma cópia de elementos da política liberal econômica, como abrir a economia para investimentos domésticos e estrangeiros, permitir flexibilidade das leis laborais, manterem taxas e margem regulatórias baixas, investir em infraestrutura combinando setores estatais e privados; e o segundo, permitir um partido que tenha as rédeas de todo o sistema de governo, forças armadas, entre outros. (ZHAO, 2010)

Muito se debate sobre a posição da China no capitalismo global, seu modelo aplicado e sua gestão estratégica, mas o principal é que, a literatura sobre a ascensão chinesa quando revista, não difere que nos últimos 30 anos o processo de expansão da economia chinesa é real, e sua posição dentro da órbita capitalista não é dinâmica, mas já se encontra estática, haja vista que:

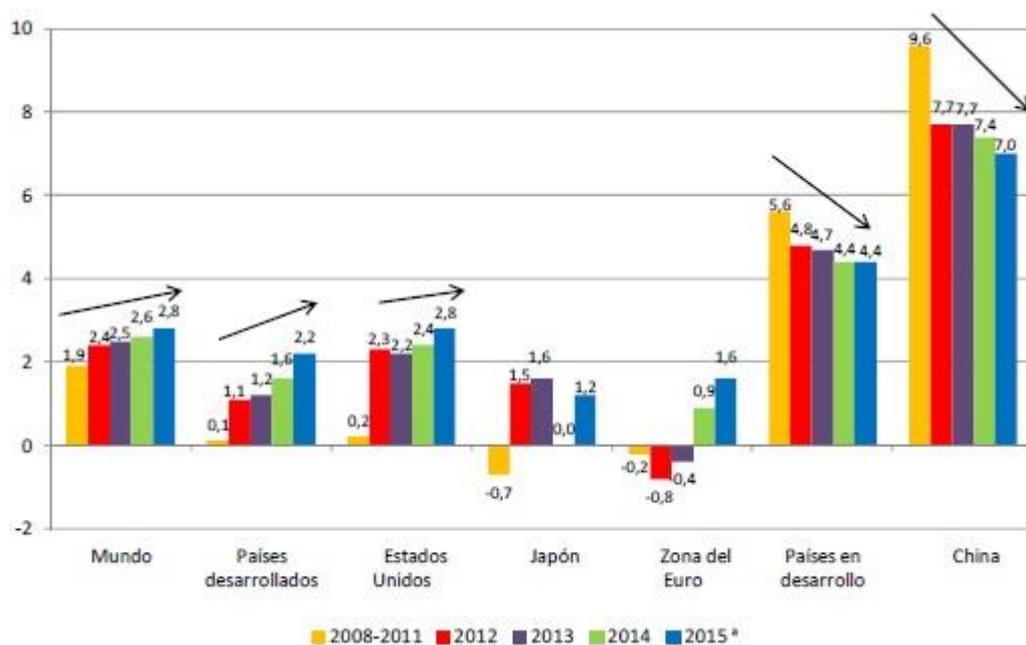
[...] entre o começo das reformas econômicas de Deng Xiaoping entre meados dos anos 70 até 2010, o PIB chinês passou de 1% da economia mundial a 5%, e a sua participação no comércio mundial passou de menos de 1% para aproximadamente 10%.⁷ (RATLIFF, 2012.p. 30, tradução nossa.)

Observaremos no quadro a seguir a taxa de crescimento do PIB Chinês em porcentagem frente a outros países no período de 2008 a 2015. Pode-se notar a diferença substancial com os países desenvolvidos, como o Japão e a zona do euro,

⁷Entre el comienzo de las reformas económicas de Deng Xiaoping a finales de los años 70 y El 2010, El PIB de China pasó de ser menos del 1% de La economía mundial a más Del 5%. Y su participación em el comercio mundial pasó de ser menos del 1% a aproximadamente em 10%.

ao passo que, os países em desenvolvimento têm um crescimento menor que a China, porém maior do que essas áreas. Mas os dois têm em comum o decréscimo, desde 2008, frente ao crescimento das outras regiões. Esse decréscimo Chinês, faz parte da política chinesa de redução do crescimento, dentro do seu projeto de longo prazo.

Gráfico 1 – Regiões e Países Selecionados – Crescimento do PIB de 2008 a 2015. (Em porcentagem)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)

A expansão chinesa e sua saída (going out) trouxe impactos diretos na rede de comércio e investimentos global tanto quanto nos estudos a respeito desse fenômeno. A RPC, “potência mundial e ator das novas mudanças geopolíticas e geoestratégicas no sec. XXI tem-se tornado um motor econômico global, crescendo a uma taxa de mais de 9.5% em média nas últimas duas décadas.” (VADELL, 2011, p. 58.)

“Presente em todos os mercados, ela acumula excedentes comerciais consideráveis que lhe outorgam poder financeiro global. É capaz de investir no exterior e de emprestar dinheiro: seu crescimento, por enquanto extenso, consome tudo: energia e minerais de todos os tipos.” (BENACHENHOU, 2103, p. 23)

A economia chinesa portanto contribui ao PIB Mundial impedindo um decréscimo da economia global e tal impulsionamento tem diretamente, impacto nas

relações com a América Latina e Caribe, que muito lucraram e cresceram no período no arremedo Chinês. (ROSALES & KUWAYAMA, 2012) Beeson (2013) faz uma análise otimista do ‘surgimento chinês’ dos últimos 30 anos. Segundo ele, dentre as várias análises das transformações chinesas que a academia produz, uma das mais importantes trata da possibilidade assentada em variáveis que a China tem de transpassar seu estado de ‘ator global’ como salienta Shambaugh (2013) para ‘potência global’, com um impacto sobre a economia mundial e o sistema capitalista internacional.

Na verdade, não é muito fantasioso sugerir que a essa transformação que ocorreu na China em pouco mais de três décadas pode vir a ser comprovada como a mais importante conjunto de transformações interconectadas econômica, política, e social e estrategicamente no processo de história do planeta. Mesmo se for horrivelmente mal, - o que não é de todo impossível - tudo o que acontece na China irá, como Napoleão havia previsto, implicar em uma agitação em todo mundo. (Beeson, 2013, p. 233, tradução nossa)⁸

O Impacto Global da ascensão Chinesa é cada vez mais sentido em cada Continente, em muitas Instituições e em muitas questões de ordem global. Por várias formas a China é hoje a segunda maior potência do mundo, atrás dos Estados Unidos e sua economia está passível de superar a Americana em meados de 2025. (SHAMBAUGH, 2013) Esse crescimento Chinês:

“e sua expansão valorizaram os produtos produzidos na periferia, fato que aumentou o poder de barganha dos países da América Latina e da África na divisão internacional do trabalho.” (VADELL, 2011, p. 58)

O desenvolvimento econômico Chinês e a busca da satisfação da sua população tornando-a consumidora nos fazem dinamizarmos outra análise sobre a China, acerca do crescimento daquela. Desenvolver, não é uma opção para a China, mas um desafio de quem tem um crescimento absurdo populacional perante outros países. A população economicamente ativa e a parcela da população se inserindo

⁸Indeed, it is not too fanciful to suggest that the transformation that has occurred in China in little more than three decades may prove to be the most important set of interconnected economic, political, social and strategic processes in the history of the planet. Even if it all goes badly wrong—which is not at all impossible—whatever happens in China will, as Napoleon famously predicted, have truly world-shaking ramifications.

no mercado consumidor impactam diretamente no crescimento Chinês e diretamente na sua busca por relações econômicas e comerciais com a América Latina e Caribe. Seguimos assim com o gráfico do crescimento da população Chinesa:

Tabela 1 – Crescimento da população 2000-2050:

Regiones y países seleccionados: crecimiento de la población, 2000-2050
(En millones de personas y tasas de crecimiento anualizadas)

	2000	2010	2020	2030	2040	2050	TC 2010-2050
América Latina y el Caribe	521,2	589,6	645,5	689,9	718,0	729,2	0,5
Caribe	34,7	38,1	41,2	43,8	45,6	46,5	0,5
Centroamérica	35,4	42,2	49,6	56,9	63,0	67,9	1,2
Cono Sur	235,1	263,2	283,2	296,3	302,8	303,2	0,4
México	99,0	110,7	120,1	127,5	132,1	133,3	0,5
Países andinos	110,8	128,6	145,6	160,3	171,6	179,0	0,8
Asia	3 032,2	3 368,0	3 661,2	3 857,5	3 959,2	3 979,8	0,4
Asia oriental ^a	1 472,4	1 564,0	1 640,4	1 666,4	1 649,8	1 600,0	0,1
China	1 267,0	1 354,1	1 431,2	1 462,5	1 455,1	1 417,0	0,1
Japón	126,7	127,0	123,7	117,4	109,8	101,7	-0,6
República de Corea	46,4	48,5	49,5	49,1	47,3	44,1	-0,2
Asia sudoriental ^b	517,2	589,6	653,5	706,5	744,7	766,0	0,7
India	1 042,6	1 214,5	1 367,2	1 484,6	1 564,8	1 613,8	0,7
Estados Unidos	287,8	317,6	346,2	370,0	388,9	403,9	0,6
Unión Europea	481,2	497,5	505,3	505,6	501,4	493,9	0,0
Mundo	6 115,4	6 908,7	7 674,8	8 308,9	8 801,2	9 150,0	0,7
Participación de Asia en total mundial	49,6	48,8	47,7	46,4	45,0	43,5	...

Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de Naciones Unidas, *World Population Prospects*, revisión 2008.

^a Incluye a China, Hong Kong (Región Administrativa Especial de China), Japón, Mongolia, la Región Administrativa Especial de Macao, la República de Corea y la República Popular Democrática de Corea.

^b Incluye a Brunei Darussalam, Camboya, Filipinas, Indonesia, Malasia, Myanmar, la República Democrática Popular Lao, Singapur, Tailandia, Timor-Leste y Viet Nam.

Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL.

O crescimento e o desenvolvimento da China em escalas marcantes nos últimos anos têm levado o país a uma corrida ao petróleo e outros recursos, além de soja e óleo de soja, e com um acúmulo considerável de dólares que permite a seus Bancos de Desenvolvimento investir no mundo todo, seus investimentos diretos e empréstimos com garantias em petróleo têm aumentado cada vez mais, além de outras condicionantes como a compra de vagões de Trem por parte da Argentina. (SLIPAK, 2012)

A China tem se alinhado com os países do eixo do Sul, em especial, os países latino-americanos, onde busca associações para garantir o fornecimento de matérias-primas e um mercado consumidor para seus produtos manufaturados de médio e alto valor agregado. Ocorre que, nos últimos anos, a maioria dos países latino-americanos que se associou a China tem enfrentado uma reprimarização de suas economias, além de seguidos déficits comerciais advindos da deterioração dos

termos de trocas, isso sem falar na dependência dos financiamentos chineses (IED) sempre lastreados no fornecimento de commodities.

Para compreender melhor as relações geoeconômicas chinesas com outras regiões e até mesmo esse crescimento chinês das últimas décadas, é preciso entender a importância do setor público na China. “Sobre o comando do Partido Comunista Chinês, a relação entre o governo central, províncias, cidades, municipalidades e condados é dominada por consolidadas interações institucionais⁹.” (PETERS, 2015, p. 5, tradução nossa.) Esse arranjo político, em especial a competição que o Partido permite aos atores internos faz com que a China moderna se diferencie de outras grandes economias. O setor público na China é responsável por 50% do PIB do país e desenvolve estratégias de curto, médio e longo prazo, sendo determinante no desenvolvimento de tecnologia e no avanço nas mais diversas áreas, como agricultura e setores bancários. (PETERS, 2015)

Para Jacques (2009) é inquestionável a emergência chinesa e sua liderança nessa nova ordem global capitalista. Regionalmente a China se tornou o centro da Ásia, sendo um parceiro e grande mercado para todos os países da região. Muito se fala sobre o impacto desse protagonismo chinês em termos políticos, diplomáticos e ambientais, e sua ascensão como grande potência sem a força militar como pano de fundo. A China já em 2009, estava sendo observada com cuidado pelo mundo e sua influência era perceptível de maneira objetiva, dominando noticiários, estudos, universidades e ‘policymakers’. A China então tornou-se a ‘fábrica’ do mundo e com seus baixos custos de produção e baixos preços, fez-se mundialmente conhecida. Muitas indústrias migraram para a China e como consequência, a busca por produtos primários aumentava cada vez mais. Nesse mapa é que se enquadra a América Latina, como fornecedora desses produtos e receptora de investimentos.

Essa base industrial-exportadora, financiada inicialmente por investimentos diretos estrangeiros é uma orientação do governo Chinês que não se deixou levar pelos exemplos neoliberais da região. A dimensão geográfica e populacional chinesa ajudaram a manter essa ‘fábrica’ funcionando e principalmente, segura, com

⁹Under the leadership of the Chinese Communist Party, the relationship between the central government, provinces, cities, municipalities, and counties is dominated by consolidated institutional interactions.

aspirações próprias, e com uma rede institucional e governamental, inclusive bancária e acadêmica para garantir o seu desenvolvimento. (ARRIGHI, 2007)

2.2 As relações da RPC com a América Latina – A Economia Geopolítica – Aspectos Gerais

2.2.1 A geoeconomia na dinâmica entre as relações entre os países

A Geoeconomia tem se tornado importante na análise das relações entre os países, não por fazer um contraponto, mas por complementar a análise geopolítica. A geopolítica foca nas relações de poder e na estabilidade e transições acerca desse poder, numa relação mais estatocêntrica, que envolve a forma que os países buscam elevar o seu poder no sistema internacional. Já a Geoeconomia, trata da globalização dos mercados e as ações empresariais, focando na concorrência entre os países, pois trabalha com os fluxos de alcance planetário. O foco na ‘ausência’ de fronteiras e na transnacionalização do capital, essenciais ao entendimento da geoeconomia, nos revela uma constância da ação entre os atores geopolíticos e os atores geoeconômicos, agindo em conjunto na expansão de poder e capital. (BARTON, 1998)

Assim, pode-se dizer que a geoeconomia é um ramo oriundo da geopolítica, mas que trata dos mercados financeiros e das negociações comerciais entre os países, dando um enfoque e com consequências no cenário geográfico. A geopolítica se preocupa com as decisões relativas ao poder dos Estados, enquanto a geoeconomia nos fatores produtivos e de crescimento, além da rentabilidade e das transações internacionais, não obstante também, os investimentos externos em outros países, todas essas, práticas constantes da República Popular da China nos últimos anos, com a sua expansão. Quando pensamos na atuação da China, frente à América Latina e Caribe, não apenas a geopolítica nos salta aos olhos, como, principalmente, os preceitos geoeconômicos. (PLAZAS, 2011)

Segundo (PLAZAS, 2011, p. 9):

Bajo esta nueva mirada los mapas económicos toman nuevas relevancias y se hace fundamental observar que la geoeconómica mundial se enfoca en observar los escenarios de países o regiones donde el crecimiento económico y las facilidades para realizar negocios en marcos jurídicos estables y socialmente promisorios vienen a ser los factores de una nueva geografía “invisible”, que resalta como picos de montaña a aquellos países que prometen buenos dividendos a los inversionistas ávidos de tasas de retorno que em las allanadas economías desarrolladas no parecen percibir, al menos, durante los próximos 4 años.¹⁰

A gênese do estudo da geoeconomia vem de fato da geopolítica na medida em que esta veio estudar o espaço, o tempo, as políticas, o poder e as economias. Assim, “os países com rendimentos econômicos marcantes aumentam sua importância geográfica dentro do mapa mundial¹¹ [...]” (PLAZAS, 2011, p. 10, tradução nossa) É um outro aspecto da geografia que interfere diretamente no sistema internacional, mas dentro de razões econômicas, elencando países e economias propensas a receberem investimentos e parcerias comerciais pelo seu potencial de gerar dividendos em curto prazo. Em geral são economias emergentes, que necessitam desses investimentos e ao mesmo tempo geram esse retorno de curto prazo. Temos assim, aspectos globais e geográficos determinados pela capacidade macroeconômica e pela rentabilidade econômica internacional.

Geoeconomia pode ser vista como “uma relação entre a política econômica e a mudança no poder nacional e a geopolítica, ou em outras palavras, as consequências geopolíticas do fenômeno econômico, ou as consequências econômicas e os aspectos geopolíticos do poder nacional¹²”. (BARU, 2012, p. 2, tradução nossa) Nesse conceito temos as implicações entre os aspectos econômicos, geopolíticos e de poder de uma nação, ressaltando esse tripé da geoeconomia que assenta muito bem no objeto dessa pesquisa que é o fenômeno China e suas correlações com a América Latina, em especial, a Argentina. (BARU, 2012)

¹⁰Sobre esse novo enfoque, os mapas econômicos tomam novas relevâncias e temos que observar que a geoeconomia mundial tem como enfoque observar os cenários de países e regiões onde o crescimento econômico e as facilidades para realizar negócios com marcos jurídicos estáveis e socialmente promissores serão os fatores de uma nova geografia invisível, que tem como “picos da montanha” aqueles países que promovem bons dividendos aos investidores ávidos por taxas de retorno que não terão semelhantes nas economias desenvolvidas e que não poderão tê-las, nos próximos 4 anos. (tradução nossa)

¹¹[...] los países com rendimientos macroeconómicos sobresaliente se levam su relieve geográfico dentro de um mapa mundi global [...].

¹²[...] as the relationship between economic policy and change on national power and geo-politics - in other words, the geopolitical consequences of economic phenomenon, or, as the economic consequences of geopolitical trends and national power.

A Geoeconomia tem suas primeiras acepções durante a guerra fria, mas ainda, sem se impor ou mesmo contrapor a importância da geopolítica na definição do poder dentro do sistema internacional. As capacidades materiais, especialmente as militares, são determinantes para o jogo político internacional, mas ao mesmo tempo, grandes empresas e corporações, e o incipiente teor de globalização vão cercando e delimitando as ações dos países no cenário internacional. A ‘queda’ do regime soviético foi o fenômeno geoeconômico mais importante do pós-guerra e assim, dentro desse cenário geopolítico do declínio da União Soviética e suas consequências econômicas, advém à preocupação com a maximização da economia japonesa. A resposta europeia a emergência japonesa – comparável à chinesa nos anos 2000 – foi o mercado único. (BARU, 2012)

2.2.2 A estratégica geoeconômica Chinesa

Dentro dessa leitura sobre a geoeconomia – já devidamente conceituada no tópico anterior - e o decorrer dos acontecimentos que a tornaram cada vez mais importante no cenário internacional, passamos a ver a emergência chinesa nos anos 2000, delineada em estratégias não apenas geopolíticas, mas também, com traços geoeconômicos marcantes e bem estruturados. A estratégia geoeconômica chinesa, começou a redefinir os aspectos da economia mundial nos meados dos anos 2000 e segue gerando prospecções para o futuro. Quando pensamos em investimento em infraestrutura de outros países, financiamento e trocas comerciais, não imaginamos um motor mundial, nos últimos anos, que não a China.

Essa leitura se encaixa bem nos aspectos pragmáticos chineses na América Latina, que não estão apenas no enfoque geopolítico, mas também, na busca de parceiros rentáveis para seus investimentos e de suas empresas estatais. A geoeconomia da China possui cinco chaves: troca, investimento, finanças, internacionalização da moeda chinesa e acordos de infraestrutura. E sendo o crescimento e a ascensão chinesa tão gigantesca nas últimas décadas, esse eixo geoeconômico tem mudado a estrutura econômica de muitas regiões, e no caso em questão, da América Latina. Podemos exemplificar com estratégia chinesa na Ásia denominada ‘One belt, one Road,’ que investiu mais de 160 bilhões de dólares entre 2009 e 2013 e que prevê acordos adicionais sempre em vultosos montantes, nos

países da região. (LEONARD, 2016) De fato, o fator geoeconômico é muito marcante na estratégia de desenvolvimento chinesa, e os investimentos chineses permanecem e aumentam, mesmo com todo o contexto da crise global e, com a eventual redução das taxas de crescimento chinesa.

A ação geoeconômica chinesa é global, mas tem se intensificado nas últimas décadas, na América Latina, África, Sul da Ásia e Oriente Médio. América Latina e África têm sido grandes receptores de investimentos diretos chineses e fornecedores de commodities (e com grande interferência no desenvolvimento econômico da região, mesmo no pós crise de 2008); o Paquistão segue como um grande aliado para a China se estabelecer como uma nação emergente no quadro asiático e o Oriente Médio têm na China uma alternativa a hegemonia americana. Obviamente, a estratégia e as ações geoeconômicas chinesas não passariam sem uma resposta da Europa e Estados Unidos. Enquanto a Europa tenta uma aproximação econômica, buscando investimentos chineses, os Estados Unidos traçam uma estratégia de competição, como a parceria transpacífica. (LEONARD, 2016)

Há o questionamento, contudo, das vantagens e desvantagens (ou ganhadores e perdedores) no que eles denominaram “ordem chinacêntrica¹³” (LEONARD, 2016, p, 5, tradução nossa.), enumerando como grande ganhadora dessa política de expansão econômica chinesa, a própria China, porém, expondo as vantagens para aqueles que recebem os investimentos diretos chineses e de infraestrutura. Como perdedores, Japão, que perde mercado no Sul da Ásia, e a Rússia, que perde ‘terreno’ na Ásia Central e a Índia, que vê o Paquistão, Bangladesh e o Sri Lanka cada vez mais próximos economicamente de Beijing. (LEONARD, 2016)

A questão que se impõe de maneira drástica é a influência que a parceria transpacífica poderá implicar para o mercado e as aspirações chinesas. Contudo, o que vemos cada vez mais são as empresas, mesmo as europeias, se adaptando ao padrão chinês de negócios e ao mercado chinês. A ascensão geoeconômica Chinesa de fato alterou o cenário geoeconômico mundial, criando, de certa forma, uma dependência do desenvolvimento chinês, em face de ausência de alternativas econômicas rentáveis aos grandes mercados. A questão que ainda permanece é a

¹³ China-centric order.

dúvida com relação ao futuro desse desenvolvimento chinês e seus impactos na ordem geoeconômica mundial. (LEONARD, 2016)

A ação geoeconômica chinesa advém do fato da China ter hoje a segunda maior economia no mundo e suas alianças e a aplicação de sua estratégia geoeconômica faz com que, crises econômicas ou financeiras na China acabem gerando impactos em escala global. Sendo assim, traçamos os principais eixos da estratégia geoeconômica chinesa, estudada pelo Fórum Econômico Mundial. No que tange ao comércio, a China mantém hoje relações comerciais com mais de 130 países no globo, sendo a principal parceira comercial de muitos deles, e como maior produtora de produtos manufaturados no mundo, impulsiona tanto a economia regional da Ásia, quanto a economia mundial. (XINBO, 2016) De fato, a China é hoje responsável por 50% do crescimento econômico da Ásia, sendo o principal motor da economia da região. (XINBO, 2016, p.7) No que diz respeito ao investimento, a China é a terceira maior investidora estrangeira em outros países, do mundo. Seus investimentos diretos em outras economias, geram emprego e crescimento, e além de ajudar os países receptores, aumentam cada vez mais seu poder geoeconômico. Mesmo perdendo para Japão e Estados Unidos, essa posição faz com que a China desponte no cenário mundial, com seus investimentos diretos. (XINBO, 2016)

Figura 1 – Investimento Direito Estrangeiro – 2005 – 2015.
(Milhões de dólares e porcentagem)

FDI flows	2005–2007 (Pre-crisis annual average)	2012	2013	2014	2015	as a percentage of gross fixed capital formation			
						2005–2007 (Pre-crisis annual average)	2013	2014	2015
China									
Inward	76 214	121 080	123 911	128 500	135 610	6.9	2.9	2.8	3.0
Outward	18 800	87 804	107 844	123 120	127 560	1.7	2.5	2.7	2.8
Memorandum									
India									
Inward	17 766	24 196	28 199	34 582	44 208	5.6	4.8	5.5	7.0
Outward	11 501	8 486	1 679	11 783	7 501	3.6	0.3	1.9	1.2
United States									
Inward	185 953	188 427	211 501	106 614	379 894	6.0	6.6	3.2	10.8
Outward	211 035	318 197	307 927	316 549	299 969	6.8	9.7	9.4	8.5
East Asia									
Inward	139 077	213 191	221 577	258 407	322 144	8.9	4.6	5.0	6.3
Outward	86 847	216 158	233 229	289 766	226 070	5.6	4.8	5.6	4.4
Developing Asia									
Inward	291 793	409 553	431 412	467 935	540 722	11.0	6.2	6.3	7.4
Outward	159 497	302 354	358 862	397 568	331 825	6.0	5.2	5.4	4.6
Developing economies *									
Inward	420 086	658 774	662 406	698 494	764 670	11.8	7.6	7.6	8.7
Outward	194 923	357 844	408 886	445 579	377 938	5.5	4.7	4.9	4.3
World *									
Inward	1 418 164	1 510 918	1 427 181	1 276 999	1 762 155	11.6	7.8	6.7	9.9
Outward	1 445 276	1 308 820	1 310 618	1 318 470	1 474 242	11.8	7.2	7.0	8.3

Fonte: Nações Unidas (ONU)

Podemos observar no quadro acima o aumento tanto na recepção de investimentos quanto na projeção externa desses em outros países. Em termos concretos, ainda bem inferiores aos Estados Unidos, mas em termos relativos, em pleno crescimento não apenas como receptora, mas como investidora.

A China vem investindo pesados nas suas instituições financeiras, como o Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) e o BRICS New Development Bank (NBD) onde a China investe e determina as regras para os seus investimentos, o que também, numa escala global, aumenta seu poder geoeconômico. Os financiamentos dos Bancos Chineses têm sido fundamentais para os países latino-americanos, pois, além de financiar projetos de infraestrutura são feitos mesmo a países de alto risco.¹⁴ Há também a internacionalização do Renminbi (RMB) e pode-se notar que a China tem cada vez mais assinado parcerias para a troca direta por RMB que é a sua moeda. Desde 2009 a China vem implementando a estratégia de internacionalização de sua moeda fazendo os acordos comerciais com base nela, nos países já pré-acordados. (XINBO, 2016) Essa internacionalização do RMB vem inferindo notavelmente nas relações de comércio e nos financiamentos chineses.

São vários os níveis de análise quando nos referimos às relações da China com outras regiões ou países individualmente. Há a análise geopolítica de raiz estatocêntrica, na medida em que o Governo Chinês tem diversos acordos bilaterais com demais países em áreas como a militar, nuclear e outras afetas aos Estados e sua prospecção de poder. Há a análise que envolve as empresas Chinesas (que tem natureza estatal, mas também possuem sócios), os Bancos de Desenvolvimento Chinês e as empresas e Instituições de outros países. Quando centramos essa análise a partir dos anos 2000 e 2001, momento que a China adere a OMC e passa a ser reconhecida como economia de mercado por alguns países, passamos a ver

¹⁴Bancos como o CDB e o Banco Ex-Im da China seguem orientações para o fortalecimento da indústria chinesa. Enquanto o CDB dá suporte as políticas macroeconômicas da China, focalizando em áreas de desenvolvimento como: energia elétrica, construção de ferrovias, telecomunicações, petróleo e petroquímica; o 'Ex-Im' desempenha um papel de facilitação na importação e exportação de produtos chineses. Desde a década de 2000 o governo Chinês proporciona que seus Bancos de fomento emprestem e invistam em outros países, e que faz parte da estratégia geoeconômica Chinesa, pois os empréstimos tem lastro no fornecimento de petróleo e outras commodities e além disso, garantem a indústria Chinesa maiores taxas de exportação a esses países. (GALLAGHER, IRWIN e KOLESKI, 2013)

claramente seu desenvolvimento e seu crescimento econômico monstruoso, impulsionando muitas economias mas, sem nunca abandonar seu eixo estratégico geoeconômico e geopolítico.

A busca por novos parceiros comerciais, os investimentos diretos e em infraestrutura na África e América Latina, os empréstimos por commodities e as relações comerciais buscando produtos primários em larga escala e pagando preços acima da média de mercado são a tônica chinesa da década de 2000. Em um primeiro momento essa tônica vai impulsionar economias emergentes, como a Argentina, e depois, se mostrar indiferente economicamente para a periferia, mas ao mesmo tempo, única alternativa para a infraestrutura desses países.

Desde a década de 2000, a China impulsionou-se como nunca no cenário econômico global, tornando-se não apenas uma potência emergente, mas também, ocupando o centro do capitalismo global. Como já expusemos no ponto sobre a ascensão Chinesa, desde sua reemergência no cenário global, crescendo economicamente a níveis superiores a 10% ao ano, a China acabou se tornando a segunda maior econômica do globo. É a terceira maior investidora direta em outros países, a maior importadora de commodities, o que substancialmente, ligada a outros investimentos e empréstimos, impulsionou uma série de economias emergentes. Tornou-se uma grande parceira comercial e exportadora de bens manufaturados, e de fato, tem um papel fundamental na economia mundial. (YUEH, 2012)

Desde 2008, contudo, a China busca se rebalancear após a crise, adaptar-se a economia mundial depois daquela e voltar a crescer nos níveis anteriores, já que vem crescendo em média 8% ao ano. Níveis que segundo HOFMAN (2016), o Presidente Xi Jinping anunciou como o 'novo normal'.¹⁵ Portanto, esse crescimento exacerbado das últimas décadas culminaria na necessidade de sua desaceleração, pois, muito baseada no consumo de energia, fabricação e exportação, gerou desequilíbrios sociais e ambientais graves. Assim, há a necessidade de aumentar o consumo interno e o setor de serviços, gerando novamente um crescimento, mesmo que lento, em curto prazo. (HOFMAN, 2016)

¹⁵No relatório do Fórum Econômico Mundial, Bert Hofman, Diretor do Banco Mundial, explica essa declaração do Presidente Xi Jinping, de que, esse “novo normal ‘seria um crescimento mais lento da economia, porém com maior qualidade e com sustentabilidade para mudanças econômicas’”. (Hofman, 2012. Pág 9)

Tais modificações começam a aparecer no cenário Chinês, e como vimos no primeiro tópico, às políticas e as alterações e novas implementações políticas na China tem uma grande propensão futura, na medida em que o país aguarda e aplica preceitos de resultados em longo prazo, sabendo se estabelecer e sustentar essas alterações. Há a expectativa que até 2020 o setor de serviços ultrapasse a produção de manufaturas no PIB Chinês, e desta feita, espera-se que a China programe as reformas do setor financeiro e de crédito, aumentando a demanda interna e a produtividade, e reformas agrárias no sentido de impulsionar a agricultura. (HOFMAN, 2016)

Ver-se-á, brevemente, um período de transição da estratégia geoeconômica chinesa, partindo de uma necessidade de mudanças nas políticas econômicas para garantir um crescimento contínuo e sustentável. As prospecções começarão a ganhar corpo nos próximos anos, e não tratamos aqui de analisá-las e nem de prever impactos sobre as relações com a América Latina, até mesmo por que, houve uma recente rodada de acordos bilaterais com os países latino-americanos e a promessa de mais investimentos na região. Contudo, dentro do aspecto da geoeconomia chinesa, é importante ressaltar seus patamares e o que ela representou ao longo das última década, seus impactos e seus marcos estratégicos, o que nos permite identificar com maior precisão, como se deu a implementação dessas políticas e dessas estratégias na região nos últimos anos. Passamos assim, a uma análise geral das relações da República Popular Chinesa com a América Latina, dentro do eixo geoeconômico.

2.3 As relações entre a China e a América Latina

O remonte histórico das relações da China com a América Latina perpassa os dez mil anos, datando dos povos asiáticos que migraram para a América Latina pelo estreito de Bering. Além disso, alguns historiadores defendem a tese de que a América teria sido descoberta por uma grande frota da dinastia Ming, do Almirante Zheng He. Posteriormente no século XIX, houve um intenso fluxo migratório dos 'coolies' para substituir a mão de obra escrava, e o maltrato sofrido por eles, forçou a Dinastia Qing a buscar as primeiras relações formais com os países da América Latina. A partir de 1945 muitos países latino-americanos estabeleceram suas relações formais com a China, dentro dos laços políticos e diplomáticos.

Posteriormente, com a vitória dos comunistas sobre os nacionalistas, em 1949, houve as relações culturais e político-militares, até a transição para o período geoeconômico dos anos 2000. (RATLIFF, 2012)

Dentro da perspectiva da ascensão Chinesa e da sua estratégia geoeconômica, a América Latina emerge nesse cenário como uma região essencial para as aspirações geoeconômicas chinesas, que iniciam-se em meados dos anos 2000 e ganham força a cada ano, até a divulgação do documento oficial do Governo Chinês acerca das políticas Chinesas para a América Latina, em novembro de 2008. (CHINA, 2008) Dentro dessa teia de relações geoeconômicas, interessa mais as que advêm dos anos 2001 em diante, depois que a China adentrou a OMC, e de fato, se inseriu marcadamente no comércio internacional.

Segundo Vadell (2011) as relações entre a China e os países latino-americanos são anteriores ao marco dos anos 2000, contudo, eram relações mais políticas e diplomáticas, envolvendo a questão do reconhecimento da China em detrimento de Taiwan e pleitos como o da Argentina, em relação às Ilhas Malvinas, por exemplo. Elas se tornam mais geoeconômicas, e se intensificam a partir dos anos 2001 e 2002, quando da visita estratégica do presidente chinês Hu Jintao e seu Vice Zeng Qinhong, estabelecendo uma série de acordos estratégicos entre os mais diversos países e a China, delineados pelas estratégias geoeconômicas chinesas, especialmente as relativas ao comércio e investimentos diretos. Seguindo a leitura de Vadell (2011) não devemos descartar ou esquecer dos desdobramentos políticos dessas novas relações geoeconômicas, como a relação com os Estados Unidos e a região (América Latina) e o rápido crescimento econômico graças elevação dos preços pagos pela China pelas commodities e o volume do comércio entre o país e os países latino-americanos.

A importância dessas relações, que se tornariam parcerias, e marcadamente, algumas delas, 'parcerias estratégicas'¹⁶, pode ser notada nas relações diplomáticas e na visita dos dirigentes chineses aos países latino-americanos. Desde 2000, foram 31 visitas regulares de presidentes chineses e primeiros-ministros aos países latino-americanos. Os principais destinos são o Brasil (seis visitas), seguidos por Argentina, Chile e Cuba. As visitas bilaterais são sempre palco de múltiplos acordos

¹⁶ Segundo Shixue (2015) 'parceria' é para os chineses a palavra que descreve uma relação próxima com outras nações e o fato de serem estratégicas remete a estabilidade que elas devem abarcar em seus termos.

envolvendo o governo e as instituições chinesas, com governos latino-americanos, sempre observados de perto pelo empresariado local. A China ainda se tornou observadora permanente da Organização dos Estados Americanos em 2004, e membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento em 2009, além de sua participação efetiva e crescente na CEPAL. (PETERS, 2015) Sobre as visitas:

[...] as mais importantes dos maiores dirigentes chineses a América Latina foram: (I) O presidente Jiang Zemin ao Chile, Argentina, Brasil, Cuba, Uruguai e Venezuela em abril de 2001, e logo ao México em 2002; (II) A caravana do presidente Hu Jintao com seus funcionários e homens de negócio ao Brasil, Argentina e Chile em 2004, e a Costa Rica, Peru e Cuba em 2008, que culminaram na Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), e ao Brasil em 2010; (III) o vice-presidente Xi Jinping – como sucessor de Hu e como Secretário Geral do Partido Comunista Chinês em 2012 e como Presidente em 2013 - , visitando Jamaica, México, Colômbia, Venezuela e Brasil em fevereiro de 2009, e Cuba, Chile e Uruguai em 2011. As relações comerciais passaram de 12,6 bilhões de dólares em 2000 para 180 bilhões de dólares em 2010. (RATLIFF, 2012, p. 39, tradução nossa)¹⁷

Em novembro de 2008 a China torna publico (como já havia feito para a Europa em 2003 e para a África em 2006) via documento oficial ('white paper') a estratégia para a política exterior com a América Latina e o Caribe. O documento valoriza as relações pacíficas e o potencial de desenvolvimento dos países da América Latina e do Caribe, além da relação desses países. Traz, inicialmente, o posicionamento desses países no cenário econômico mundial, suas aspirações e suas capacidades de desenvolvimento baseadas nos seus vastos recursos naturais. Na parte II, quando trata especificamente dessas relações, coloca a China e os países latino-americanos e caribenhos no mesmo patamar de desenvolvimento e de necessidade de sustentabilidade econômica, estabelecendo que no século XX, novas relações, e não apenas as relações políticas e diplomáticas surgem entre os

¹⁷Las visitas más dramáticas de los máximos líderes de China a América Latina fueron: (1) El presidente Jiang Zemin a Chile, Argentina, Brasil, Chile, Cuba, Uruguay y Venezuela en abril de 2001, y luego a México em 2002; (2) las caravanas del presidente Hu Jintao con funcionarios y hombres de negocios a Brasil, Argentina y Chile em 2004, a Costa Rica, Cuba y Perú em 2008, las dos culminaron em las cumbres em Asia y el Pacífico de Cooperación Económica (apcc), y a Brasil em 2010; y (3) el vice presidente Xi Jinping –sucesor de Hu como secretario general del Partido Comunista de China (pcch) en 2012 y presidente de China em 2013– que visitó México, Jamaica, Colombia, Venezuela y Brasil, em febrero de 2009, y Cuba, Chile y Uruguay en 2011. Los niveles de comercio explotaron de 12.6 mil millones de dólares en 2000 a 180 mil millones en 2010.

países. Como também as relações econômicas e comerciais e as tecnológicas, além de outras áreas. (SHIXUE, 2015)

Na parte terceira do documento temos as diretrizes políticas para as relações de cooperação entre os países, estreitando a cooperação e o intercâmbio de conhecimento, buscando sempre laços pacíficos entre as nações. Posteriormente tratam especificamente da cooperação entre partidos políticos, órgãos legislativos, mecanismos de consulta, assuntos internacionais e governos locais. Dentro da seara econômica, temos o eixo geoeconômico básico chinês: comércio, investimento, industrial, infraestrutura e financeira, essa última, envolvendo intercâmbio e conhecimento entre as autoridades monetárias dos respectivos países. Além dessas, há ainda a cooperação agrícola, aduaneira e de recursos e energias. O extenso documento para as relações entre a China e a América Latina e o Caribe envolve ainda as cooperações turísticas, entre as câmaras promotoras de comércio, econômicas e técnicas, científica, cultural, educativa e esportiva. Além dessas de cunho político e geoeconômico, há a prospecção da cooperação de nível geopolítico, como a militar, judicial e policial. (CHINA, 2008)

Vemos assim que, após a nova relação que se estabelece nos anos de 2001 a China começa a desenvolver sua estratégia geoeconômica para a América Latina com a contínua visita e assinatura de acordos nas mais diversas áreas, envolvendo principalmente, comércio de commodities, investimentos em infraestrutura, investimentos diretos, isoladamente, com os mais diversos países. O fato de a visita ser comandada pelo Presidente Chinês e posteriormente pelo Secretário Geral do Partido comunista nos dão a dinâmica do quanto à China trata essas relações como estratégicas para o seu desenvolvimento e sua liderança econômica. Assim, como já havia feito com a Europa e a África, a China traça então as principais políticas de cooperação a serem desenvolvidas com os países latino-americanos e caribenhos, nas mais diversas áreas, mas especialmente, sobrelevando o seu rol de ações geoeconômicas. Desde então, a presença chinesa tem sido marcante e crescente na região com consequência direta no próprio desenvolvimento e no crescimento (ou decréscimo) econômico dos países.

Shixue (2015) faz uma linha de tempo mostrando a escalada dessa parceria, começando pelas visitas de curto intervalo em 2004-2005, passando pela publicação do 'Livro Branco' em 2008, a participação chinesa nos organismos multilaterais latino-americanos, a assinatura de tratados de livre comércio com o Chile, Peru e

Costa Rica, e nesse cenário, como a China se tornou, a despeito dos Estados Unidos, o grande parceiro comercial dos países latino-americanos. Salienta a participação cada vez maior da China nos organismos multilaterais e as relações de cooperação espacial, militar, cultural e política.

Temos então que a China priorizou seu comércio com os países do Sul desde sua reemergência no cenário econômico mundial e o Continente aproveitou-se desse cenário para se tornar um grande e estratégico parceiro da RPC. Surge para a América Latina, em plena crise, um novo modelo de desenvolvimento que a beneficia, especialmente na compra de petróleo e commodities, essenciais para a China manter seu nível de desenvolvimento. A China tornou-se o 'motor global', na medida que suas altas taxas de crescimento impulsionaram diversas economias no mundo. (VADELL, 2011) No caso da Argentina, especificamente, as relações econômicas e políticas no âmbito desses dois países tem se expandido desde 2004, quando o Governo de Nestor Kirchner definiu um curso da associação estratégica com aquele país, reconhecendo a China como uma economia de mercado.

Importantes proprietários de terras argentinos e grupos empresariais associaram a interesses estatais públicos e privados chineses. Corporações Chinesas tomaram o controle de algumas das principais empresas de petróleo argentinas. (LAUFER, 2013) As relações comerciais bilaterais entre esses países tem se incrementado cada vez mais, sempre dentro do contexto desigual de exportação por parte da Argentina de produtos primários e importação de bem de médio e alto valor agregado, sendo esse um dos pontos críticos dessa relação. Os investimentos diretos, mesmo após um aporte bilionário da China Nacional Offshore Oil Corporation não são substanciais, comparados ao comércio bilateral. (PETERS, 2015)

Os impactos e as estratégias não são apenas geoeconômicos, mas envolvem também planos bilaterais, tais como as cooperações técnicas e intercâmbios educacionais e culturais, numa verdadeira 'invasão' chinesa na América Latina para assegurar seus planos, e que, de fato, passa a ser observado de perto pelos Estados Unidos. Na visão da academia estadunidense, sobre essa inserção chinesa na América Latina, podemos observar mais impactos e menos uma linha de cooperação. Para Ellis (2013), em um nível nacional e subnacional, essa aliança estratégica chinesa na América Latina também significa reformular o calendário das empresas e das instituições, alterar o equilíbrio entre a produção doméstica e a

exportação de produtos primários e a inserção de entidades chinesas na política interna. Além disso, em um nível supranacional, a acadêmica americana consegue observar uma sustentação dos governos progressistas, a permissão da ascensão do Brasil e a diluição da influência dos Estados Unidos e de suas empresas na região. (ELLIS, 2013)

Observamos como a visão da academia dos Estados Unidos se dá no campo geopolítico, enxergando uma China interventora e patrocinadora de governos e políticas, atuando diretamente nas Instituições de seus interesses na América Latina, distante até mesmo da alçada e dos planejamentos geoeconômicos chineses para a região, contrapondo até mesmo os eixos gerais da política externa chinesa de não intervenção nas questões internas dos países com os quais mantém relações. Mas é, sem dúvida, salutar observar o posicionamento da academia americana, quando tratamos especificamente - mesmo que de maneira ampla -, as relações geoeconomias da China com a América Latina.

De tal modo, na geoeconomia global, o crescimento da China e sua expansão valorizaram os produtos produzidos na periferia, fato que aumentou o poder de barganha dos países da América Latina e da Africana divisão internacional do trabalho. (VADELL, 2011, p. 58)

Observamos claramente o crescente aumento das relações geoeconômicas na China na América Latina envolvendo as empresas estatais chinesas e seus bancos, em especial o Banco de Desenvolvimento Chinês. Apesar de China afirmar que as relações são estritamente comerciais são quatro objetivos fundamentais das relações da China com a América Latina. Em primeiro lugar a busca por recursos naturais e commodities, em segundo, a necessidade diplomática para o reconhecimento da China ao invés de Taiwan, o apoio nos foros multilaterais, em terceiro lugar e por último o mercado consumidor que é a América Latina. (VADELL, 2011)

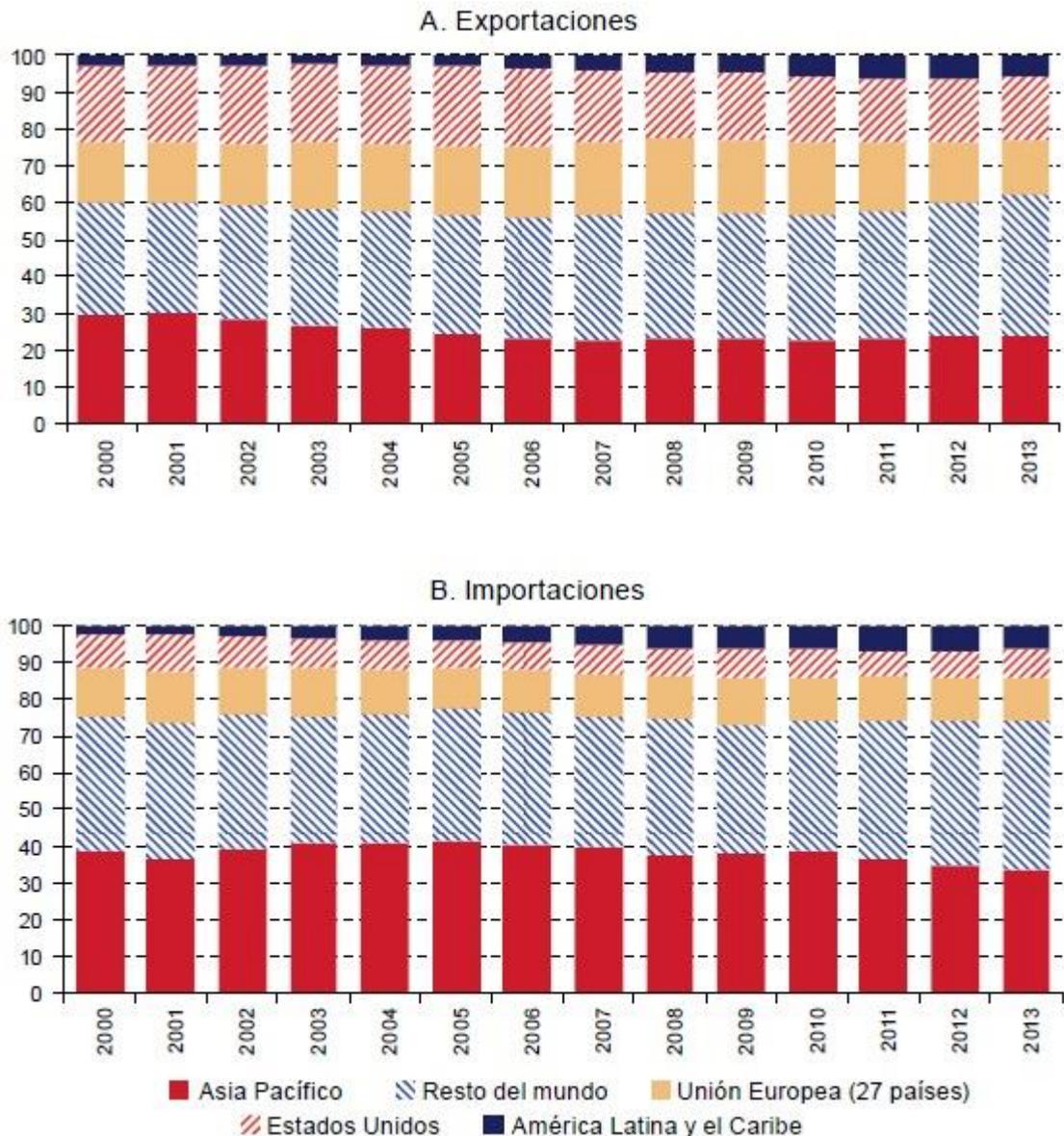
No vocabulário diplomático Chinês, 'parceria' é a palavra que serve para descrever uma relação próxima com outras nações ao longo do globo, e esse termo tem diferentes variações. A maior categoria dessas 'parcerias' com a China é a chamada 'parceria estratégica integral'. 'Integral' por que as parcerias bilaterais devem cobrir as mais diversas áreas; 'estratégica', por que devem abarcar termos

estáveis em longo prazo, independentemente de diferenças ideológicas e sociais; e a ‘parceria’ por que envolve respeito mútuo entre os parceiros.¹⁸ (SHIXUE, 2015)

Assim, com a Argentina, em abril de 2001 foi estabelecida a ‘comprehensive cooperation partnership’, em novembro de 2004, estabeleceu-se a ‘strategic partnership’ e em Julho de 2014, a ‘comprehensive strategic partnership’. Com o Brasil, em novembro de 1993 estabeleceu-se a ‘strategic partnership’ e em junho de 2012, a ‘comprehensive strategic partnership’. No Chile, em novembro de 2004 foi estabelecida a ‘comprehensive cooperation partnership’ e em junho de 2012 a ‘strategic partnership’. Em janeiro de 2015, Costa Rica e o Equador firmaram com a China a ‘strategic partnership’. O México firmou a ‘strategic partnership’ em dezembro de 2013 e a ‘comprehensive strategic partnership’ em junho de 2013. O Peru, em janeiro de 2005 firmou com a China a ‘comprehensive cooperation partnership’ em novembro de 2008, a ‘strategic partnership’ e em abril de 2013, por fim, a ‘comprehensive strategic partnership’. Já a Venezuela, em abril de 2001 firmou a ‘strategic partnership of common development’, e em julho de 2014, a ‘comprehensive strategic partnership’. Guiana e Jamaica, em fevereiro de 2015 firmaram com a china a ‘friendly partnership of common development’ e Trinidad e Tobago, em 2005, apenas, ficou a ‘friendly partnership of mutually beneficial development’. Com isso, a China, ao longo do globo, possui setenta e duas parcerias com sessenta e sete países em cinco regiões. (SHIXUE, 2015). Isso demonstra como a China leva a sério sua estratégia geoeconômica.

Gráfico 2 – Importações e Exportações da China com os principais parceiros comerciais:

¹⁸ A expressão em inglês é ‘comprehensive strategic partnership’, muitas vezes traduzida como ‘associação estratégica’, e além dessa, que é a principal, temos um grau que é a ‘comprehensive cooperation partnership’ e ainda a ‘strategic partnership’, além dessas, há ainda a ‘friendly partnership of common development’, a ‘strategic partnership of common development’ e a ‘friendly partnership of mutually beneficial development’. Não há consenso sobre a natureza objetiva para uma parceira do termo ‘estratégica’, sobre quando essa parceria é ou não, estratégica, mas alguns dizem que quando se eleva ao estado de ‘estratégica’ é porque o processo está de fato completo. Em 2008, o presidente Hu Jintao, em visita a América Latina e Caribe disse que o governo Chinês tinha um plano estratégico para a América Latina e o Caribe, para construir essas parcerias. (SHIUXUE. 2015)



Fonte: Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) - 2015.

Esse quadro nos fornece a leitura do quanto o aumento das relações com a América Latina representou para o todo do comércio chinês perante os outros parceiros. Apesar do crescimento vertiginoso, até 2013 a América Latina e o Caribe não eram os principais parceiros comerciais da China apesar o crescimento e da importância que a China passou a dar para a região com os acordos e com sua política externa voltada para ela, na década de 2000. Ainda sim, a China é a maior importadora de commodities dos países do Sul e sua relação com a América Latina é cada vez mais crescente, sendo que as trocas comerciais e os investimentos na área de energia e em especial petróleo mostram o quanto o eixo desenvolvimentista

do Sul tem ganhado força e como esses países se destacam cada vez mais no cenário internacional e no sistema internacional. A relação de trocas comerciais com a América Latina e o Caribe entre 2005 e 2010 cresceu absurdamente. Passou de 100 bilhões de dólares em 2007 para 120 bilhões de dólares em 2009. (KUWAYAMA & ROSALES, 2012) Essas relações podem ser vistas sob a ótica da teoria marxista da dependência. A China depois de anos de progresso capitalista intenso, figura no centro do capitalismo mundial, que tem se deslocado para Ásia, e com relação a Argentina, a China investe nas indústrias extrativas, infraestrutura de exportação, finanças e até supermercados locais. (LAUFER, 2013)

Tabela 2 – Lugar que ocupa a China como sócio comercial:

	Exportaciones		Importaciones	
	2000	2013	2000	2013
América Latina				
Argentina	6	2	4	2
Bolivia (Estado Plurinacional de)	18	8	7	3
Brasil	5	1	4	1
Chile	12	1	11	2
Colombia	36	2	9	2
Costa Rica	30	7	15	2
Ecuador	18	9	10	2
El Salvador	49	34	23	4
Guatemala	43	10	19	3
Honduras	54	8	21	2
México	19	4	7	2
Nicaragua	35	19	20	3
Panamá	31	3	25	4
Paraguay	15	29	3	1
Perú	4	2	9	2
Uruguay	4	3	7	1
Venezuela (República Bolivariana de)	35	2	18	2
El Caribe				
Antigua y Barbuda	nd	26	26	3
Bahamas	29	13	28	6
Barbados	42	11	9	4
Belice	23	7	17	4
Cuba	6	1	3	1
Dominica	nd	30	25	5
Guyana	27	19	6	3
Jamaica	16	11	10	4
República Dominicana	12	4	2	2

Fonte: Comissão de Assuntos Econômicos para a América Latina.

As exportações latino-americanas são muito concentradas em commodities, além de recursos energéticos e minerais, sendo a China, grande exportadora de produtos manufaturados, o que levou a diminuição da exportação de baixo

manufatura de países como Argentina e Brasil para outros países latino-americanos. (VADELL, 2011) O impacto disso é uma crescente concentração e especialização desses países na produção de produtos primários, ou como dizem alguns autores, na reprimarização de duas economias. Acerca da reprimarização e da opção neo-extrativista dos países latino-americanos:

En términos geopolíticos, La opción extractivista que hoy busca implantarse em La región latinoamericana, desde México a la Argentina, responde a una nueva división territorial y global del trabajo, basado em La apropiación irresponsable de los recursos naturales no renovables, que ha dado lugar a nuevas asimetrías económicas, políticas y ambientales entre el Norte y El Sur. En este sentido, El extractivismo resultante no es un destino, es una opción política y también civilizatoria, asumida por los diferentes gobiernos, que va reconfigurando negativamente nuestros territorios y economías y genera una nueva dependencia: cada vez exportamos más materias primas, lo cual aparece reflejado em La concentración económica, em La especialización productiva, así como em La consolidación de enclaves de exportación, rasgos que históricamente fueron criticados tanto por El desarrollismo como por el marxismo.¹⁹ (SVAMPA, 2011, p. 186)

A imposição dos mercados a nova cultura neo-extrativista e o preço alto das commodities imposto pela China no mercado internacional aprofundou na última década a potência extrativa dos países latino-americanos e em especial da Argentina. Potência essa que desembocou em índices de crescimento econômico, mesmo em face de déficits na balança comercial, no reordenamento do pacto entre as burguesias locais e os governos, voltados a políticas comerciais multifacetadas e suas políticas comerciais junto à China, e uma dependência cada vez mais severa da necessidade chinesa por commodities e por seus empréstimos para Desenvolvimento.

Assim, nesse contexto, o agronegócio e as indústrias extrativas escalonaram índices favoráveis ao longo da década de 2000, e outras empresas, voltadas para comércio de produtos primários se alavancaram, ao passo que, setores de manufatura – advindos da industrialização da época da substituição de importações

¹⁹ Em termos geopolíticos, a opção extrativista que hoje se busca implantar na região latino-americana, desde o México até a Argentina, responde a uma nova divisão territorial e global do trabalho, baseada na apropriação irresponsável dos recursos naturais e não renováveis, que tem dado lugar a novas assimetrias econômicas, políticas e ambientais entre o Norte e o Sul. Nesse sentido, o extrativismo não se resulta num destino, mas sim uma opção política e também civilizatória assumida por diferentes governos, que vão reconfigurando negativamente nossos territórios e economias, gerando uma nova dependência: cada vez que exportamos mais matérias primas, que o reflexo de nossa concentração econômica na especialização produtiva, assim como chaves da nossa exportação, questões antes criticadas pelo desenvolvimentismo e pelo marxismo. (tradução nossa)

– tiveram uma queda de seus ganhos, redimensionando e impactando diretamente países como México, Argentina e Brasil. (PETERS, 2015) O fato das importações latino-americanas da China serem compostas mais por eletrônicos e mecânicos, trouxe impacto direto para a indústria brasileira e Argentina, e sentido diretamente nas economias do MERCOSUL. (VADELL, 2011)

Na Argentina, segundo (SLIPAK 2012), há uma aproximação maior com os países do sul e uma priorização das relações com maior valor agregado, dotados de uma retórica governamental dos governos Kirchner de manter uma alta taxa de crescimento econômico com repartição equitativa num modelo denominado de desenvolvimento com inclusão social. Tem-se então um crescimento exasperado chinês a níveis estrondosos, que geram, por si só, uma demanda enorme de commodities e petróleo além da consequente expansão de empréstimos para os países parceiros, sempre com a alcunha da cooperação entre os países periféricos. Essa demanda chinesa gerou uma alta enorme dos preços na América Latina nos anos 2000, o que incrementou o comércio e primarização dos países latino-americanos. (SLIPAK, 2012)

Os governos da América Latina passaram a adotar uma política de crescimento atrelada ao comércio desses produtos explorando a alta dos preços, num modelo ortodoxo de desenvolvimento. Esse discurso ortodoxo da Academia cumpre com um lobby empresarial com um conjunto de políticas econômicas que tendem a superexplorar esse modelo do 'boom' dos preços das commodities, ao passo que a China tinha a política de estoque e de pagamento dos preços avançados. (SLIPAK, 2012) As relações entre a China e a América Latina se intensificam monstruosamente no século XX, e tendo a China o status de potência global, e não mais potência emergente, os produtos da periferia foram valorizados, aumentando o poder de barganha da periferia na divisão internacional do trabalho. A crescente necessidade de produtos primários pela China mudou o panorama geopolítico global, em especial as relações centro-periferia e a criação de novos centros. (VADELL, 2011)

Quatro pontos dominaram a relação comercial entre a China e América Latina desde o começo dos anos 90: o comércio bilateral e as exportações chinesas, que eram o primeiro estágio dessa nova relação. As relações de importação e exportação cresceram e a América Latina é hoje a quarta parceira comercial da China, ficando atrás dos Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul. O segundo ponto é

o constante déficit na balança comercial em desfavor de alguns países latino-americanos. O terceiro é a disparidade entre o que a China importa e exporta para a região; os países latino-americanos não conseguem exportar produtos de valor agregado, mantendo suas economias primarizadas, e a China exporta cada vez mais para a região, produtos de média e alta manufatura. O quarto é a especialização da América Latina em produtos que ela pode exportar para a China e o nível de dependência que tem e pode levar a região. (PETERS, 2015)

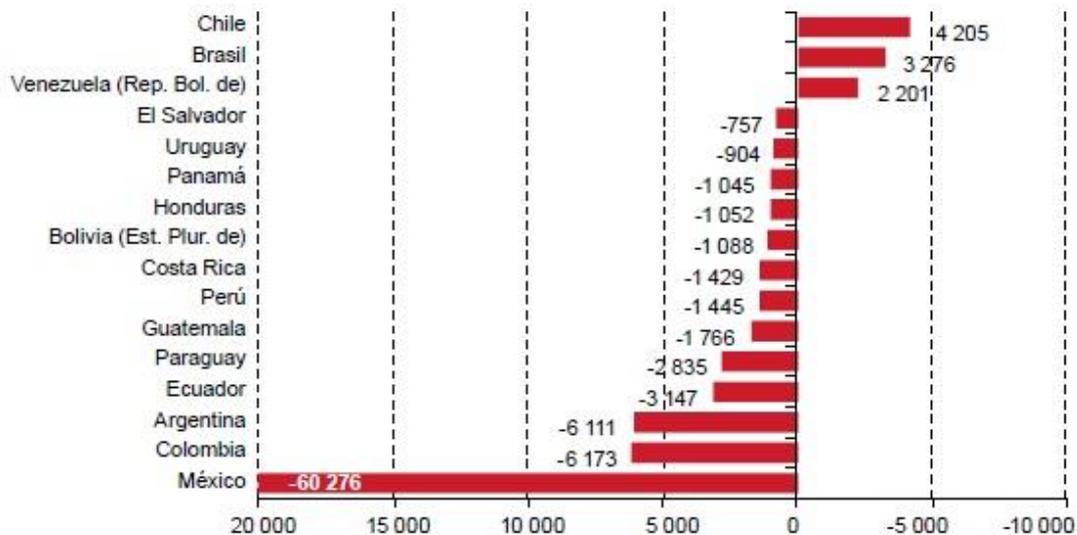
Ainda sim, o Governo Chinês, que sempre traça recomendações para o desenvolvimento das relações bilaterais entre a China e outros países, mantém o discurso de que as relações com a China devem ter um entendimento mútuo e benefícios mútuos para o desenvolvimento de ambos os lados. Em visita a Brasília em 2014, buscando o aprofundamento dessas relações bilaterais com a América Latina, o Presidente Hu Jintao expôs a estratégia que é composta por cinco elementos; o igual tratamento, benefícios mútuos para o desenvolvimento em comum, aprofundamento dos entendimentos através de mais trocas e consultas, maior cooperação na arena internacional e maior cooperação individual com algumas regiões na América Latina do que com nações individuais. (SHIXUE, 2015)

Para tanto, deveriam utilizar o componente chamado ‘1+1+6’. ‘1’ significa ‘um plano’; que seria o plano de cooperação bilateral entre 2015 – 2019. ‘3’ significa ‘três motores’ para as relações econômicas; troca, investimentos e cooperação financeira. E ‘6’ se refere as 6 prioridades para a cooperação; energia e recursos naturais, construção de infraestrutura, agricultura, manufatura, informação científica e tecnológica e suas inovações.²⁰ (SHIXUE, 2015, p. 143, tradução nossa.)

As perspectivas de cooperação e ganho mútuo não parecem ter correlação quando se trata da balança comercial entre as regiões, haja vista que há a deterioração dos termos de troca. A América Latina reprimariza sua economia e fornece, sempre aumentando a escala, mais matérias prima sem valor agregado, importando cada vez mais produtos de alto valor agregado. Até 2014 apenas Chile, Brasil e Venezuela tinham um saldo positivo com a China.

²⁰The most notable component is the so-called “1 + 3 + 6” cooperation framework. “1” translates to “one plan,” i.e., the bilateral cooperation plan to be made for the five years from 2015 to 2019; “3” means “three engines” for economic exchanges, i.e., trade, investment, and financial cooperation²⁰; and “6” refers to “six priorities” for cooperation, i.e., energy and natural resources, infrastructure construction, agriculture, manufacturing, scientific and technological innovation, and information technologies.

Gráfico 3 – Saldo comercial com a China dos países da América Latina e Caribe em 2014.



FONTE: Comissão Econômica para América Latina e o Caribe.

No caso da Argentina, que será analisado mais pormenorizadamente ao final, a soja, carne e o óleo de soja são os campeões de exportação, e o biodiesel vem crescendo. Em termos de mercado mundial, os números ultrapassam 50% da produção mundial, respectivamente, e a área plantada no país vem crescendo cada vez mais. Essas commodities que entram na balança comercial quando tratamos das relações sino-argentinas - que permanece assimétrica - apesar dos números (a Argentina em 2010 foi o quarto maior parceiro comercial da China na Região, com acordos comerciais na casa dos 13 bilhões de dólares) são a base das trocas comerciais. A relação é portanto, assimétrica, com a Argentina exportando 80% de commodities e importando 98,8% em bens manufaturados. Isso fez com que a própria CEPAL caracterizasse a América Latina como tendo retornado a especialização agropecuária, com uma seletiva desindustrialização e uma reprimarização de sua economia, estimuladas pela parceira desenvolvida com a China nos últimos anos. (LAUFER, 2013)

Fato é que, desde o início das relações comerciais da China com os países da América Latina, essas se deram no âmbito isolado de cada país, não havendo um determinante conjunto e planejado para lidar com a potência que se tornou a China, sua força geoeconômica e a dependência de cada país. Mas, pela primeira vez na história, 33 países da América Latina e Caribe se organizaram para tanto, em

um novo Fórum de Cooperação promovido pela CEPAL. (SHIXUE, 2015) “Em outras palavras, pode-se prever que essa organização regional jogara um papel importante na governança global e gerenciará os interesses regionais²¹” (SHIXUE, 2015, p. 145, tradução nossa.) Foi estabelecido o Fórum China-CELAC, que acabou por formular um plano de ação de 2015 até 2019. Já na sua abertura, o Presidente Xi Jinping já trouxe os números do quanto às relações se expandiriam no futuro. (SHIXUE, 2015)

Esse plano de cooperação aprovado foi estabelecido dentro das 13 áreas de trabalho, oito das quais, se concentram em âmbito econômico: comércio, investimento e finanças, infraestrutura e transporte, energia e recursos naturais, Agricultura, Indústria, Ciência e tecnologia, Aviação e Indústria Aeroespacial, educação e capacitação de recursos humanos, turismo, proteção do meio ambiente, gestão de risco de redução de desastres, saúde e erradicação da pobreza. Cada área traz metas para aprofundar e especializar as relações da China com os países latino-americanos, propondo-se ao desafio que deve ser acompanhado por diversos fóruns e cúpulas que vão acontecer no quadriênio do plano de cooperação. Esse plano quadrienal e o estabelecimento do Fórum permanente dão uma nova perspectiva para as relações entre a China e a América Latina, sempre tidas de maneira muito individualizada pelos países, que não se propunham a um conjunto de metas para minimizar os pontos complexos entre as relações.

A imposição de barreiras por alguns países latino-americanos aos produtos Chineses, fora das regras da OMC, os constantes déficits em algumas balanças comerciais, o fator dos Estados Unidos poderem se voltar novamente a influenciar a América Latina, a reprimarização das economias latino-americanas, a cultura do ‘medo da China’, o fator de risco político e econômico de alguns países, a oscilação da economia da América Latina, são ‘velhos-novos’ problemas as relações entre a China e América Latina e o Caribe enfrentam, e precisam superar. (SHIXUE, 2015)

Outro ponto crucial dessas relações geoeconômicas entre a China e América Latina são os financiamentos bancários feitos pelos Bancos de fomento Chineses, especialmente o Banco de Desenvolvimento Chinês (CDB) e o Banco Ex-Im da China. Estima-se que “o volume de empréstimos Chineses desde 2005 é de US\$ 86 bilhões. (...) A Venezuela, o Brasil e a Argentina e o Equador receberam 89% do total. Sessenta e um por cento dos empréstimos foram por petróleo.” (GALLAGHER,

²¹In other words, it can be predicted that this regional organization will play a significant role in participating global governance as well as managing regional affairs.

IRWIN & KOLESKI, 2015, p. 6, tradução nossa.) A América Latina é uma grande receptora de empréstimos chineses e apesar de uma ligeira redução a partir de 2010, os empréstimos seguem cumprindo seu papel geoestratégico. O Brasil em 2009 recebeu um empréstimo de 10 bilhões de dólares para a criação de um “projeto de petróleo offshore com dinheiro chinês. Na Argentina, US\$ 10 bilhões derivaram de um empréstimo para a compra de trens chineses.” (GALLAGHER, IRWIN & KOLESKI, 2015, p. 7, tradução nossa.) Ou seja, a China emprestou US\$ 20 bilhões para que Brasil e Argentina financiassem projetos com a própria China, ou comprassem produtos de alto valor agregado chineses, e ainda pagassem com o montante com o lastro, muitas vezes, nos seus recursos naturais. (GALLAGHER, IRWIN & KOLESKI, 2015)

Os termos desses empréstimos, vantajosos a China, são quase indiscutíveis, já que se trata de montantes elevados para países considerados de risco, por não terem pagado suas dívidas soberanas. Em outros termos, os empréstimos chineses não são baratos mas muitas vezes são a única saída para esses países. “Os verdadeiros empréstimos de baixo custo só são concedidos a empresas estatais chinesas que operam no exterior” (GALLAGHER, IRWIN & KOLESKI, 2015, p. 6) As taxas de juros chinesas são as mais altas praticadas e os chineses criaram uma nova modalidade, o empréstimo por commodities.

Em geral o empréstimo por petróleo combina um acordo de empréstimo com um acordo de venda de petróleo, envolvendo bancos estatais de dois países e empresas petrolíferas. O banco chinês concede um empréstimo de US\$ 1 bilhão para um país exportador de petróleo como o Equador. A empresa estatal de petróleo do Equador, a Petroecuador, compromete-se a embarcar centenas de milhares de barris de petróleo para a China diariamente durante toda a duração do contrato. As empresas petrolíferas chinesas então compram o petróleo a preço do mercado e depositam seus pagamentos da conta da Petroecuador no CDB. O CDB retira o dinheiro diretamente da conta para se ressarcir do empréstimo. (GALLAGHER, IRWIN & KOLESKI, 2015, p. 13, tradução nossa)

A China então garante o fornecimento de commodities e petróleo, ou a compra de trens de suas indústrias, e ainda recebem o empréstimo com a maior taxa de juros do mercado, abatida na fonte, sem riscos de não pagamento. Para os países latino-americanos, endividados em suas dívidas soberanas, graças às políticas neoliberais da década de 90 não há outra saída senão se submeter aos termos, e reforçar sua dependência para com a China. Além da questão ligada aos financiamentos, temos ainda o aprofundamento da internacionalização do renminbi

(RMB) na América Latina. O Chile, por exemplo, iniciou seu processo de converter parte de suas reservas em RMB desde 2011, e hoje, 3% dessas reservas já são em moeda chinesa. Há um memorando entre os Bancos Centrais dos dois países para estabilizar e aprofundar essa relação, sendo que a cota inicial do Chile foi algo em torno de 50 bilhões de renminbis, num programa Chinês denominado ‘Renminbi Qualified Foreign Institutional Investor’. (CLARO, 2015)

Diante de tantas disparidades e de uma relação cada vez mais dependente e isolada dos países frente à China, a CEPAL (2016), em um relatório nominado ‘Perspectivas Econômicas para a América Latina e sua Associação com a China’, afirma que as relações com a China passam por um momento de transição e que é preciso que cada país, dentro de suas peculiaridades, implemente suas reformas para estimular um crescimento econômico inclusivo, e para isso, deve-se diversificar a produção, investir em infraestrutura e capital humano, para estar preparada para o papel que a China vem exercendo na Região. Essa preparação, pode-se concluir, está no fato do aumento considerável do comércio entre a China e a região e em contrassenso, há uma desaceleração econômica, com contínuos déficits na balança comercial, “o que demonstra uma debilidade estrutural em um crescimento baseado na exportação de matérias primas²²” (CEPAL, 2016, p. 22, tradução nossa)

Os países latino-americanos devem buscar se tornar competitivos para continuarem atrativos a China, devendo buscar formas de explorar o mercado consumidor chinês, e para isso, devem melhorar suas cadeias de produção para agregar mais valor aos seus produtos e não se tornar debilitado nos termos de troca. Devemos estar preparados para lidarmos com o papel cada vez mais protagonista da China na economia mundial. E por fim, devemos ser atrativos aos investimentos chineses, aspecto vantajosos as duas partes.

De maneira mais ampla, pode-se analisar o histórico das relações da China com a América Latina e dentro do contexto geoeconômico, e de como elas acabaram evoluindo desde os anos 2001, analisou-se os quadros dessas relações comerciais, que nos dão a dimensão da crescente expansão chinesa - que estrategicamente age perante regiões, alcançando seus objetivos e desenvolvimento econômico, estabelecendo cooperações técnicas e políticas, além de outras –.

²² [...] revela las debilidades estructurales de un crecimiento basado en las materias primas.

3 DO ESTRUTURALISMO CEPALINO À TEORIA DA DEPENDENCIA

Quando expomos sobre a ascensão Chinesa e a geoeconomia de sua atuação frente à América Latina, estamos tratando do desenvolvimento econômico Chinês dentro da perspectiva capitalista e globalizada. Desde a Segunda Revolução Industrial, os países capitalistas do norte do globo, buscaram a expansão de suas economias, principalmente, novos fornecedores de matérias primas e novos mercados consumidores de seus produtos. A economia, economia política e o desenvolvimento econômico passam a ser analisados e planejados dentro da esfera acadêmica e estatal.

Especificamente na América Latina, a necessidade de desenvolvimento do seu capitalismo e a dicotomia com os países do norte, trouxe uma série de estudos e análises sobre esse fenômeno econômico do subdesenvolvimento, suas características e as perspectivas para se tornar uma região desenvolvida. Nesse aspecto, surge uma escola de pensamento, cujos estudos e reflexões eram voltados para que os Estados implementassem políticas econômicas que trouxessem o desenvolvimento econômico e social a região. Essa escola, é o Centro de Estudos Econômicos para a América Latina, organismo internacional pertencente à Organização das Nações Unidas. Dentre os vários autores que iniciaram os estudos cepalinos, podemos destacar Raul Prebisch, Celso Furtado, Oswaldo Sunkel e Aníbal Tavares Pinto. Um dos principais pontos de estudos dos primeiros anos da CEPAL levava em consideração as diferenças econômicas e as relações desiguais entre os países desenvolvidos, localizados no 'Centro' do capitalismo, e os países subdesenvolvidos, localizados na 'periferia' do capitalismo. Essa análise é conhecida como histórico-estruturalista. (SANSON DE BEM, 2005)

Nos anos 60, uma série de sociólogos, economistas e outros pensadores, fugindo das ditaduras militares de seus países se refugiaram no Chile, e publicaram seus estudos sobre desenvolvimento pela CEPAL. Dentre esses, e outras teorias criadas ao longo da década, temos a teoria da dependência, que é uma adaptação contemporânea – para a época – da teoria do império de Lênin, e visa analisar as relações de exploração entre as economias capitalistas desenvolvidas e as economias capitalistas ainda subdesenvolvidas. A teoria da dependência passa a ser estudada entre vários aspectos e vertentes os quais exporemos ao longo do capítulo. (BÓRON, 2011)

3.1 A CEPAL e o pensamento estruturalista dos seus primeiros estudos

Transcorridos mais de sessenta anos desde a sua criação, a Comissão Econômica para a América Latina foi e permanece sendo um importante órgão de estudos e proposições sobre o desenvolvimento econômico e social da América Latina e do Caribe. Sua história teve início em 1947 quando foi solicitado oficialmente ao Secretário-Geral da ONU, pelo embaixador do Chile, a criação de uma Comissão Econômica para a América Latina, e apesar da oposição inicial dos países industrializados, foi criada a CEPAL em 1948. (CARVALHO GONÇALVES, 2011)

Especificamente foi criada pela Resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social da ONU, sendo uma das cinco comissões regionais dessa entidade e tendo sede em Santiago, no Chile, servindo desde o começo, para estudar e buscar mecanismos para que os Estados promovessem o desenvolvimento econômico da região, face ao seu atraso e seus problemas estruturais diante das economias desenvolvidas, (no que foi denominado, 'centro' do capitalismo). A CEPAL cresceu, incorporou o Caribe e tem escritórios nos países da América Latina, além de sub-regionais, mostrando assim sua importância para o estudo econômico, político, social e cultural da região. (CEPAL, 2016)

A Região antes da década de 50 era completamente dependente de outros países, pouco integrada e com um capitalismo atrasado e exportador essencialmente de produtos primários. Essa fragilidade e o fato dos países terem o mesmo eixo econômico contribuíram para esse pouco intercâmbio político entre os países, o que era determinante para a manutenção de seu atraso. Mergulhada na divisão internacional do trabalho, com sua economia voltada para os grandes centros econômicos, e eminentemente agroexportadores, os países latino-americanos não conseguiam desenvolver seu capitalismo, nem pelo mercado, e nem pela ação estatal. (POLLETO, 2000)

Persiste POLLETO (2000) na tese que de a dependência e a intervenção indireta americana impediam que a América Latina buscasse e conseguisse uma identidade própria, de unidade. Esses fatores expostos anteriormente faziam da América Latina uma região "heterogênea e não identificável" (POLLETO, 2000, p,

11) que necessitava de organizar-se politicamente, e de maneira homogênea, buscar as soluções para seus graves problemas de subdesenvolvimento econômico por seu capitalismo atrasado. A CEPAL passa a existir com uma forte oposição dos Estados Unidos, que luta para resistir nos seus primeiros anos. Além de promover os estudos necessários e fomentar políticas públicas e integradas de desenvolvimento, a CEPAL passa a contribuir fortemente para uma identidade regional, a partir de seus estudos sobre o subdesenvolvimento e dos problemas da região. (POLLETO, 2000)

O primeiro Período de Sessões da CEPAL teve lugar em Santiago, de 7 a 25 de junho de 1948. Após as formalidades iniciais (solenidades e discursos), decidiu-se constituir dois grupos de trabalho: o primeiro estudaria as propostas que viessem a ser feitas pelas delegações; e o segundo seria responsável pela coordenação dos trabalhos da CEPAL como Cies. O primeiro grupo foi dividido em três subgrupos: (a) problemas econômicos e financeiros; (b) problemas relativos à produção industrial; e (c) problemas de alimentação (CARVALHO GONÇALVES, 2011, p. 29)

Mesmo com a divisão pronta a iniciar seus trabalhos, os problemas estruturais da América Latina precisavam antes de qualquer coisa de uma leitura quantitativa correta, ou seja, de um Estudo Econômico sobre a América Latina com o intuito de passar aos grupos de trabalho, a dimensão exata da heterogeneidade e desigualdades entre os países da região, e seu enorme fosso, frente as economias capitalistas desenvolvidas. Necessitava de um montante de dados estatísticos que fossem confiáveis, para então partir-se para a proposição de políticas e mecanismos de desenvolvimento. Era mais do que necessário um diagnóstico da estrutura produtiva da região, englobando os fatores econômicos mais importantes. Em 1949, chega a Santiago o economista Raul Prebisch, criador do Banco Central argentino, que prepararia um estudo econômico para a CEPAL. (CARVALHO GONÇALVES, 2011)

No texto intitulado 'O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais', Prebisch (2000) trata das questões ligadas à divisão internacional do trabalho e o papel da periferia do sistema, em fornecer matérias-primas para as economias desenvolvidas sem a oportunidade de se industrializar, e de como a realidade estaria mudando, e da necessidade da América Latina e seus economistas traçarem planos e projetos de desenvolvimento futuros. (PREBISCH, 2000)

Prebisch (2000) dá ênfase na questão da industrialização como fator de crescimento econômico e redutor das discrepâncias sociais e nos remete que não há interferência dessa industrialização no fato de ser uma economia produtora de bens primários. Ele debate e expõe com clareza o quanto a divisão internacional do trabalho afeta as economias periféricas, e que é necessária a industrialização para a melhoria do padrão de vida, expondo as mazelas dos termos de troca, das vantagens comparativas. “Quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, tanto maior serão as possibilidades de aumentar a produtividade de seu trabalho, mediante uma intensa formação de capital” (PREBISCH, 2000, p 73.)

A industrialização, a acumulação de capital e o desenvolvimento econômico para gerar bem estar são necessidades prementes na visão de Prebisch, e podemos concluir a importância do estudo e dos primeiros passos dados pela CEPAL, em buscar uma análise, a partir de dados fornecidos pelos governos, de maneira quantitativa, e produzir soluções que, também serviam para criar essa unidade latino-americana, começando a perfazer uma identidade comum da região, a partir de suas características peculiares, mas, necessidades comuns.

O texto ‘O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas’, de Prebisch, teve ampla aceitação na segunda Conferência da CEPAL, em Havana, o que fez com que sua permanência no órgão fosse estendida. Quem trouxe o texto de Prebisch para a publicação no Brasil, foi Celso Furtado, outro importante economista que contribuiu para o pensamento Cepalino. Na Conferência de Havana, decidiu-se fazer um estudo mais elaborado sobre as quatro principais economias da região, (Brasil, Argentina, México e Chile) e que fora apresentado na Conferência da CEPAL de Montevideu, em 1950. Nessa conferência, o documento produzido deu ênfase à industrialização dos países e na busca pelo seu crescimento econômico através da ação estatal. Tais medidas desagradaram em muito os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. (CARVALHO GONÇALVES, 2011)

Ainda provisória, foi após a Conferência do México em 1951 que a CEPAL estabeleceu seu caráter definitivo, quando os países chegaram a um consenso sobre a permanência de suas atividades e da sua existência. Os Estados Unidos cederam, e, o documento final da conferência ressaltou a importância dos estudos da CEPAL acerca dos problemas econômicos da América Latina, e das proposições

que essa era capaz de fazer aos países para a busca das soluções aos problemas de subdesenvolvimento. (CARVALHO GONÇALVES, 2011)

Assim, dentro desse contexto de capitalismo atrasado, agroexportador e de economias subdesenvolvidas, sem uma aliança política entre os países, a CEPAL passa a ter um papel fundamental de aglutinar, estudar e propor enquanto escola de pensamento, políticas públicas estatais para se buscar o desenvolvimento econômico e a industrialização, que, seriam fundamentais para a modernização do capitalismo e o bem estar da população dos países da região.

“A CEPAL desenvolveu-se como uma escola de pensamento, cujo centro de suas reflexões eram tendências econômicas e sociais da América Latina, embora, num primeiro momento, fossem somente a longo prazo” (SANSON DE BEM, 2005, p. 4) O pensamento Cepalino tem três eixos analíticos principais ao longo de sua existência; o primeiro, tratava da relação desigual entre as economias dos países capitalistas desenvolvidos centrais, e as economias capitalistas periféricas, denominado histórico-estruturalista. Em segundo, a dificuldade dessas economias se inserirem no contexto internacional, haja vista a ausência de industrialização, tecnologia entre outros fatores, que acarretam impactos diretos no nível de emprego e na melhor distribuição de renda. Em terceiro, a ação estatal como fomentadora dessa industrialização e desenvolvimento entre os países. (SANSON DE BEM, 2005)

A natureza analítica da CEPAL, que tem como alvo os ‘policymakers’ da América Latina, são outro fator diferente nesse organismo e no que ele proporcionou aos países latino-americanos. A CEPAL não tem só natureza acadêmica e seus estudos tem o objetivo de assessorar e fornecer instrumentos à burocracia dos Estados da América Latina e do Caribe (LAC), na medida em que os governantes e ‘policymarkers’ forneciam dados para os estudos e depois tinham as proposições analíticas do campo econômico. (BIELSCHOWSKY, 2000) Vale lembrar a multiplicidade do pensamento e da produção Cepalina, nos muitos documentos produzidos, em diferentes tempos, mas que ao mesmo tempo, tem a mesma linha de pensamento, invocada nas necessidades dos países latino-americanos, no contexto econômico capitalista mundial. (POLLETO, 2000)

O que diferencia a CEPAL é justamente essa homogeneidade de pensamento e de ação, com seus estudos analíticos bem embasados e voltados para o setor burocrático estatal, e não há discussões acadêmicas, e seus métodos ao longo

desses mais de 60 anos, podem ser muito bem delineados em quadros analíticos, desde 1950.

É possível identificar quatro traços analíticos comuns aos cinco decênios. O primeiro diz respeito ao método. Trata-se do enfoque histórico-estruturalista, baseado na ideia da relação centro-periferia; dois outros referem-se a áreas temáticas: Análise da inserção internacional e Análise de condicionantes estruturais internos (crescimento e progresso técnico, e das relações entre estes, o emprego e a distribuição de renda); por último, encontra-se o plano de Análises das necessidades e possibilidades de ação estatal. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 17)

“É possível identificar cinco fases na obra da CEPAL”. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 18) Essas fases das ações direcionadas do pensamento analítico cepalino tiveram a duração decenal, por coincidência, sendo as que interessam aos nossos estudos aquelas que compõem os 20 primeiros anos da CEPAL, de 1950 a 1970. Dentro desses dois decênios, tivemos as questões relacionadas à industrialização (das primeiras conferências e nos anos 50) e as reformas necessárias para esse processo de industrialização (anos 60). (BIELSCHOWSKY, 2000)

Portanto, observamos assim que temos “traços analíticos” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 17) comuns aos decênios do estudo feito pela CEPAL, sendo o que nos interessa, especificamente, nesse ponto do trabalho, é o enfoque histórico-estruturalista do pensamento cepalino, nos seus primeiros anos de existência, até o surgimento da Teoria da Dependência. Para os estruturalistas, é possível superar o subdesenvolvimento e alcançar o capitalismo desenvolvido através de reformas estruturais, e para os marxistas, apenas o socialismo poderia vencer o subdesenvolvimento trazido pelo capitalismo. (KAY, 1991)

A estruturalismo-histórico da CEPAL é um poderoso modelo próprio de observação adentro das economias dos países latino-americanos, sua estrutura econômica e seu processo produtivo, lastreado institucionalmente na estrutura, o que, no contexto histórico de atraso no desenvolvimento industrial e capitalista, face às economias exportadoras de produtos primários, levaria a essa dicotomia entre o Centro e a Periferia. (BIELSCHOWSKY, 2000) Em suma, “as estruturas subdesenvolvidas da periferia latino-americana condicionam – mais que determinam – comportamentos específicos, de trajetórias a priori desconhecidas.” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 21)

“A pedra angular do estruturalismo é o paradigma centro-periferia²³”. (KAY, p. 101-113, 1991) Esse paradigma nasce da desigualdade geográfica do capitalismo, que proporcionou a revolução industrial nos países do Norte, que monopolizaram a tecnologia de produção de manufaturas, impondo uma política econômica de trocas que em nada tinha de vantajosa para os países produtores de matérias primas. A alienação dos países produtores de matérias primas, dentro da ordem internacional do trabalho e a deterioração dos termos de troca, foram afundando as economias periféricas num profundo atraso e subdesenvolvimento. A incorporação pelo Centro de novas tecnologias e o aumento da produção, em contraponto a sua expansão para novos mercados consumidores, aprofundou essa dicotomia do capitalismo internacional, entre um Centro capitalista industrializado e produtor de bens de consumo, e uma periferia produtora de bens primários cada vez mais desvalorizados face aos bens industrializados, e longe dos avanços industriais e tecnológicos necessários. (KAY, 1991)

Outro ponto importante, destacado por BIELSCHOWSKY (2000) está no fato dessa dicotomia não significar necessariamente que os métodos implementados na periferia levariam ao desenvolvimento, como no Centro, como sugeriam as teorias das etapas de desenvolvimento de Rostow. Ao contrário, a periferia teria seu modo próprio dentro de suas estruturas econômicas para industrializar, “introduzir o progresso técnico e crescer” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 22) proporcionando a introdução da sua força de trabalho no mercado e ao mesmo tempo, distribuindo renda, o que proporcionaria um aumento da qualidade de vida nos países da região. As políticas a serem implementadas nos países latino-americanos não faziam parte de uma cartilha de etapas para o desenvolvimento, mas, seriam políticas baseadas nas peculiaridades e no desdobramento histórico das experiências, análises e implementações por parte dos Estados dessas políticas públicas de desenvolvimento.

Partiu-se assim de uma região latino-americana e caribenha atrasada historicamente, não integrada, exportadora de produtos primário e distante da industrialização de dos bens de consumo, com um alto grau de subdesenvolvimento econômico e social, desemprego e uma enorme população rural, para um cenário de estudos, análises e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e a

²³ La piedra angular del estructuralismo es el paradigma centro-periferia [...]

industrialização, com economistas e sociólogos, em um trabalho de produção de políticas e não de teses acadêmicas, voltados para as especificidades e necessidades da região, sem visão etapista desse desenvolvimento. Era preciso entender as raízes históricas desse atraso e desse subdesenvolvimento para propor as políticas capazes de proporcionar o desenvolvimento da região. Quem fez esse estudo e essas proposições tão importantes à região, foi o economista Celso Furtado.

No seu livro “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, ele inicia fazendo uma análise do desenvolvimento do capitalismo industrial clássico, desde as economias pré-industriais e sua relação com o lucro. Tratou a questão da oferta na etapa do desenvolvimento industrial e do “efeito-preço²⁴” (FURTADO, 2000, p. 244) como desarticulador da velha economia artesanal. Passa-se então à análise da indústria de bens de consumo e de capital, e a importância dessa última quando se trata do tema de distribuição de renda. Segue ainda Furtado (2000) no estudo do setor industrial e os problemas que ele enfrenta na região, propondo uma análise econômica e histórica do contexto da evolução do capitalismo industrial. Essa ‘revolução’ industrial, segundo ele, foi marcante e provocou uma “ruptura na economia mundial” (FURTADO, 2000, P. 252), marcada pela rápida expansão dos países industrializados da Europa, e em uma de suas linhas, direcionadas a regiões já ocupadas e de economia pré-capitalista. Segundo Furtado, esse direcionamento europeu se deu tanto para a questão meramente comercial quanto para a aquisição de matérias-primas voltadas a sua indústria, e por haver essa enorme diferença na evolução dessas economias, o impacto foi enorme, mas de maneira diferente em cada país. Classifica então o subdesenvolvimento, como um “processo histórico autônomo” (FURTADO, 2000, P. 253) e não apenas uma etapa para o desenvolvimento capitalista.

Não apenas essa obra, mas o estudo feito por Furtado sobre o subdesenvolvimento e as economias brasileiras e latino-americanas é o cerne do que se trata o estruturalismo-histórico da CEPAL. Junto a Prebisch, as análises feitas se deram de maneira a respeitar tanto a história, quanto as instituições dos mais diversos países, num enlace propositivo para o que é outros dos principais

²⁴ “O crescimento da renda monetária era, necessariamente, menor que o do produto real, mas graças ao forte aumento da produtividade, no setor mecanizado – reflexo das economias internas criadas por aumentos na escala de produção e por inovações tecnológicas – a taxa de lucratividade se mantinha em nível atrativo. (FURTADO, 2000, p. 244)

pontos da existência da CEPAL e de seus estudos: a ação estatal. Respeitar os problemas da região sem vê-los como uma mera etapa do desenvolvimento mundial capitalista é saber que o desenvolvimento e o capitalismo não possuem um seccionamento horizontal, mas sim, vertical, onde existe uma ordem hierárquica de poder e imposição do capital pelas economias mais desenvolvidas do centro, como se viu no começo do século XIX, e que levou a ausência de integração e ao atraso do desenvolvimento capitalista como um todo.

Esse período cepalino entre 1950/60, que conforme se viu deram os decênios da 'industrialização' como alavanca do desenvolvimento, e de redução das desigualdades estruturais entre o centro e a periferia, tem uma forte inserção da necessidade do Estado, enquanto basilar para se conseguir esses propósitos. A CEPAL, não era um órgão acadêmico, e sua história remonta a necessidade que os Estados viam do seu desenvolvimento econômico e a modernização de sua produção capitalista. (SANSON DE BEM, 2005)

A lógica da presença do Estado vem em muito da debilidade da iniciativa privada, face ao contexto histórico de serem países que eram colônias de exploração e permaneceram como produtoras e exportadoras de produtos primários, com uma forte e resistente oligarquia obstaculizadora do desenvolvimento industrial, não havendo como a iniciativa privada, atrasada do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, alavancar o desenvolvimento econômico da região. Os empréstimos externos só encontrariam garantias no Estado, e assim, passou-se a indução estatal e o impulsionamento da industrialização de algumas economias por suas mãos. (SANSON DE BEM, 2005)

Já no final dos anos 50 alguns fatores foram preponderantes para a ação da CEPAL no decênio posterior – como dissemos, essa atuação decenal é apenas coincidência – como por exemplo a incapacidade de absorção da força de trabalho e a urbanização sem o devido planejamento, no contexto da industrialização promovida pelos Estados e a Revolução Cubana de 1959. Era preciso que a CEPAL tivesse em suas análises uma contribuição sociológica, e o órgão estava preparado para isso. Esse viés mais político, e a excelência do pensamento cepalino, trouxeram a década de 1960 uma análise mais acurada dos problemas acerca da industrialização e de como o planejamento econômico, acabou resultando em exclusão de parte da população dos ganhos obtidos com a industrialização e o progresso e de como não foi resolvido a questão da vulnerabilidade e a dependência

da região com os países do centro. Ademais, o crescimento econômico acima de 5% em média, aliado a diminuição das importações, gerava uma perigosa pressão inflacionária, e no fim das contas, no final da 'equação', o tão esperado desenvolvimento não havia chegado, e novos problemas surgiram. (BIELSCHOWSKY, 2000)

Prebisch e Furtado, cada um à sua forma, fazem a análise sobre a realidade do atual desenvolvimento e dos problemas relativos a reforma agrária e a má-distribuição de renda, além da dificuldade em absorver a força de trabalho. Fato é, que em alguns países, como o Brasil, houve a retomada do crescimento e a produção cepalina não cessava. Com o novo enfoque sociológico, e contrapondo a ideia de que o desenvolvimento viria de uma aliança da burguesia nacionalista com a classe trabalhadora, podendo conquistar a hegemonia da região, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto se juntaram à CEPAL e produziram "Dependência e Desenvolvimento na América Latina". Nesse ensaio, propuseram uma nova raiz metodológica de analisar o subdesenvolvimento, aliando as relações entre as sociedades periféricas e centrais. Por outro lado, a formulação marxista se deu quando André Gunder Frank esteve de visita a CEPAL na mesma década. A análise da "dependência" era um enfoque de reforma dentro do próprio capitalismo e não faz parte da corrente estruturalista da Cepal dos anos 50. (BIELSCHOWSKY, 2000)

Pode-se, dessa forma, analisar como se deu a criação da CEPAL e seu contexto histórico, da necessidade da formulação de modelos que dessem uma dinâmica desenvolvimentista a região e uma identidade a mesma, partindo da formulação de teorias e análises com base em dados quantitativos para a produção de políticas voltadas para que os Estados fomentassem o desenvolvimento econômico, sendo esses, o conjunto de fatores históricos que dão o pano de fundo para o surgimento da teoria da dependência e de seus estudos. A CEPAL transformou-se então no grande celeiro do pensamento econômico e sociológico da América Latina e Caribe que visa auxiliar os Estados a consagrar o desenvolvimento de suas economias dentro do contexto do capitalismo, não obstante, posteriormente, dentro da corrente marxista da teoria da dependência, alguns autores verem apenas no socialismo a dinâmica capaz de vencer os males causados pela divisão internacional do trabalho na história do desenvolvimento capitalista dos países da periferia do sistema. Passa-se agora a análise das teorias da dependência, inclusive de suas atuais vertentes, estudos e adaptações, para buscamos então entender se

ela é capaz, no atual contexto do capitalismo mundial e globalizado, de analisar a complexa teia das relações geoeconômicas entre duas economias capitalistas, como no caso, China e Argentina, e suas assimetrias.

3.2 A teoria da dependência

Caracterizada pelo enfoque multidisciplinar, a teoria da dependência foi desenvolvida para compreender os fenômenos da América Latina nos anos 60, sendo uma das vertentes teóricas surgidas no bojo dos autores que transitavam pela CEPAL, não guardando correlação direta com o estruturalismo Cepalino. Ambas buscam estudar e analisar a distância em que o desenvolvimento das economias dos países ricos se encontrava da dos países periféricos. Sendo desenvolvida por muitos autores, fossem eles sociólogos e economistas, a teoria da dependência não se confunde com o estruturalismo cepalino, apesar de ser uma teoria criada no bojo da CEPAL, mas sim, está ligada a vertente do decênio dos anos 60 da CEPAL que buscou investigar os problemas ligados a industrialização, e o fracasso das teorias do desenvolvimento implementadas. Quis-se expor o que foi a teoria da dependência, seus momentos históricos e principais autores, a fim de construirmos o arcabouço para a discussão mais importante, que trata dos novos aspectos e interpretações dessa teoria, para por fim, sustentarmos ou não a hipótese de que é possível analisar as relações geoeconômicas entre a China e a Argentina com base nessas novas inflexões da teoria da dependência.

A referência geográfica do surgimento da teoria da dependência foi o Chile, nos anos 60. O Chile estava vivendo um governo de transformações sociais, e muitos organismos internacionais, como a CEPAL e a FLACSO, além de universidades, estavam sediadas em Santiago. Essa se tornou então o berço teórico, onde foi debatida e escrito, muito daquilo que configurou-se como teoria da dependência. Não obstante, os outros países latino-americanos e caribenhos viviam momentos políticos turbulentos, com retrocessos e golpes militares, o que levou muitos estudiosos a se exilarem no Chile. A Teoria da Dependência surge em meio a esse turbilhão de acontecimentos políticos, em uma época que muito já se estudava sobre o desenvolvimento da América Latina. (FALETTO, 1998) “Em grande medida a análise do tema da dependência é também a análise do papel dos

intelectuais em um dado momento da história latino-americana e - para o bem ou para o mal – os intelectuais são produtores de ideologias” (FALETTTO, 1998, p. 117)

A teoria da dependência não é uma escola particular ou isolada, e nem é cingida a um campo específico da realidade política ou econômica. Sociólogos, historiadores, cientistas políticos e economistas e pessoas ligadas a burocracia estatal – ‘policymakers’ – foram pensadores e construtores diários das linhas de pensamento que envolvem a dependência econômica, política e até mesmo a cultural. A referida teoria tem uma perspectiva muito peculiar da América Latina, tanto pela sua construção teórica, seu método e sua construção geográfica. A metodologia de análise e aplicação, que levou em consideração os elementos históricos da posição dos países latino-americanos e caribenhos na economia mundial ao longo da história e as especificidades de cada país da região, são fundamentais para a construção dessa teoria eminentemente assentada na América Latina.

A noção de dependência remonta a teoria imperialista de Lênin, mas, adaptada ao novo contexto latino-americano e principalmente, ao fato de se tratar da subordinação de economias capitalistas perante outras, e não de colônias aos colonizadores imperialistas.

Isto ocorre também com a noção de dependência. Por certo, mesmo sem remontar para trás do Século XX, na pena de Lenin e de Trotsky, por exemplo, a expressão dependência ocorreu com uma certa frequência. Da mesma maneira a referência a dependência é comum em autores que, elaborando o óbvio, se referem a situações de dominação. Lenin formulou, com simplicidade, o principal sobre a dependência como uma articulação entre duas partes de um mesmo modo de produção e sobre a subordinação de um modo de produção a outro. (CARDOSO, 1980,p. 58)

A Teoria da Dependência, como já olvidamos, surge especialmente para adaptar a teoria clássica do imperialismo, de Lenin, que estava em crise, justamente por tratar de uma relação de colônias versus colonizadores. Culminado a essa necessidade de releitura da teoria marxista de Lenin, teóricos de esquerda estavam no dilema do desenvolvimento Cepalino; e as ditaduras nos países da América Latina fizeram que muitos teóricos se exilassem no Chile, que se tornou o ambiente propício e pulsante dessa nova corrente teórica. Não por menos, o mais correto é tratarmos de ‘Teorias de Dependência’. (BORÓN, 2008)

A Teoria da Dependência surge na América Latina e Borón (2008) afirma que se deve destacar esse ponto, pois não é uma teoria que surge na África ou na Ásia, que também são continentes submetidos à exploração e a dependência.²⁵ Segundo o autor a América Latina viveu um eixo teórico contraposto e que deu lugar posteriormente a Teoria da Dependência, que seria a Teoria da Modernização. A América Latina, dentro do contexto acadêmico, também viveu uma americanização das Ciências Sociais dentro de uma metodologia fechada, que queria aplicar a qualquer custo seus entendimentos, mesmo que não tivessem base conclusiva e de dados concreta. Dentro desse aspecto a Teoria da Modernização trazia um receituário para o desenvolvimento baseado num rigor de aplicação diretiva de métodos que levariam os países subdesenvolvidos a serem desenvolvidos como os Europeus. Seria parte de um processo natural de desenvolvimento caso seguissem a mesma “estrada” que teriam seguido os países desenvolvidos. Tal teoria é falha, pois as sociedades não traçam um caminho natural para o desenvolvimento, e necessariamente há a necessidade da presença do Estado através de políticas públicas. (BORON, 2011)

A incapacidade da teoria da modernização de lidar com a variável política e seus dilemas e lidar com desafios impostos pelo Estado são o fracasso desse modelo hegemônico de ciências sociais, pois a política e a economia não podem andar separadas. A metodologia das ciências sociais que produziu a teoria da modernização foi severamente criticada. Essas críticas em massa se deram especialmente na América Latina pois a Teoria da Modernização negligenciou a problemática do Estado e a dimensão política da vida social. A teoria da dependência promoveu uma mudança severa na agenda das ciências sociais na América Latina. A literatura dependentista entrou no topo da agenda e interferiu na reorganização e na leitura das ciências sociais no mundo. Os autores

²⁵Creo que com su obra los dependentistas procuraron dar respuesta a la doble perplejidad. Primera, la que surgia del fracasso de las teorías del desarrollo que habían sido propuestas fundamentalmente por la CEPAL desde finales de lá década de 50 y principios de los 60 donde America Latina, supuestamente, reunia todas condiciones para ananzar em um processo de desarrollo que al cabo de quince o veinte años llevaria a nuestros países a uma condition de economías desarrolladas o de crecimiento auto sostenido. (BORÓN, Atílio. 2008, pág 238.)

“Creio que a obra dependentista procurou dar uma resposta a duas controvérsias. A primeira surgia do fracasso das teorias do desenvolvimento que foram propostas fundamentalmente pela CEPAL desde o final da década de 50 até princípios dos anos 60 onde a América Latina, supostamente reunia todas as condições para alavancar um processo de desenvolvimento que em quinze ou vinte anos levaria nossos países a uma condição de economías desenvolvidas e de crescimento autosustentável. (tradução nossa)

dependentistas rejeitavam as bases da teoria da modernização. Para eles, o processo de desenvolvimento do capitalismo na periferia nunca poderia reproduzir as mesmas bases do centro, pois são realidades históricas distintas. O capitalismo desenvolvido forma a dependência nos mercados periféricos. As questões relativas a produção e a quem vender não residem mais nos mercados internos, mas sim, em outros mercados de outros países, para o além mar. (BORON, 2011)

Antes de um maior aprofundamento na teoria da dependência, aderiremos à matriz teórica de Cardoso e Faletto (2010) para podermos distinguir com maior clareza os termos 'desenvolvimento' e 'subdesenvolvimento'; 'economias centrais' de 'economias periféricas' e 'economias autônomas' e 'economias dependentes'. Para os autores, acima referenciados, existe uma distinção nas dimensões e na significação teórica desses temas. A dependência tem correlação com os planos econômicos e políticos e sua vinculação, no contexto externo dos países e também no interno.

A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo – apesar de, como vimos, isso implicar algumas consequências sociais – sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente (socialismo, capitalismo, etc) ou externamente (colonialismo, periferia do mercado mundial, etc.) As noções de 'centro' e 'periferia' por seu lado, destacam funções que cabem as economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores políticos sociais implicados na situação de dependência. (CARDOSO & FALETTTO, 2010, p. 37)

Apesar de encontrarmos diversas matrizes e leituras teóricas sobre as relações de 'dependência', 'centro', 'periferia', 'desenvolvimento' e 'subdesenvolvimento', a noção dada por Cardoso e Faletto não contrapõe os termos, mas apenas implica as dinâmicas diferentes em que eles devem ser observados. Os sistemas produtivos diferenciados, que nos dão a noção de desenvolvimento e subdesenvolvimento, implicam na noção de centro e periferia, pois há a dimensão geográfica dessa correlação assimétrica, e as relações políticas e econômicas que circundam interna e externamente o desenvolvimento e o subdesenvolvimento do 'centro' e da 'periferia' são as relações de dependência. Os termos não se sobrepõem ou contrapõem, mas apenas se harmonizam quando damos uma interpretação elegante, levando em consideração o contexto histórico.

Importante compreender que a tônica da teoria da dependência está na polarização entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, e mesmo sendo uma

teoria independente do estruturalismo cepalino, buscou alguns de seus eixos para as suas formulações. Segundo Palma (2014) a teoria da dependência veio para tentar explicar o fracasso das teorias do desenvolvimento, lastreadas na industrialização, do período anterior, e ao mesmo tempo, explicar o subdesenvolvimento da região em função da dependência, e na sua visão, os dependentistas, apesar de serem críticos as teorias do desenvolvimento elaboradas pela CEPAL, utilizaram-se de três aspectos centrais das teorias cepalinas. A primeira é a tese que de a afirmação da região latino-americana no sistema internacional dependência de sua posição econômica nesse sistema, em segundo, levaram em consideração o modelo ‘centro-periferia’, e por fim que a deterioração dos termos de intercâmbio desde a década de 30 tornava essencial a região a sua industrialização e a modernização do seu capitalismo. “La teoría se focalizó, entonces, en los aparentes impedimentos estructurales del sistema capitalista internacional que obstaculizarían al desarrollo económico de la región.” (PALMA, 2014, p. 11)²⁶

Theotonio dos Santos (1998) faz uma linha do tempo – que ele mesmo denomina como um ‘balanço’ – desde as teorias do desenvolvimento e as contradições do capitalismo mundial, no contexto da crise de 1929 e do pós-guerra, para iniciar a sua leitura da dicotomia entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, e do que foi o surgimento da teoria da dependência. “A teoria da dependência, que surgiu na América Latina nos anos 60, tentava explicar as novas características do desenvolvimento socioeconômico da região, iniciado de fato em 1930-45.” (Dos Santos, 1998, p. 17) O capitalismo vivia no pós-segunda guerra um novo ciclo de expansão e uma necessidade de movimentação internacional dos capitais financeiros. A indústria estadunidense, por sua vez, no padrão fordista, iniciava o ciclo expansivo a nível planetário, que representou para a periferia, a instalação de multinacionais e fazer parte da engrenagem do capital internacional, o que passou a contestar “a noção de que o subdesenvolvimento significava a falta de desenvolvimento”. (DOS SANTOS, 1998, p. 18)

[...] Abria-se o caminho para compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo,

²⁶ “A teoria se focou, então, nos aparentes impedimentos estruturais do sistema capitalista internacional que obstaculizariam o desenvolvimento econômico da região” (PALMA, 2014, p. 11, tradução nossa)

como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento. [...] Se a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento eram o resultado da superação do domínio colonial e do aparecimento de burguesias locais desejosas de encontrar o seu caminho de participação na expansão do capitalismo mundial; a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960, representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização. (DOS SANTOS, 1998, p. 18)

Ou seja, era possível o desenvolvimento na periferia do capitalismo, mas o que não significava um reflexo direto desse desenvolvimento em toda a sociedade, ou mesmo na infraestrutura dos países periféricos. O capitalismo se desenvolvia dentro de pequenos focos, que eram as empresas multinacionais, ou seja, a produção capitalista e a transferência de capitais, tal como o parque industrial, representavam um capitalismo avançado, mas a ausência de transferência de tecnologia e de investimentos diretos, além da transferência de capitais para o exterior, mantinha essas economias periféricas em níveis subdesenvolvidos. Cria-se assim uma relação de dependência e subordinação com as economias centrais, e ao mesmo tempo um ciclo vicioso de subdesenvolvimento das periferias dependentes.

A Teoria da Dependência tem um enfoque num problema real e buscou, à época, ao contrário de muitas teorias, a solução para o problema diagnosticado. Estruturada uma diferença de desenvolvimento entre norte e sul, dentro dos parâmetros de desenvolvimento/subdesenvolvimento expostos por Theotonio dos Santos, e decorrente dessas, uma dependência do sul (periférico) para com o norte (centro), que gera as disparidades econômicas que afundam ainda mais os países periféricos na ausência de desenvolvimento capitalista como um todo, os teóricos dependentistas e a CEPAL focaram na solução e no desenvolvimento econômico da periferia (nem sempre coadunando das mesmas soluções) e sua independência para com os países do centro do capitalismo mundial.²⁷

²⁷Para Castro e Silva, “Um elemento essencial dentro de uma definição de dependência é o fato de as economias nacionais dos países periféricos estarem atrofiadas, e, para funcionar como tais, estas economias necessitam do circuito capitalista internacional. Paralelamente, e de forma dialética, a este elemento se devem acrescentar os importantes aspectos internos da dependência, que servirão para chegar à sua correta definição. Os aspectos internos da dependência referem-se à fragmentação interna que apresentam as sociedades dependentes.” (2004)

Mantega (1997) ao revisitar os enlaces teóricos da dependência, fazendo uma revisão bibliográfica - que utiliza-se nesse trabalho para melhor compor o enfoque histórico - nos remonta à dicotomia entre a relação de dependência entre o centro e periferia, sendo o “subdesenvolvimento apenas uma construção do imperialismo e ficando a ele subordinado” (MANTEGA, 1997, p. 44) A relação entre as nações é dependência pura, pois a periferia não possui o desenvolvimento capitalista, sendo mera reprodutora e dependente das nações do centro do capitalismo, enquanto não houvesse a revolução socialista. Sendo essa a posição de André Gunder Frank e da esquerda americana. Passando a análise da teoria da dependência de Cardoso e Faletto, remonta que esses autores trabalharam os fatores internos dos países para obter o grau de subordinação desses as nações desenvolvidas. A estrutura interna e o grau de desenvolvimento interno do capitalismo da periferia, seus enlaces positivos e sociais, seriam variáveis essenciais para se medir a dependência externa. Persiste Mantega (1997) que essa análise de Cardoso e Faletto, “é antes de mais nada, uma tentativa de superar o reducionismo econômico da CEPAL e da análise estrutural de um modo geral” (MANTEGA, 1997, pág. 44) que não fazia a análise mais acurada dos termos da dominação, prendendo-se demais as relações comerciais.

A riqueza acadêmica da ‘Teoria da Dependência’ deu a ela inúmeras leituras, interpretações e prospecções para o desenvolvimento da região, e várias nomenclaturas foram dadas a essas duas visões: ‘teoria marxista da dependência’, ‘teoria weberiana da dependência’, ‘teoria sociológica da dependência’, ‘teoria ortodoxa’ e ‘teoria heterodoxa’, todas expressando a dicotomia central das visões da dependência marxistas e sociológicas. Luiz Carlos Bresser-Pereira nos dá três interpretações possíveis à teoria, o que não denominamos como ‘nomenclatura’, seguindo a linha que o autor quis se expressar:

A localização histórica da discussão da dependência, não foi feita apenas na CEPAL, como também no ISEB, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Didaticamente, ele localiza a teoria da dependência não como uma estratégia de desenvolvimento, “[...] mas como uma interpretação sociológica e política da América Latina que competiu com sucesso contra a interpretação nacional-burguesa, e, em segundo lugar, por que não era, afinal, crítica do imperialismo como

parecia ser [...]”. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 31) Essa releitura crítica feita em 2010 pelo Bresser-Pereira (2010), nos dá a dimensão de que o enlace da teoria da dependência é de fato uma interpretação, uma maneira de observar e analisar a realidade política e econômica daquela época, visando entender o porquê da dinâmica atrasada do nosso capitalismo e dos erros de nossas políticas econômicas. Conceitualmente, para Bresser-Pereira (2010, p. 31) “a interpretação da dependência é uma análise sociológica da forma dependente de capitalismo que se manifestou na América Latina [...]”.

Segue o autor promovendo essa diferenciação estabelecendo a dicotomia entre as interpretações na versão da ‘super-exploração’ e da ‘dependência associada’, expondo uma terceira versão, qual seja: a “nacional-dependente”. A primeira tem a fatídica e imutável situação dos trabalhadores de super-exploração que só vê saída com a revolução socialista (imperialismo), haja vista que não havia uma burguesia nacional capaz de, em conjunto com os trabalhadores, propor e promover um pacto pelo desenvolvimento nacional. É uma versão próxima da teoria do imperialismo, na medida em que não admite que possa haver “desenvolvimento nacional no âmbito capitalismo subdesenvolvido” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 34) sendo que a grande causa do subdesenvolvimento da região seriam o imperialismo e o capitalismo. Nessa visão - da ‘super-exploração’ – os trabalhadores não estavam adstritos apenas a exploração do capitalismo local, mas também ao capitalismo do ‘centro’, de raiz imperialista. (BRESSER-PEREIRA, 2010)

A segunda interpretação na visão de Bresser-Pereira é a dependência associada, nascida na Escola Sociológica de São Paulo, que via o desenvolvimento nos anos 60 como um modelo dependente e associado, autoritário politicamente, e concentrador de renda economicamente; tal interpretação nasce com a leitura do momento em que o Brasil passava, onde a Ditadura Militar implantou as políticas de industrialização e substituição de importações, e ao que tudo indicava, houvera um pacto político entre a burguesia industrial e o comando do país, além de empresas multinacionais, e excludente dos trabalhadores. As elites locais, longe de buscar um rompimento institucional com a Ditadura e, subservientes ao capital estrangeiro, aceitaram seu papel secundário na industrialização e desenvolvimento nacionais levados a cabo, sem democracia e participação popular. Esses fatos históricos ensejaram o ensaio de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”. (BRESSER-PEREIRA, 2010)

Por fim, a terceira, seria a versão de Furtado e Oswaldo Sunkel: a “nacional dependente”. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 37) Essa última trata a dependência como relativa e contraditória, pois de um lado vêm-se elites locais cosmopolitas e alienadas com interesses contrapostos aos países ricos. Bresser-Pereira se alia a essa corrente, e para ele:

A classe local capitalista ou burguesa na América Latina costuma ser dividida entre, de um lado, um grupo mercantil e financeiro associado aos países ricos e, de outro lado, uma burguesia industrial que vive um processo de permanente contradição entre a desejada identificação dos empresários industriais com sua nação, contando com políticas públicas que aumentam os lucros e sustentam a acumulação de capital, e a tentação de se aliarem as elites empresariais nos respectivos países centrais. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 38)

Em um estudo sobre a Dependência mais recente, proposto por Carlos Eduardo Martins (2011) observamos que, para ele, a matriz teórica paradigmática da dependência pode ser extraída de duas principais linhas de pensamento: a marxista, que visa a independência dogmática dos Partidos Comunistas, visando interpretar utilizar o marxismo de forma criativa, levando em conta as peculiaridades e os limites do desenvolvimentismo da região, com influência da Revolução Cubana, cujos principais expoentes são Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra; e a weberiana, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. (MARTINS, 2011) As teorias da dependência significaram um salto na compreensão da realidade latino-americana. (MARTINS, 2011, p. 231)

Contudo, para fins de revisão bibliográfica que antecede a discussão sobre os atuais aspectos da teoria, levaremos em consideração a nomenclatura usada por Bresser-Pereira (2010). Levando-se em consideração que trata-se de uma teoria interpretativa e não uma política de desenvolvimento, e que são possíveis três raízes interpretativas, a divisão teórica produzida por Bresser-Pereira em 2010 coaduna com a necessidade de exposição da teoria nesse ponto do capítulo. Seguindo, podemos dizer sem incorrer em erro histórico ou acadêmico, que Fernando Henrique Cardoso foi um dos grandes teóricos da dependência. Sua visão mais sociológica do que econômica, que para alguns traçou uma linha weberiana para a análise da dependência foi tão marcante que incluiu os estudos da dependência até mesmo nas academias do *mainstream*. Para Gilbert Rist (2008) a Teoria da Dependência

nasce em contraponto as ideias ‘modernizantes’ de Rostow (como afora dito sobre a teoria da modernização) e foi organizada em dois ‘fronts’: um no norte, com os neomarxistas e outro no Sul, com os intelectuais. A escola dependentista conta nos Estados Unidos com Paul Baran e Paul Sweezy, no Chile com a CEPAL de Prebisch, no Brasil com Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado e posteriormente com autores fora do eixo do continente americano, como Samir Amim na África, André Gunder Frank, Pierre Jalée, Dieter Senghaas e Johan Galtung na Europa. (RIST, 2008) Mas, como expusemos, apesar das diversas nomenclaturas dadas ao enlace teórico de Fernando Henrique Cardoso, adotamos a de Bresser-Pereira (2010) que Cardoso e Faletto trabalham a interpretação da ‘dependência associada’.

Cardoso e Faletto, desde a introdução, buscam as explicações internas e externas para o desenvolvimento ocorrido na década de 50, e ainda sim, o subdesenvolvimento permanente das economias latino-americanas e caribenhas, mantendo o grau econômico das interpretações sobre os problemas da industrialização dos anos 50. Iniciam então uma leitura da sociedade – que podemos dizer ser complementar a econômica – para entender que há de fato, dentro da concepção de desenvolvimento do capitalismo, um problema estrutural de algumas economias. Nesse sentido, é preciso conjugar a análise econômica com a sociológica, pois o desenvolvimento é antes de tudo, um processo de aspecto social. (CARDOSO & FALETTO, 2010)

Para Cardoso e Faletto (1977) a retórica dependentista não era meramente econômica e não apenas um assunto externo, mas um complexo de atores internos interligados com o mercado mundial e o sistema internacional. A variável interna e política passa a ter uma outra dimensão dentro da teoria, o que faz com que a visão da dependência de Cardoso e Faletto ganhem uma outra dimensão. O Estado joga um papel importante no processo de acumulação capitalista. A relação entre política e economia não pode ser vista de uma maneira reducionista, como viam os teóricos da modernização. (CARDOSO & FALETTO, 1977)

Nesse aspecto, seguem os autores ressaltando e discernindo entre a relação de subdesenvolvimento e dependência, donde há a situação de dependência no subdesenvolvimento e que tal dependência surge justamente na expansão das economias dos países capitalistas originários. (CARDOSO & FALETTO, a, 1977). Ora, a idéia “de dependência alude diretamente às condições de existência e

funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno como o plano externo dos países.” (CARDOSO & FALETTTO, 1977, p. 27)

Mantega (1997) salienta que a principal contribuição dos dois autores “foi ter definido a metodologia para uma análise histórica e dialética do processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento.” (MANTEGA, 1997, p. 45) De toda maneira, buscaram e conseguiram avançar na análise do desenvolvimento da periferia capitalista, se distanciando de velhas dicotomias, como a meramente imperialista, sem observar que o modo de produção capitalista se desenvolvia na periferia, sem alcançar, contudo, os aspectos de uma economia capitalista avançada, de onde conclui-se que há a possibilidade de desenvolvimento no subdesenvolvimento.

A conceituação da dependência, feita por Cardoso e Faletto, tinha, antes de tudo, uma raiz metodológica, “as análises do processo histórico de constituição da periferia da ordem capitalista internacional devem explicar a dinâmica da relação entre as classes sociais no nível interno das nações” (CARDOSO, 1970, p. 4) ou seja, não é apenas o imperialismo puro, mas a dinâmica de classes interna das nações é importante e influi na formação periférica de seu capitalismo. Os condicionantes exógenos ou externos, - o imperialismo – estão estruturados na política, economia e nas classes desses Estados periféricos, ligados as economias centrais, determinando o grau da dependência. (CARDOSO, 1970)

Nessa releitura, Cardoso explica o que é a relação de dependência, e de como os movimentos do sistema capitalista internacional tem ressonância nas economias periféricas, mas não como um mero efeito cascata. Essa ressonância se dá dentro dos aspectos históricos, sociais e políticos da nação periférica, ou seja, em consonância com a luta de classes local. Cada dependência tem sua dinâmica própria dentro de uma perspectiva histórica. O movimento do capitalismo nas economias centrais traz um rearranjo nas economias periféricas, mas, não de forma abstrata, e sim, de uma maneira concreta, de acordo com as perspectivas da luta de classe, do Estado e dos movimentos sociais. (CARDOSO, 1970) O método de análise histórica e concreta do capitalismo e do desenvolvimento, trazido no “Dependência e Desenvolvimento na América Latina” é que foi peculiar, dando ênfase em uma dependência volátil, sensível a variáveis internas e externas, diferente da leitura engessada do ‘imperialismo’.

Esse é o método histórico-estrutural, pois se tece a teoria com lastro no “condicionamento estrutural da vida social, mas também a transformação histórica das estruturas pelos conflitos, movimentos sociais e luta de classes” (CARDOSO & FALETTO, 2008, p. 6) As estruturas, nas sociedades analisadas, quais sejam, periféricas, são assimétricas, desorganizadas e desiguais, mas, sensíveis a transformações no seu núcleo, advinda da luta de classes, o que transforma a situação de dependência em uma situação modificável, e até mesmo imensurável em níveis, das as perspectivas históricas e de cada país. (CARDOSO & FALETTO, 2008)

Dentro da nomenclatura proposta, passamos a uma análise mais específica da um dos expoentes da Teoria da Dependência, que é sua versão da ‘super-exploração’, que atinge mais o cerne dos meios de produção e das relações trabalhistas, e que teve alguns expoentes como Theotonio do Santos, Rui Mauro Marini, André Gunder Frank e Vania Bambirra. Bresser-Pereira (2010) remete ao contexto da ‘super-exploração’ permeando, inicialmente, as noções do imperialismo da época mercantil e do atual capitalismo explorador de matéria-prima, como causa do subdesenvolvimento passando então a ‘super-exploração’ que é o fato dos trabalhadores terem suas cargas de trabalho aumentadas em detrimento da diminuição de seus salários. “A exploração era uma característica normal das economias capitalistas, que se acentuou nos países dependentes ou periféricos e se transformou em super-exploração” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 35) Contudo, nesse contexto, a exploração não se daria apenas pela burguesia local, mas também com relação a burguesia do “centro imperial”(BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 35). A solução para os trabalhadores e para sair dessa relação imperialista de dependência, seria a revolução socialista. (BRESSER-PEREIRA, 2010)

O imperialismo é, na visão de André Gunder Frank, o principal inimigo para o desenvolvimento da América Latina, advindo das relações coloniais clássicas, em que a metrópole explorava “através da divisão do trabalho produtivo o intercâmbio monopolista de manufaturas e matérias primas”. (GUNDER FRANK, 1968, S/P) Já em 1968, o autor vê novas formas desse imperialismo, que começam a se manifestar entre os países do centro para com a periferia, que são os investimentos estrangeiros, através das multinacionais. Critica a ‘metrópole’ que, para fins de comércio exterior e de expansão da sua máquina capitalista, mantém a tecnologia com ela e apenas produz bens nos países subdesenvolvidos, remetendo capitais,

bens manufaturados e royalties para os países sede das empresas. (GUNDER FRANK, 1968)

Essa vertente da teoria da dependência acreditava que a relação imperialista retira dos países subordinados o excedente da produção capitalista, impedindo a acumulação de capital necessária ao desenvolvimento, e somente a revolução socialista poderia quebrar esse processo de estagnação e dependência dos países do centro do capitalismo. (MANTEGA, 1997) Sobre Marini, explica o eixo central de sua teoria, onde a burguesia nacional dos países periféricos tem que explorar duplamente a força de trabalho, para transferir excedentes para os países centrais e reter parte para valorizar seu capital. Essa tese da super-exploração do trabalho. Para essa corrente, chamada por Mantega (1997) de Neomarxista, essa expropriação sistemática do excedente da produção pelo imperialismo é cíclica, sendo o subdesenvolvimento um estado de 'ida e volta', pois há necessidade de explorar o excedente de produção da periferia. (MANTEGA, 1997)

O estudo das questões ligadas ao desenvolvimento produzidos nos países centrais do capitalismo – seus centros hegemônicos – deu origem à teoria do imperialismo e do colonialismo, ao passo que, esses estudos nos países periféricos, sobre nossa perspectiva histórica e estrutural, deu origem a teoria da dependência. Assim, o enfoque dos autores da teoria imperialista é limitado quando se trata das relações entre o centro e a periferia, estudadas a partir da periferia. Apesar de ser global, a realidade da dependência é específica na região latino-americana, e compreender a dependência é nada mais do que ampliar a teoria do imperialismo, contribuindo também para os seus estudos. (DOS SANTOS, 1998)

A teoria, amplamente estudada em suas diferentes vertentes, foi analítica, mas também, para certos autores, um instrumento de luta e tentativa de superação das mazelas trazidas pelo capitalismo aos países periféricos. Os autores marxistas, que viam no socialismo a superação dessas mazelas, tratavam a teoria como um manuscrito de superação do capitalismo, e partiram de um pensamento de esquerda, nascido na leitura e interpretação dos escritos de Marx. Era necessário buscar uma saída para a profunda crise estrutural da economia dependente da América Latina. (BAMBIRRA, 1978)

Nessa linha capitalista cíclica as chances de desenvolvimento para a periferia estão estariam esgotadas, e o que podemos aspirar, ou o que conseguiremos ter, são ciclos de crescimento econômico, como ocorrem esporadicamente na Argentina,

México e Brasil, e que mesmo com esses ciclos de crescimento, ainda perpetuam problemas estruturais graves como a desigualdade social, falta de infraestrutura e desemprego. Há ainda uma grande vulnerabilidade externa, e mesmo com os meios de produção capitalista modernos, mesmo com economias vultuosas em termos de PIB, não conseguiu-se solucionar os problemas básicos que economias mais desenvolvidas não mais os tem. (BORÓN, 2008)

O viés marxista de uma maneira geral, e de como a leitura de Marx se enquadra nas análises de dependência, pode ser muito bem lido em Theotonio dos Santos, quando esse faz um balanço geral sobre a teoria da dependência. Não há afirmações evidentes sobre ser de natureza marxista, mas a leitura das análises leva sempre a remissão teórica de Karl Marx.

A América Latina surge como economia mercantil, voltada para o comércio mundial e não pode ser de nenhuma forma, identificada com modo de produção feudal. As relações servis e escravistas desenvolvidas na região foram parte, pois de um projeto colonial e da ação das forças sociais e econômicas comandadas pelo capital mercantil financeiro em pleno processo de acumulação - que Marx considera primária ou primitiva essencial para explicar a origem do moderno modo de produção capitalista. Estas formações sociais de transição são de difícil caracterização. (DOS SANTOS, 1998, p. 25)

Para Caputo e Pizarro (1971) o conceito de dependência não está adstrito apenas às relações econômicas internacionais e nem muito menos ao comércio exterior. O conceito geral e seu marco de análise são as relações do desenvolvimento capitalistas e a dependência que elas geram no sistema como um todo, sendo que a situação de subdesenvolvimento, esta adstrita a esse sistema. Para esses autores, o comércio exterior não é um obstáculo as economias periféricas, mas uma manifestação necessária do sistema capitalista, e a dependência estabelecem os limites para o desenvolvimento das sociedades dependentes. Além desses fatores, temos a dominação pelo capital estrangeiro das economias dependentes e produtoras de baixo manufatura, com o controle pelas empresas multinacionais.

Dussel e Yanes (1990) fazem uma leitura minuciosa da literatura marxista aplicada a teoria da dependência, por seus autores, começando pela teoria do império de Lênin até Rui Mauro Marini, e para esses autores, a lei da dependência vem da relação de transferência de mais valia das economias periféricas para as centrais num sistema de monopólio e não de competição. A ausência de

competição, aumenta em muito a mais-valia e principalmente a que é remetida às economias do centro do capitalismo, observando a mais-valia não como uma 'lei', mas como uma tendência natural do capitalismo. Para eles, a 'dependência', na sua essência é a extração de mais-valia, e a superexploração do trabalho, estudada por Marini pode ser explicada como compensação da transferência de mais-valia.

Do lado marxista da teoria da dependência, podemos supor a premissa de que o capitalismo é um sistema baseado na acumulação de mais-valia e na competição, onde os monopólios competem entre si, e havendo um dinamismo tecnológico superior, por consequência, haverá a obtenção de mais valia. Isso é um problema para os países dependentes quando incorporados a competição a nível do sistema econômico internacional, sofrendo assim diversas expropriações dos excedente produtivo, pois não podiam desafiar a competição monopólica. (MARTINS, 2011) O saldo são países dependentes e renegados a exportação de produtos primários.

Nesse sentido, a lógica da periferia não mudaria mesmo com a industrialização pois os países imperialistas seguiriam nessa configuração com os mesmos fatores de exploração, com os investimentos financeiros e a transferência de tecnologia ultrapassada. Essa linha marxista de Ruy Mauro Marini expõe a vertente mais cruel da dependência na medida que trabalha numa superestrutura onde o imperialismo rompe até mesmo as pequenas digressões desenvolvimentistas do sul periférico. O trato entre o Norte e o Sul sempre será desigual e sempre haverá a necessidade de lidar com o norte numa perspectiva de dependência. (MARINI, 1973)

Nessa mesma linha marxista, Gunder Frank (1968) é explícito em dizer que os países da América Latina passam por ciclos de desenvolvimento que sempre culminam em um posterior e maior subdesenvolvimento. Para ele, o subdesenvolvimento da América Latina está atribuído não pela ausência de estruturas e de um capitalismo desenvolvido, mas justamente pela presença do capitalismo. Sendo assim, para o mercado mundial, a economia periférica é necessária para a manutenção do *status quo* e para a própria expansão do mercado, sem contudo, mudarmos o eixo de periferia. (GUNDER FRANK, 1968)

“Isso significa que as classes dominantes dos países de periferia (dependentes) buscarão na tecnologia estrangeira a fonte de apropriação de mais-valia independentemente de sua produção.” (MARTINS, 2013, p. 240) A

produtividade fica restrita em segmentos direcionados para o mercado internacional e algumas poucas frações de mercado interno, dirigidas ao consumo da alta burguesia. (MARTINS, 2013)

Como resultado, esse processo fará com que segmentos da burguesia interna dos países periféricos que se aliam ao capital internacional se apropriem de grande da mais valia gerada internamente, sem o aumento da taxa de mais-valia; “as relações econômicas internacionais que essa burguesia estabelece implicam em uma perda de mais valia para a economia nacional pelo ajuste de seus valores à produtividade internacional que incide sobre ela.” (MARTINS, 2013, p. 240) e a superexploração do trabalho que regulará a força de trabalho para manter as margens de lucro. (MARTINS, 2013)

Para Koling (2007), analisando Marini, a superexploração garantia a acumulação dos países centrais (acumulação imperialista) e da burguesia da periferia, inclusive em momentos de crise do capitalismo, usando expedientes como a socialização das perdas e recuperação da economia através dos arrochos salariais e com novas formas de exploração, como por exemplo, a desregulamentação do trabalho protegido legalmente. “O papel do Estado na regulação e/ou desregulamentação das relações entre o capital e o trabalho também é recomposto a cada nova fase do capitalismo dependente e da expansão imperialista” (KOLING, 2007, p. 21)

Concluindo essa revisão bibliográfica, pudemos fazer uma leitura e revisão bibliográfica dos principais textos e autores que compõe o estudo da dependência e sua teorização nos mais diversos campos do conhecimento. Observamos que não apenas os textos da época dos anos 60 e 70 fazem parte dessa análise, como também, uma literatura atual, partindo de uma releitura, ou de uma leitura crítica atualizada, até mesmo dos próprios autores dos anos 60. Pudemos analisar, pelas datas, que ela ‘ressurgiu’ no final dos anos 90 e no começo dos anos 2000, e no final dos anos 2000, talvez, não por coincidência, em momentos de crise global do capitalismo e impactos na América Latina.

Dentro das duas principais correntes, necessita-se distinguir as análises feitas sobre o capitalismo global na América Latina. Enquanto para a corrente da ‘dependência associada’ fica nítido que o desenvolvimento enquanto conceito é o desenvolvimento do capitalismo periférico, que significa aumento da acumulação de capital, aumento da tecnologia, aumento dos padrões de consumo e como

consequência o aumento de desigualdades sociais, desemprego e pobreza; para a corrente da 'super-exploração' a dependência gera o subdesenvolvimento dos padrões de vida, e o desenvolvimento proposto, é o desenvolvimento econômico e social dos países periféricos, e para isso, o capitalismo nunca seria a melhor saída, mas apenas o socialismo. Fato é que, para ambas, o papel do Estado é fundamental para fomentar esse 'desenvolvimento' que cada uma se propõe.

Mas não são apenas releituras críticas e revisões que se fazem hodiernamente da teoria da dependência, como também, novos enfoques, baseados no sistema capitalista mundial globalizado e seus mercados financeiros. O próximo tópico, será dedicado a estudar as diversificações da dependência, e as leituras atuais da realidade latino-americana sob o enfoque dessa teorização. No enfoque mais analítico do que propositivo, observaremos a aplicação da teoria dentro do contexto geoeconômico dos dias atuais.

3.3 As diversificações da teoria da dependência e sua aplicação nas relações geoeconômicas atuais

A revisão bibliográfica feita nos pontos anteriores nos remete ao contexto histórico em que foi construída a teoria da dependência. Resumidamente, nos anos 50, o atraso econômico e a falta de integração regional na América Latina levaram os países a buscarem uma forma de pensamento para auxiliar os Estados a fomentarem o desenvolvimento econômico. Esse auxílio veio com a criação da CEPAL e seus estudos, direcionados para os 'homens de Estado' promoverem o desenvolvimento capitalista na região. A solução, grosso modo, era pôr fim ao ciclo vicioso estabelecido pela deterioração dos termos de troca e promover a industrialização da região, através do plano de substituição de importações. Nos anos 60, apesar da crescente industrialização, as economias ainda eram subdesenvolvidas. A CEPAL trouxe conceitos como o centro capitalista, hegemônico, e a periferia, subdesenvolvida. Com o relativo fracasso das políticas de industrialização – haja vista o capitalismo periférico continuar atrasado - a CEPAL abre seu campo do saber para as ciências sociais, e nesse contexto, pensadores de diversos países, que estavam no Chile, produziram a teoria da dependência, ou, os estudos sobre a dependência.

Apesar de não guardar relação com o estruturalismo cepalino, os estudos sobre a dependência mantiveram alguns termos cepalinos como o 'centro' e a 'periferia', e analisaram a situação do capitalismo dependente com base no estruturalismo-histórico, ou nas teorias marxistas, levando em conta as peculiaridades da região. Contudo, esses estudos dos anos 60 e 70 devem ser analisados hoje como documentos históricos, que guardaram correlação histórica com seu tempo. Mesmo as releituras mais recentes, fizeram parte de um trabalho de revisão bibliográfica das teorias construídas nos anos 60.

Não obstante, existem interpretações da teoria da dependência correlatas com a atual dinâmica do capitalismo, no mundo das economias globalizadas pós guerra-fria, de mercados financeiros internacionais gerando bilhões de dólares sem uma corresponde produção industrial para tanto. A expansão capitalista existiu para os países da América Latina, seu sistema bancário e financeiro foi solidificado, suas economias, globalizadas em nível de mercado internacional, e praticamente "todos os sistemas econômicos contemporâneos estão articulados ao sistema internacional." (CARDOSO & FALETTTO, 2008, p. 16)

O capitalismo é um sistema mundial. Mas algumas partes detêm uma maior parcela de liderança e uma posse quase que exclusiva dos setores cruciais para a produção e acumulação de capital, tais como os setores tecnológicos ou financeiros. Requerem a complementaridade das economias dependentes, mas têm à sua disposição os principais elementos para a expansão do capital em escala cumulativa e ampliada. As economias periféricas, mesmo quando não mais se restringem à produção de matérias-primas, continuam dependentes de forma muito específica: seus setores de produção de bens de capital não são suficientemente fortes para assegurar o avanço contínuo do sistema, seja em termos financeiros, tecnológicos ou organizativos. Assim, para prosseguir com a expansão econômica, um país dependente tem de entrar no jogo da 'interdependência', mas numa posição semelhante à do cliente que procura um banqueiro. (CARDOSO & FALETTTO, 2008, p. 17)

Como podemos interpretar da leitura atual da teoria da dependência feita por Cardoso e Faletto, a ótica das economias dependentes ou periféricas mudou, mas não se fala mais num 'centro', como uma instituição ou país hegemônico, mas sim, em características do capitalismo presente no sistema econômico internacional. O grande capital, que gera a dependência, possui um sistema financeiro forte, capaz de gerar uma consequente dependência de seus financiamentos, tecnologia de produção monopolizada e grande acumulação de capital. Ou seja, mesmo na era das economias globalizadas e com todo o esforço de industrialização ao longo dos

anos, o capitalismo periférico ainda não conseguiu se desfazer de sua necessidade de complementariedade do capitalismo desenvolvido.

A ‘dependência’, se transforma então em ‘incompletude’ de um capitalismo que não possui os principais elementos para a sua auto-gestão. O capitalismo sempre cria formas novas e situações concretas de dependência com características atuais e avançadas. (CARDOSO & FALETTO, 2008) “A industrialização periférica baseia-se em produtos que, no centro, destinam-se ao consumo de massas, enquanto nas sociedades dependentes são típicos do consumo de luxo”. (CARDOSO & FALETTO, 2008, p. 18) Segundo os autores, as economias periféricas têm graves problemas de concentração de renda devido a essa disparidade do capitalismo, onde há diferenças agudas na produtividade. Setores tradicionais da economia – como a agricultura - pagam salários inferiores a indústria e ao setor de serviços, o que traz mais uma patologia da industrialização periférica.

Dessa análise podemos dizer que a geoeconomia está ligada ao capitalismo central, na busca de investimentos com lucros rápidos, na expansão capitalista e na busca de matérias primas e de novos mercados consumidores, e não apenas necessita de economias dependentes, mas controla a necessidade de complementariedade das economias ainda atrasadas e periféricas. A geoeconomia tem enfoque nos mercados financeiros e nas relações comerciais, ou seja, na expansão de economias capitalistas num cenário de transnacionalização do capital e economias não plenamente independentes, necessitam, para sua sobrevivência, da ‘interdependência’ com o centro capitalista geoeconômico. “As economias capitalistas dependentes não são semelhantes às economias capitalistas centrais.” (CARDOSO & FALETTO, 2008, p. 18)

Essa nova leitura das situações de dependência no atual contexto do capitalismo, sem buscar novas teorizações mas apenas contextualizando os termos da teoria clássica da dependência se encaixa no que, nesse trabalho, trata-se como expansão geoeconômica chinesa, como seu comércio exterior, seus investimentos nos países periféricos e as relações financeiras. Cardoso e Faletto (2008) ainda identificam um processo de desenvolvimento dependente em alguns países latino-americanos. Ainda desmistificam a conceituação de desenvolvimento social atrelada ao desenvolvimento capitalista. A acumulação de capital e o desenvolvimento das relações capitalistas trazem riqueza e pobreza, emprego e desemprego, sendo que o desenvolvimento do capitalismo está distante de gerar uma sociedade mais justa.

Países de economias capitalistas desenvolvidas, com tecnologia, sistema financeiro sólido, produção de riquezas e exploração da necessidade de complementaridade de economias periféricas apresentam índices de pobreza e desigualdade. (CARDOSO & FALETTO, 2008)

Buscamos nesse tópico, contextualizar a leitura da dependência para as economias globalizadas e financeirizadas, e pudemos observar, no texto de Cardoso e Faletto (2008) que é possível uma análise da atual conjuntura do capitalismo, usando os conceitos da teoria da dependência, respeitado a história e a evolução das próprias relações capitalistas. Claro, essa análise deve respeitar limites da própria obra que nunca pretendeu esgotar todas as situações de dependência existentes na América Latina. O que nos ocorre e é essencial a esse trabalho, é observarmos, se a teoria da dependência e suas novas adaptações pode ser um marco teórico de análise de relações geoeconômicas atuais. O capitalismo globalizado ainda se encontra em expansão, e ainda existem economias capitalistas que não detêm tecnologia, e um capital acumulado que as coloque no patamar de economias capitalistas desenvolvidas.

A geoeconomia tem como pressuposto a transnacionalização dos mercados e das finanças, que só são possíveis pelo advento da globalização. Contextualizar a globalização é essencial para passarmos a entender as leituras atuais da teoria da dependência. Para Carlos Eduardo Martins (2013), existem cinco interpretações atuais da globalização.

A primeira grande interpretação é a que denominamos de globalista. Ela parte da suposição que a globalização estabeleceu um novo objeto para as ciências sociais: a sociedade global. Na base dessa realidade está o novo paradigma tecnológico microeletrônico, que, ao fundir tecnologias eletrônicas e de comunicação, permite a integração financeira e produtiva em escala planetária; a segunda grande interpretação é formulada pelas teorias da hegemonia compartilhada (...) Para esses autores, a globalização aumentou o grau de internacionalização da economia mundial; a terceira interpretação é estabelecida pelos neodesenvolvimentistas. (...) Eles entendem a globalização como um fenômeno principalmente financeiro, fundado na integração mundial dos mercados. (...) Diante desse cenário, a preocupação dos neodesenvolvimentistas é a de restabelecer um regime de acumulação que priorize o investimento produtivo; a quarta interpretação da globalização é desenvolvida pelos teóricos do sistema mundial. (MARTINS, 2013, p. 15-19)

Contudo, nota-se que as quatro primeiras interpretações à primeira vista não diagnosticam nada que pudesse afetar de maneira incisiva o primado do trabalho e sua importância para a sociedade, pois não tratam da globalização como um fenômeno que afeta o modo de produção capitalista atual, que assim o vê, é a quinta interpretação da globalização, dada pelos teóricos marxistas da dependência.

[...] a quinta interpretação da globalização é estabelecida pela teoria da dependência, em sua versão mais marxista. (...) Ela dá ênfase à compreensão da globalização como um período de crise no modo de produção capitalista.[...] A globalização é vista, nesse enfoque, como um processo extremamente complexo. Ela não cria *deper si* uma nova sociedade global, nem é apenas uma longa continuidade, ou se restringe a dimensão específica da vida social como as finanças. Ela é uma profunda revolução nas forças produtivas e, como tal, afeta a produção da vida humana em seu conjunto. (MARTINS, 2013, p. 15-19)

Sendo assim, o enfoque da dependência tem lastro teórico no contexto da globalização, sendo utilizada no meio acadêmico para análises contemporâneas. (KAY, 2009) ressalta a importância da teoria da dependência para análise do capitalismo atual, na medida em que é essencial buscarmos a construção de teorias latino-americanas para a análise do atual contexto capitalista e ressalta que as teorias estruturalistas e da dependência fizeram no passado uma análise sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento já levando em consideração o capitalismo num contexto global. Apesar das necessárias adaptações, não são teorias que devem ser descartadas no enfoque analítico das atuais forças de atuação do capitalismo.

Dentre uma das principais ações geoeconômicas do sistema capitalista atual, estão as trocas comerciais, e os respectivos termos dessas trocas. O que podemos observar é que ainda há uma deterioração dos termos de troca entre a periferia e as economias centrais, com remessa de excedente econômico para essas economias, haja vista a crescente reprimarização das economias latino-americanas e a exportação de bens de baixo valor agregado. Além disso, permanece a desigualdade tecnológica e a ausência de transferência de tecnologia das economias centrais para as periféricas. (KAY, 2009) “Através de da remessa de royalties, lucros e pagamento de juros, os países latino-americanos continuam a transferir um significativo excedente econômico líquido para as economias centrais.” (KAY, 2009, p. 371)

A globalização e o neoliberalismo impuseram uma dependência do capital financeiro internacional, dependência das corporações multinacionais e das instituições financeiras internacionais, e não somente, como também a reprimarização das economias, dependentes da exportação de seus produtos primários para as economias produtoras de bem de alto valor agregado. Dentro dos parâmetros geoeconômicos e da atual fase globalizada do capitalismo mundial, os dependentistas veem a economia mundial cada vez mais hierarquizada e assimétrica, nos mostrando que há favorecimento dos países centrais e das corporações transnacionais.

Quando nos remetemos ao leque geoeconômico chinês, qual seja: comércio (troca), investimentos, empréstimos para infraestrutura lastreados em commodities e petróleo e internacionalização da moeda, levadas a contento pelos grandes Bancos de Desenvolvimento Chinês e as grandes corporações chinesas, podemos encaixar esse jogo geoeconômico nos atuais termos e adaptações da dependência. Para Slipak (2014) a teoria marxista da dependência é fundamental para a análise das relações entre a China e Argentina. Temos três conceitos teóricos básicos aplicáveis a essas relações. Inicialmente, a questão da a posição da China no sistema, frente a alguns países latino-americanos de situação periférica; segundo, o conceito de superexploração do trabalho para explicar o grau de produção de manufaturados na China, seus preços e a relação comercial deficitária onde alguns países latino-americanos compram mais matérias manufaturadas da China do que propriamente exportam produtos primários e finalmente, passamos por uma reprimarização de economias, que, mesmo sendo hoje industrializadas, dependem cada vez mais da produção e exportação de produtos primários para a China. (SLIPAK, 2014) Além desses três pontos, temos o fato da acumulação de capital na China que, dado ao controle rígido dos salários pelo Partido Comunista Chinês num ritmo menor que a produtividade, tende a ser muito alta. Além da inexistência de instâncias sindicais, o que de fato, proporciona uma acumulação de capital esplendorosa nas mãos do Estado e da burguesia nacional chinesa. (SLIPAK, 2014)

Para Valencia (2009) a globalização é a nova fase da economia mundial capitalista, baseada na progressiva diminuição das fronteiras, aumentando a rede de mercados e de finanças, tornando-as cada vez mais complexas e lucrativas. O capital, não se deixa estagnar e sempre buscará sua expansão. Aliada as novas tecnologias para produção em super escala, há então a “homogeneização dos

processos produtivos (VALENCIA, 2009, p. 112). Ou seja, a revolução tecnológica e a globalização deixaram os mercados mais amplos e complexos e as mercadorias mais padronizadas e consumidas mundialmente (consumo de massa), e a vasta automação traz consigo o desemprego e o subemprego, além da transferência do campo de produção industrial onde o custo de produção (e do trabalho) seja menor, e onde possa haver a superexploração do trabalho. Assim, o centro transfere a superexploração a periferia e alia-se a burguesia nacional que vai precarizar cada vez mais o trabalho para manter a mais valia relativa. (VALENCIA, 2009)

Os centros capitalistas, na lógica da mundialização dos mercados, passam a pressionar as antigas periferias da América Latina para que essas proporcionem as mudanças na ordem econômica, produtiva e trabalhista. Dentro dessa lógica a periferia latino-americana se vê cada vez mais voltada à produção de matérias primas para os centros que transferiram sua cadeia produtiva para outras periferias, detendo o comando econômico e administrativo somente no centro, e a produção de mais valia para tentar aproveitar e lucrar cada vez mais com essa comercialização de produtos primários (VALENCIA, 2009)

Outro ponto fático que pode ser analisado à luz da teoria da 'superexploração' da dependência são o surgimento das novas periferias, a deterioração das relações de emprego e dos direitos trabalhistas, e a concorrência dessas novas periferias com as antigas periferias, em termos de instalação de parques industriais. O que se vê em todo o mundo e que se viu na Europa nos anos 2000, foi um deslocamento das empresas para países onde pudessem reduzir os custos da mão de obra, aumentando jornadas de trabalho e reduzindo os salários, num típico cenário de superexploração do trabalhador. Essas novas 'periferias' do capitalismo estão localizados no antigo centro imperial, e acabam gerando uma concorrência com as antigas periferias. Com a redução da presença de multinacionais nas antigas periferias, como a América Latina, uma das saídas é o investimento no setor primário da economia. Esse ciclo do capitalismo mundial, de criação de novas periferias e transnacionalização de seus interesses econômicos, além da financeirização e especulação, são possíveis de análise pela teoria marxista (superexploração) da dependência, que observa esses fenômenos dentro da realidade histórico-estrutural da América Latina. (VALENCIA, 2009)

No atual sistema capitalista globalizado e expandido, onde podemos observar a presença de uma produção capitalista avançada na América Latina, à relação

'centro-periferia' talvez não fique tão cristalizada, haja vista que o contexto histórico não demanda mais um hegemonia, ou uma bipolaridade mundial. Muitos países da América Latina se inseriram na economia globalizada, contudo, o capitalismo nesses países ainda é dependente, ainda há a deterioração dos termos de troca, remessa de capital para o exterior, baixa acumulação de capital devido à pouca exportação de produtos com alto valor agregado, ausência de tecnologia avançada e fortalecimento do setor primário da economia, tal qual ocorre nas relações com a China. As relações são assimétricas quando tratamos de América Latina e os países centrais do capitalismo global, e no atual quadro de nossas relações, em especial a China. Há a dependência de investimentos estrangeiros, de empréstimos, de venda de petróleo e commodities, da tecnologia e da compra de produtos de alto valor agregado dos países centrais, o que configura sim, um atraso do capitalismo da periferia, e uma dependência das economias mais robustas. (KAY, 1998)

Quando observamos as relações da China com os países latino-americanos e caribenhos, grande parte deles está na estrutura dependente. A China compra matérias primas dos países latino-americanos e vende produtos de alto valor agregado, bem mais caros, o que deteriora os termos de troca e impõe um déficit nas balanças comerciais, e para reequilibrarem suas contas, esses países acabam se recorrendo a financiamentos e a empréstimos de Bancos Chineses. Esses empréstimos são lastreados em matérias primas e especialmente petróleo, garantindo o fornecimento desse pelo tempo necessário. Ademais, a China concentra seus investimentos diretos em áreas como a petrolífera e de energia, tornando-se cada vez mais presente nos países com suas empresas públicas e privadas. Realidade que a curto prazo, os países não conseguem propor saídas, pois, no pós crise, a dependência para com o comércio e os financiamentos chineses permanece e se torna mais sólida.

Vivemos um momento diferente das relações capitalistas, daquele onde fora concebida a teoria da dependência, contudo, essa sempre se preocupou com as relações de disparidade do capitalismo a nível mundial, especialmente para a América Latina. A polarização 'centro-periferia' advinda do estruturalismo cepalino, foi absorvida pelas teorizações da dependência, que desde os anos 60, buscaram analisar tanto o capitalismo da periferia, quando a relação desigual com o capitalismo central, numa escala mundializada, ou por que não dizer, 'globalizada'. Seja no enfoque do desenvolvimento econômico das nações, ou no

desenvolvimento do capitalismo e suas relações, o diagnóstico da dependência e suas relações de causa-consequência sempre tiveram o método de análise fundando na estrutura analisada e no momento histórico, e por isso, somos capazes de adaptar esse enfoque teórico e aplicá-lo a atual rede globalizada do capitalismo, e seu enfoque geoeconômico.

A superexploração da força de trabalho, que redundava em um pagamento de salário para a força de trabalho abaixo do seu valor, produz, na economia dependente, uma distribuição regressiva tanto da renda quanto da riqueza, bem como a intensificação das mazelas sociais, aprofundando uma característica já própria de qualquer economia capitalista. Dessa forma, podem ser elencados os seguintes componentes da dependência: a) superexploração da força de trabalho; b) transferência de valor para as economias centrais no plano do comércio internacional (troca desigual); c) remessa de (mais) valor para as economias centrais, sob outras formas (pagamento de juros e amortizações de dívidas, transferências de lucros e dividendos, pagamento de *royalties* etc.); d) alta concentração de renda e riqueza; e e) agravamento dos problemas sociais. (CARCANHOLO, 2013, p. 2013)

Quando observamos a leitura de Carcanholo acerca dos componentes da dependência, podemos fazer um resgate histórico do processo de industrialização e dependência dos anos 60, como também no período neoliberal dos anos 90 e da aplicação dos comandos do consenso de Washington, como também, podemos localizá-los na atual conjuntura do capitalismo mundial e a posição da América Latina nesse sistema. A deterioração dos termos de troca e os déficits na balança comercial frente à China forçam uma remessa de capitais para fora, além da necessidade de se produzir mais-valia extraordinária que acaba gerando a superexploração do trabalho nos países latino-americanos. A presença chinesa e de suas empresas nos países, levam investimentos diretos em primeiro plano, mas implicam em remessa de lucros e royalties para fora, num movimento que analisado sobre as novas adaptações da teoria da dependência, pode ser sim considerado como centro-periferia, e capitalismo atrasado e dependente.

Distingue-se apenas a preocupação com a concentração de renda e riqueza e o agravamento dos problemas sociais, quando se trata de variáveis da dependência capitalista. Como pudemos ler em Cardoso e Faletto (2008), o desenvolvimento do capitalismo, na visão deles, trará irremediavelmente, o agravamento dos problemas de distribuição de renda e riqueza, não compondo assim, uma situação de dependência. Ao passo que, para os teóricos da 'superexploração', desde a década

de 1960, há a preocupação no desenvolvimento econômico e social, mesmo que para isso, os países tivessem que abrir mão do sistema capitalista – projetando o socialismo como solução – pois no mundo bipolar da guerra fria, essa poderia ser uma alternativa. Longe de exercícios de futurologia, os textos atuais da corrente da ‘superexploração’ diagnosticam uma situação de dependência, no atual sistema globalizado do capitalismo, mas já não mais propõe o socialismo como solução.

Pode-se crer que as adaptações da teoria da dependência são analiticamente plausíveis, demonstrando a importância histórica dessa teoria criada dentro da realidade dos países periféricos e que, por seu método de análise, pode ser ainda utilizada academicamente. No que concerne as relações dos países latino-americanos com a China, da forma que foi exposto no primeiro capítulo, há uma clareza de que as consequências e os termos dessas relações dentro da estratégia geoeconômica chinesa podem ser observadas e explicadas dentro das novas adaptações da teoria da dependência.

4 AS RELAÇÕES GEOECONÔMICAS ENTRE A RPC E A ARGENTINA SOB O ENFOQUE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Elaborada a base teórica do presente trabalho, inicialmente tratando da emergência Chinesa e seu desenvolvimento econômico dos últimos anos, em patamares economicamente bem elevados, levando em conta todo o processo histórico de ascensão chinesa, até suas reformas que levaram a esse crescimento econômico. Posteriormente, estuda-se as relações da China com a América Latina e o Caribe, com o marco temporal de 2001 – ano da entrada chinesa na OMC – dentro da perspectiva da estratégia geoeconômica chinesa, e podemos agora, analisar especificamente essas relações geoeconômicas com a Argentina.

Assim, já com os aspectos geoeconômicos estudados, em especial os aspectos geoeconômicos chineses, e com base no histórico da relação chinesa com o continente, faremos então um recorte para buscarmos as especificidades dessas relações geoeconômicas com a Argentina, respeitando os traços diferenciados dessas relações, haja vista não serem as mesmas que Brasil, México, e Chile têm, por exemplo. A China, dentro de sua estratégia geoeconômica, constantemente faz visitas diplomáticas aos países, para fortalecer as parcerias e firmar acordos bilaterais, e sua relação com seus parceiros é heterogênea. (OVIEDO, 2012)

Nesse capítulo, será construída a base da análise buscando o histórico das relações da China com a Argentina, desde quando eram apenas diplomáticas, indo até o século XX e o ano de 2001, quando a China adere a OMC e as relações passam a ter um cunho comercial e de investimentos mais incipiente, no contexto da geoeconomia chinesa. Assim, fazendo essas análises, poderemos concluir qual a estrutura dessas relações em termos de simetria e da posição dos países no sistema internacional e na divisão internacional do trabalho, concluindo se a teoria da dependência, é apta a análise desse contexto.

4.1 Contexto histórico e evolução da relação RPC-Argentina até o Governo Macri

Como ficou exposto no primeiro capítulo, as relações entre esses dois países tem longa data. Contudo, nos interessa a história recente que inicia-se com o

estabelecimento de relações diplomáticas, até o reconhecimento da China como uma economia de mercado, após sua entrada na OMC, em 2001. Mas, para compreendermos esses laços e como a dinâmica dessas relações culminou na teia geoeconômica atual, precisamos fazer uma pequena digressão histórica. “A partir desse momento, ambos os países tem desenvolvido uma rica relação no plano político, cultural e econômico.”²⁸ (CESARIN, 2007, p. 1, tradução nossa.) Mesmo a criação da República da China em 1912 não levou a Argentina ao estabelecimento de relações com aquele país, a despeito de o terem feito, outros países latino-americanos. Dentre os principais países da América Latina, a Argentina foi uma das últimas a estabelecer esse vínculo diplomático com a RPC. Peru (1875), Brasil (1881), México (1899), Cuba (1902) e Panamá (1910) foram os primeiros a estabelecer essas relações, por conta os imigrantes trabalhadores chineses na América Latina, na época. (OVIEDO, 2008)

O contexto dessas relações foi mais político do que econômico. A Argentina vivia uma ditadura militar, e a China tinha acabado sua ‘revolução cultural’, tendo sido reconhecida pelos Estados Unidos em 1971. Daí a importância estratégica do fortalecimento dos laços no pacífico sul, além dos pleitos argentinos, como a questão das Malvinas. Sendo assim, não se trata de um início diplomático fundado em bases democráticas – haja vista que o restabelecimento da democracia para a Argentina se deu a partir de 1983 - e nem tão pouco baseado em interesses de trocas comerciais e outras relações geoeconômicas, como se deu a partir de 2001. Há a necessidade de proteção econômica, dentro do eixo do atlântico sul e a importante questão política das Malvinas, haja a vista à China pertencer ao Conselho de Segurança da ONU. (CESARIN, 2007)

O primeiro tratado de amizade entre os dois países foi assinado em 1946, e tinha cunho estritamente comercial. Uma delegação comercial chinesa, chegou em dezembro de 1946 a Argentina para negociar seus primeiros textos. A negociação foi finalizada em janeiro de 1947, abrindo a livre navegação que levaria, segundo consta, ao desenvolvimento das relações comerciais entre os dois países que seria cada vez mais profunda com o tempo. “A abertura desse canal comercial propõe as empresas navais de ambos países a criação de uma linha direta de navegação entre

²⁸A partir de ese momento, ambos países han desarrollado una rica relación em los planos político, cultural y económico.

a China e Argentina²⁹". (OVIEDO, 2008, p. 38, tradução nossa) Foi criada também a câmara de comércio Argentina-China e a Associação Cultural Sino-Argentina, ademais, estabeleceu as relações de paz entre os dois países, ressaltando-a no seu primeiro artigo, além de tocar em pontos sensíveis ao desenvolvimento da navegação e do comércio de ambos, buscando, à época, um caráter igual das cláusulas, mostrando o desejo de intercâmbio e de reciprocidade entre as duas nações. (OVIEDO, 2008) Tais tratados podem dizer, é o germe das atuais relações geoeconômicas entabuladas entre os dois países, que foi retomada, como já dissemos, em 1972.

Importa reconstruir esse caminho para entender o contexto atual dessas relações e o cunho geoeconômico forte que se fez preponderar. Mesmo que inicialmente os contornos tenham sido diplomáticos e voltados as relações políticas, com alguma salvaguarda econômica, essa linha de tempo é essencial para a compreensão da estratégia chinesa, seja a diplomática, de estabelecimento de vínculos para a sua afirmação no sistema internacional, seja a geoeconômica, que trabalha os contextos econômicos, financeiros e comerciais numa realidade já pacífica e diplomaticamente estabelecida entre os Estados.

Na década de 1980, já com bases democráticas, a agenda bilateral foi se ampliando tanto no campo político quanto econômico, especialmente para a questão das Malvinas, sendo que em 1985, o presidente da Argentina, Raul Alfonsín, viajou a China, sendo recebido por Deng Xiaoping. Não apenas o aspecto político fora bem delineado nessa visita, mas também as relações comerciais, haja vista a necessidade da Argentina escoar sua produção de cereais e alimentos, buscando assim estabelecer laços comerciais mais fortes entre os países e suas empresas. Além das relações políticas e econômicas - que são as principais desenvolvidas entre os dois países - houve também acordos na área científica e cultural, tendo a Argentina ajudado na instalação da base chinesa na Antártica. Nos anos noventa, houve uma intensificação dos tratados bilaterais e das relações comerciais e financeiras. Nesse período, a China inicia suas negociações com a OMC, e dentro desse contexto, houveram a assinatura de inúmeros tratados bilaterais. Como já exposto, a década de noventa floresceu uma gama de oportunidades aos empresários argentinos, tanto no setor comercial, como nos

²⁹[...] la apertura del canal comercial propone a las empresas navieras de ambos Estados la creación de una línea de navegación directa entre Argentina y China.

investimentos chineses, promovendo uma reestruturação industrial delineada pela abertura comercial. (CESARIN, 2007) Além disso, a China foi um fator importante para a reconstrução das relações com a Grã-Bretanha, devido à guerra de 1982. (CESARIN, 2010)

Esse contexto merece uma análise mais acurada, haja vista ser um período de transição (final dos anos 90 - início dos anos 2000) onde a Argentina está em uma severa crise econômica, e a China está em pleno desenvolvimento econômico, com índices robustos. Podemos ver que já nos anos 90, o enfoque comercial passa a ser o mais importante dentre as relações dos países, já com a China negociando para a sua entrada na OMC. A intensificação dos tratados bilaterais, as visitas diplomáticas e a atuação dos empresários são a transição para a década seguinte, onde haveria a profunda intensificação dessas relações, e sua consolidação, tornando a China uma das maiores parceiras comerciais da Argentina. Portanto, podemos identificar uma estratégia chinesa desde a década de 40, e uma escalada das relações, passando das políticas às comerciais para o plano principal (nas décadas de 80 e 90) sendo que a partir de 2003 consolida-se a parceria que passa a ser de suma importância para a Argentina.

A partir dos anos 2000 houve uma guinada nas relações da China com muitos países latino-americanos, tal como no caso específico a ser analisado nesse trabalho: a Argentina. A entrada da China na OMC e seu constante crescimento econômico em níveis elevados são o atrativo para que a Argentina, entre outros países, aprofundasse suas relações com aquele país. Desse modo, na década de 2000, a China vai estrategicamente aumentando sua participação como parceira comercial e como investidora na Argentina, tornando-se cada vez mais essencial ao país, recebendo investimentos e aumentando as trocas comerciais. Ademais, a China, no que tange aos seus investimentos, tinha uma política diferente das aplicadas pelo Consenso de Washington, sendo um modelo menos intervencionista³⁰ nas políticas internas da Argentina e de menos imposições de austeridade fiscal (que é um diferencial e um importante aspecto das relações com a China). É uma forma mais 'cooperativa', sem imposições políticas danosas a políticas públicas argentinas. (CESARIN, 2010)

³⁰ Como dito por (Gallagher; Irwin & Koleski, 2013) os empréstimos foram essenciais para países que não pagavam suas dívidas soberanas e pelo alto risco, não conseguiam empréstimos em outras instituições financeiras, contudo, mas eram caros, com juros muito altos e sempre lastreados em fornecimento de commodities ou na compra de produtos de alto manufatura chineses.

Esse papel preponderante da China é um reflexo de sua própria ascensão no cenário internacional, baseada na multipolaridade do sistema internacional, e de sua estratégia geoeconômica, que se afloram e aprofundam na década de 2000, depois de uma escalada estratégica nas décadas anteriores. Essa ascensão chinesa, e sua estratégia geoeconômica para a Argentina têm nos anos 2000 um importante papel no setor agrícola do país, com a compra de soja e de produtos do complexo oleaginoso e a recuperação da balança econômica. Para o Estado, há ainda um importante fator de ajuda para a captação de investimentos estrangeiros diretos, coadunando com a estratégia chinesa de busca de commodities para sustentar seu desenvolvimento econômico. (CESARIN, 2010) A partir de 2002, os índices econômicos da Argentina mostram ao mundo alguns sinais da sua recuperação, com um crescimento de 8% ao ano, o que de certa forma, gera credibilidade internacional entre credores, e proporciona investimentos e novos parceiros. (VADELL, 2006)

O cenário na década de 2000 é de revisão das políticas neoliberais implementadas na década de 1980-90, buscando novos parceiros e aproveitando o alto preço das commodities. Esse cenário se viu cercado de novos atores nos diversos países latino-americanos, ávidos pela recuperação econômica, pelo pagamento de suas dívidas externas e por uma retomada do desenvolvimento econômico (VADELL, 2006). A China, nesse contexto, exerceu um protagonismo para esses países e especificamente, para a Argentina. A estratégia geoeconômica chinesa encontra na Argentina e em outros países uma necessidade, e assim, percebe a importância de se estabelecer parcerias. Essas parcerias, tornam-se cada vez mais aprofundadas, até se tornarem 'estratégicas'. (SHIXUE, 2015)

Com o reconhecimento da China como economia de mercado, intensificam as relações comerciais, e a China aumenta paulatinamente seus investimentos na região. No final de 2004, dentro da estratégia chinesa, o Presidente Hu Jintao visitou a região, passando por Brasil, Argentina e Chile, quando foi assinado o memorando reconhecendo a China como economia de mercado. Além desse memorando, foram assinados acordos bilaterais, que mantiveram a relação acentuada de compra de commodities pela china e venda de produtos manufaturados de alto valor agregado aos países latino-americanos. Não obstante, essas relações individualizadas ainda gerariam vários tratados de livre comércio na região a partir de 2005. A Argentina, seguiu e ainda segue a linha da estratégia chinesa, fornecendo produtos primários, e

comprando manufaturas, além de se beneficiar dos investimentos diretos chineses para o seu desenvolvimento infraestrutural. (SLIPAK, 2015)

Portanto, o Governo de Nestor Kirchner estabeleceu esse caráter estratégico das relações geoeconômicas com a China, nesse patamar de exportação de commodities e importador de manufaturas de alto valor agregado. Tal vínculo se torna tão estreito, que a China foi um dos principais destinos do mandatário durante seus anos de presidência. Ademais, a China auxiliou a Argentina na negociação de suas dívidas, e foram mantidas as questões diplomáticas acerca de Taiwan e das Malvinas. Desagradando a burguesia industrial, a Argentina, unilateralmente, reduziu a importação de alguns produtos manufaturados, o que gerou uma insatisfação chinesa. Apesar disso, as relações 'estratégicas', quais sejam: comerciais, financeiras e de investimentos, permaneceram no governo posterior de Cristina Kirchner. (NATCH, 2012).

A estratégia geoeconômica chinesa na América Latina é diferente para cada país, e as visitas diplomáticas seguem esse linha. Não uma unicidade dos países latino-americanos para lidar com a ascensão chinesa na região. Contudo, em 2015, a CEPAL organizou o primeiro Fórum da Comunidade dos Estados latino-americanos e Caribenhos (CELAC) e a China, que dentre outras análises, propõe recomendações para se melhorar a qualidade desse vínculo econômico entre os países, advindo um plano de cooperação CELAC-China para o quadriênio 2015-2019. (CEPAL, 2015)

Não obstante, no que se refere à Argentina e seu histórico das relações diplomáticas e geoeconômicas com a China, durante o governo de Cristina Kirchner, temos dois importantes momentos na década de 2010. São eles o "Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Argentina e da República Popular da China", aprovado em junho de 2012 e a "ata da primeira reunião da comissão binacional permanente entre o Governo da República Popular da China e o Governos da República Argentina", de fevereiro de 2015. (ARAUJO & CERQUEIRA CESAR, 2015)

Em 25 de junho de 2012 ambos os governos fizeram um acordo para implementar um plano de ação conjunta para orientar a cooperação com uma visão estratégica de longo prazo. Esse plano, que se dá no âmbito governamental dos Estados, ou seja, intergovernamental, trata dos investimentos diretos, investimentos em infraestrutura, comércio e os mecanismos financeiros entre os dois países. O

governo chinês então cumpre sua proposta geoeconômica, além da diplomática e de cooperação. Busca-se fortalecer a associação estratégica entre os países, e já no primeiro artigo, nos deparamos com os termos ‘desenvolvimento harmonioso’ e ‘associação estratégica’, além da manifestação pelo aprofundamento das relações bilaterais definindo metas de cooperação para período entre 2014-2018 (ARGENTINA, 2012)

Em sua primeira seção, o Plano de Ação Conjunta trata dos assuntos políticos e sociais, enriquecendo a confiança política mútua e uma visão estratégica a ser levada a contento pelos respectivos Ministérios das Relações Exteriores. Além dessa, a seção trata ainda da cooperação na área de educação, cultura, defesa, área nuclear e área espacial. Já na segunda seção que se inicia com o artigo 8º, trata-se dos assuntos econômicos e comerciais. Dentre eles o aumento do comércio bilateral, especialmente de produtos de valor agregado e conteúdo tecnológico, o incentivo a transferência de tecnologia, impulsionamento da cooperação financeira, organização do marco dos países nos fóruns estratégicos multilaterais e aprofundamento da cooperação econômica. O artigo 9º e 10 tratam especificamente das áreas comerciais e da área financeira, o que demonstra a importância para ambos os países que essas se desenvolvam dentro do contexto geoeconômico. Há ainda, tratamento sobre a área tributária, de estatísticas e energia. Essa última, também dentro do contexto geoeconômico, envolvendo o setor petrolífero e de gás natural, além dos biocombustíveis e demais energias, como a hidrelétrica. Outro ponto importante que é envolvido pelo comércio tem sido a agricultura, que fora regulada no plano de ação. Também há a Indústria, Mineração e a exploração de suas áreas como um ponto estratégico, fazendo parte das trocas comerciais entre as empresas dos dois países. Completam o plano áreas como turismo, a farmacêutica e a cooperação multilateral, além da cooperação científico tecnológica. (ARGENTINA, 2012)

Não será feita uma análise pormenorizada do plano de ação conjunta, pois sua função nesse ponto do nosso estudo é compor o contexto histórico das relações entre os dois países, mas superficialmente, pode-se analisar que esse plano faz parte dessa evolução das relações, tanto diplomáticas quanto e especialmente, as geoeconômicas. O plano, que engloba uma gama de áreas de interesse empresarial e governamental, estabelece metas de associação estratégica por quatro anos, destinadas a levar as relações a um outro patamar. Analisando o contexto histórico,

desde 1945, podemos enxergar uma escalada dessa associação, um fortalecimento de laços, que, oportunamente, serão analisados como dependentes, ou não. Após a assinatura desse plano de ação conjunta, como já exposto, houve a primeira reunião da comissão binacional permanente, entre os governos.

Em fevereiro de 2015, entre os dias dois e cinco, a Presidente Cristina Fernandez de Kirchner, a convite do presidente Chinês Xi Jinping, realizou uma visita de Estado à China, e no dia quatro de fevereiro, os respectivos ministros das relações exteriores realizaram a primeira reunião da comissão binacional³¹ que fora reduzida a termo, gerando uma ata dos assuntos tratados. O regime estabelecido por essa comissão cria uma série de subcomissões por temas a serem tratados, todos de relevante importância. Portanto, há subcomissões de Assuntos Políticos, Cooperação em Defesa, Cooperação Agrícola, dentre outras. Nessa reunião as partes ainda relataram em ata a valoração que deram ao Fórum CELAC-China e ao programa de cooperação quadrienal estabelecido pelo Fórum, além das reuniões proveitosas ocorridas no âmbito daquele. (ARGENTINA, 2015) Os dois documentos, capitaneados pelo governo de Cristina Kirchner, assentam um novo marco entre os países. Porém, em novembro de 2015, a continuidade do governo Kirchner foi interrompida pela eleição de Mauricio Macri, líder da centro-direita argentina.

A ascensão de Macri ao poder representou a terceira alternância política depois do restabelecimento da democracia em 1983. A primeira se deu com Raúl Alfonsín e Carlos Menem em 1989, esse último a Fernando de La Rúa em 1999 e a terceira com a passagem de Cristina Kirchner para Mauricio Macri.³² Essa alternância guarda relação com a mudança dos paradigmas políticos de um país e do projeto a ser implementado. Nos sistemas democráticos e partidários, muitos partidos tem diferentes orientações ideológicas e seus pragmatismos com relação ao poder são diferentes. Na mesma teia, essas orientações interferem na forma de se compor a política, fazê-la, e especialmente, determinar as políticas econômicas daquela gestão. Não diferente, a política externa e seus contornos também estão ligados, de certa forma, a orientação política e ideológica do grupo ou partidos que compõe o poder do Estado. (OVIEDO, 2016)

³¹Trata-se da Comissão Binacional de Assuntos Permanentes entre os dois países, que fora estabelecida em São Petersburgo em 5 de setembro de 2013.

³² O autor trata de alternância política, e não apenas partidária. Nesse contexto, ele trata das passagens de governo que representaram uma quebra do paradigma e de diretrizes políticas para outro que tem uma postura diferente, ou antagônica. Assim, de De La Rúa até Cristina Kirchner, é considerado apenas um período político. (Oviedo, 2008)

A Política exterior, “observa três fases analíticas, a da elaboração, execução, e controle das ações externas no Estado.³³” (OVIEDO, 2016, p. 5, tradução nossa) No caso do Governo Macri a política externa está na fase de análise e das primeiras execuções de cunho diplomático, com um pragmatismo mais frio e menos ideologizado daquela aplicada no momento político anterior, que foi finalizado em dezembro de 2015. Percebe-se nessas primeiras ações uma tentativa de quantificar a política externa argentina, baseando-a nos melhores e mais efetivos resultados, não se voltando, como a anterior, para um lado mais ideológico, que buscou as esquerdas latino-americanas (Brasil, Venezuela, Bolívia, Equador e Cuba) além de Rússia, Irã e China. (OVIEDO, 2016)

Contudo, não há como desvincular totalmente a política exterior de padrões ideológicos implementados pelo Estado, e no caso do governo Macri, já é possível observar que há uma busca por melhores expoentes com sua política externa, porém, essa se dá “com contornos conservadores, liberais e desenvolvimentistas. O discurso do Presidente parece conjugar ideias dos anos 80, dos governos de Meném e De La Rúa³⁴.” (OVIEDO, 2016, p. 6. Tradução nossa) Nesses primeiros contornos da diplomacia da era Macri observa-se um realinhamento moderado com Espanha, Estados Unidos, Israel e o Reino Unido.

Acerca desse novo paradigma ‘macrista’ da política externa, o governo chinês não fez pronunciamentos oficiais, mas as agências de notícias chinesas expõem uma política externa pluralista e retomando seu engajamento com os Estados Unidos, Europa e outros países ocidentais a fim de vencer os problemas da dívida externa e melhorar a imagem da Argentina no exterior. Contudo, o presidente Macri, tem exposto publicamente seu desejo de manter a associação estratégica com a China, não havendo desejo de rompimento dessa parceria, mas salientando que há a necessidade de se promover uma nova relação com os Estados Unidos, mantendo esses dois países como parceiros. Outro ponto, levantado na Argentina, são as ligações diretas da família Macri com a China, “sendo que seu pai, Franco Macri, fundou a Câmara de Comércio e Indústria Sino-Argentina e foi designado pelo

³³ La política exterior posee tres fases analíticas: elaboración, ejecución y control de las acciones externas del Estado.

³⁴ “No obstante, *ab initio*, la orientación externa del presidente Macri tiene rasgos conservadores, liberales y desarrollistas. El discurso del presidente parece conjugar ideas de la Generación del `80, de los gobiernos de Menem y De la Rúa y el desarrollismo de Arturo Frondizi (quien gobernara Argentina entre 1958 y 1962).”

governo chinês como conselheiro da associação chinesa de promoção de desenvolvimento industrial³⁵.” (OVIEDO, 2016, p. 9, tradução nossa.)

Em Maio de 2016, a embaixada da China na Argentina, através do boletim informativo número 3, tratou da nova etapa das relações bilaterais entre a China e a Argentina, ressaltando a importância das relações bilaterais entre os países e as novas etapas de desenvolvimento conjunto que elas podem estabelecer, aproveitando o potencial de cooperação entre eles. Ademais, traz mensagens tanto do presidente chinês quanto do presidente Argentino, evidenciando o desejo de permanecerem com a associação estratégica e a parceria. O contexto geral é de ilustrar as vitórias dessa parceria ao longo dos anos e do quanto ela ainda pode trazer frutos para os dois países, olidando até uma cooperação comercial em um nível ainda mais alto da atual. Por fim, trataram de uma agenda de trabalho em conjunto, além das grandes obras em solo argentino que as empresas chinesas promoverão, como a que será realizada em Córdoba. Tratou-se também no respectivo boletim, da estação espacial chinesa que seria inaugurada em Quintuco, da renovação do plano quinquenal e de uma nova etapa para o empresariado dos dois países desenvolverem novas relações de cooperação e de comércio exterior. Para finalizar há a parte cultural, dando conta da celebração do ano novo chinês em Buenos Aires e de festivais de Cultura Chinesa que serão realizados na Argentina, demonstrando a firmeza e congruência dos interesses. (CHINA, 2016)

Oviedo (2016) expõe que desde a campanha presidencial Macri falava na revisão dos acordos estabelecidos com a China, ante a sua falta de transparência, e por isso, desde sua eleição, a diplomacia chinesa na Argentina tem procurado incessantemente o governo para garantir os termos da associação estratégica e o cumprimento dos acordos bilaterais assinados pela presidente anterior. A partir da eleição, vários foram os enviados chineses, comunicados e reuniões diplomáticas e governamentais a fim de manter os laços e começar a construção dos novos vínculos entre os dois países, demonstrando o interesse chinês e sua ação diante desse novo cenário, com o intuito de manter e estreitar os vínculos sino-argentinos. Do outro lado, o governo argentino se compromete a manter os acordos bilaterais,

³⁵Su padre, Franco Macri, fundó la Cámara de Comercio e Industria argentino-china e, incluso, fue designado por el gobierno chino como consejero de la Asociación China de Promoción del Desarrollo Industrial, sin descontar el vínculo del Grupo Socma (Sociedad Macri) con China.

apenas dizendo da necessidade de sua análise para, talvez, revisar seus termos, mas não anulá-los.

Dentro da presente contextualização histórica, não cabe aqui um estudo aprofundando da política externa do governo Macri com relação à China, mas cumpre analisar o modo que, de fato, a eleição de Macri - após a assinatura de inúmeros tratados bilaterais comprometedores e dos planos de ação conjunta até 2018 - trazem uma nova conjuntura para essa relação. Mesmo o compromisso tendo sido firmado diante de um outro paradigma de política externa, o que vemos é que não obstante a nova política externa multilateral do governo Macri e do restabelecimento da importância da relação estratégica com outros países, a China ainda sim tem uma posição de parceira estratégica integral³⁶, e que os acordos estão mantidos, tanto quanto os investimentos Chineses, e as cooperações técnico - científicas e espaciais, além de tantas as outras.

Talvez seja cedo para termos um panorama completo e um prognóstico dessas relações, por se tratar do primeiro ano do governo Macri, onde esse procura executar algumas novas metas de política externa. Fato é que, como podemos ver nesse ponto do capítulo, as relações sino-argentinas são antigas, iniciadas no campo diplomático, mas sempre com contornos geoeconômicos bem estabelecidos. Portanto essa construção, que foi se solidificando em escala e que teve seu ápice nos últimos anos, especialmente com os governos Kirchner, não podem ser facilmente desconstruídas ou volatizadas, haja vista o grau de associação e dependência. Além dessa construção, há a consolidação diplomática e jurídica com os acordos, que já intervém diretamente na dinâmica econômica empresarial dos países, especialmente da Argentina.

4.2 As relações geoeconômicas entre a China e a Argentina

Foi feito um recorte temporal nesse trabalho baseado na entrada da China na OMC e seu reconhecimento como uma economia de mercado pela Argentina. O enfoque geoeconômico está delineado na estratégia geoeconômica chinesa, que envolve o comércio, o investimento direto, a internacionalização do RMB e a atuação

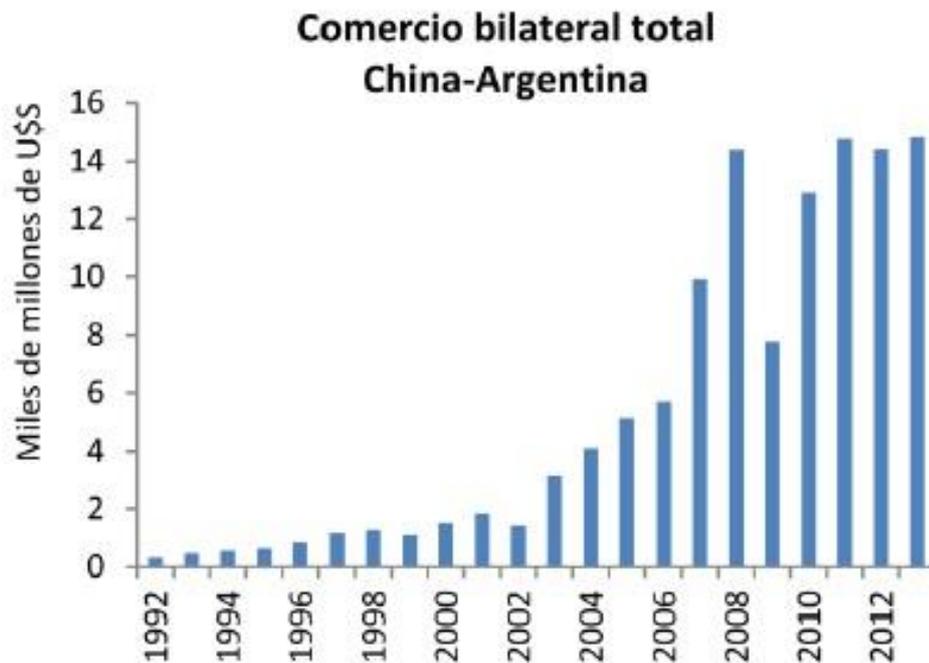
³⁶As formas de parcerias e seus significados são explicados por Shixue (2015) e estão no primeiro capítulo desse trabalho.

dos Bancos Chineses. Dentro dessa perspectiva, cabe então a análise dessas relações geoeconômicas entre os países, buscando identificá-la.

Com relação ao comércio internacional, podemos salientar que “a explosão das exportações latino-americanas a partir de 2002, concentra-se em commodities e recursos energéticos e minerais. Em contrapartida, as importações vindas da RPC estão concentradas em produtos manufaturados.” (VADELL, 2011) Com a Argentina não seria diferente pois 80% dos produtos exportados para a China são de origem primária, provenientes de atividades extrativas, especialmente a soja, óleo de soja e petróleo bruto. Tais exportações para a China cresceram em peso e relevância desde a década de 90 e se aprofundaram nos anos 2000. Nesta mesma linha pode-se observar um alto índice de produtos de médio e alto valor agregado advindos da China para a Argentina. Tomando como base o ano de 2000, foi na ordem de 620 milhões de dólares, e em 2009, já ultrapassavam a casa dos bilhões de dólares (SLIPAK, 2013)

O resultado na balança comercial altera-se dos anos 90 até 2013. Na década de 90 os saldos eram deficitários para a Argentina, e a partir de 2001, há uma reversão dessa tendência e o saldo é superavitário até 2007. A partir daí, podemos observar que as exportações de produtos de origem primária não manufaturados para a China não supera a importação de bem manufaturados de média e alta tecnologia. Observa-se então um déficit bilateral no comércio entre os dois países. (SLIPAK, 2013) O comércio bilateral total entre os países deu um salto gigantesco entre o período de 1992 até 2013, algo em torno de 4475%, significando uma taxa de crescimento anual de mais de 20%. Significativo, mas ao mesmo tempo, há essa alteração deficitária para a Argentina nos últimos anos. (CAC, 2015)

Gráfico 4 – Fluxo do comércio bilateral total entre China e Argentina.

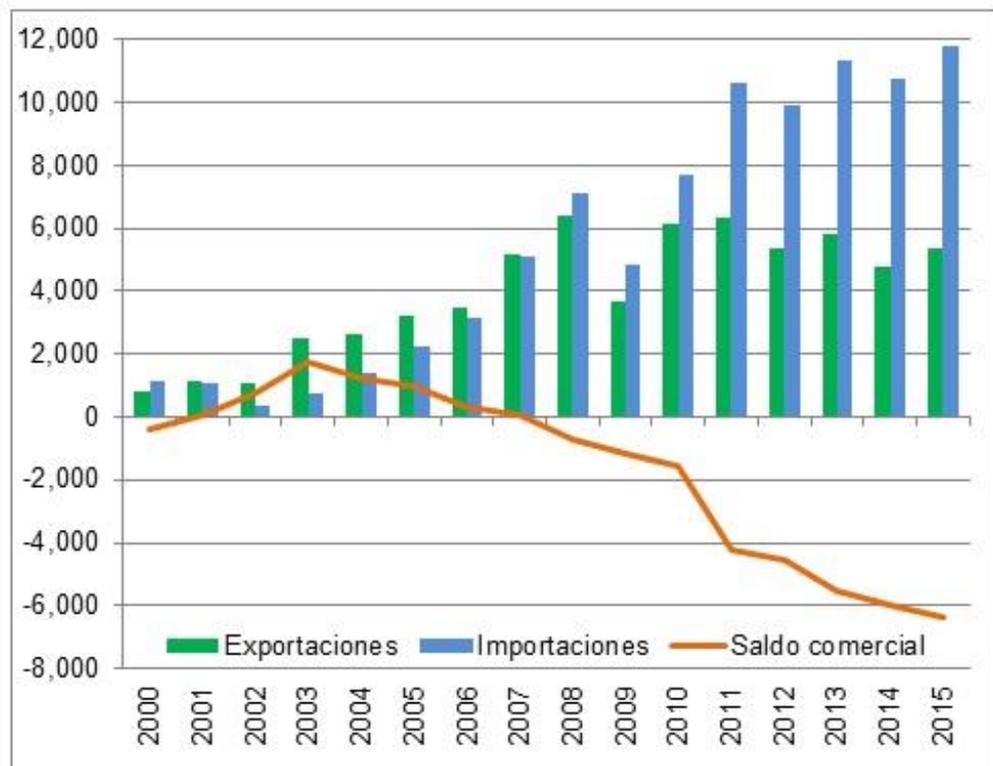


Fonte: Câmara Argentina de Comércio – 2015.

Percebe-se assim por estimativa, que é vertiginoso o aumento do comércio entre os dois países após o ano de 2003, com uma pequena queda em 2009, no período pós-crise, sendo retomado em 2010. É importante destacar que há uma mudança entre quem sai superavitário e deficitário nessa ligação – desde 2008 a Argentina acumula déficits comerciais com a China - mas certo é que a base comercial entre os dois - produtos primários de baixo valor agregado de um lado, e produtos manufaturados de médio e alto valor agregado do outro - é que dão o tom de dependência da Argentina, frente a China.

As importações argentinas vindas da China representavam 38,3% em 1992 e passaram a representar 59% em 2013. Isso implica um crescimento de 6949% no período em conteúdo, uma taxa anual de 22,5%. A balança comercial, foi favorável até meados de 2010, e logo depois, passou a ser deficitária para a Argentina. Em 2014 e 2015, segundo dados da Câmara de Exportadores da Argentina, foi registrado déficit comercial para Argentina, o que se mostra prejudicial ao país, que relegado à reprimarização de sua economia, ainda se vê diante de anos de saldo comercial desfavorável.

Gráfico 5 – Saldo comercial entre China e Argentina, em milhões de dólares.

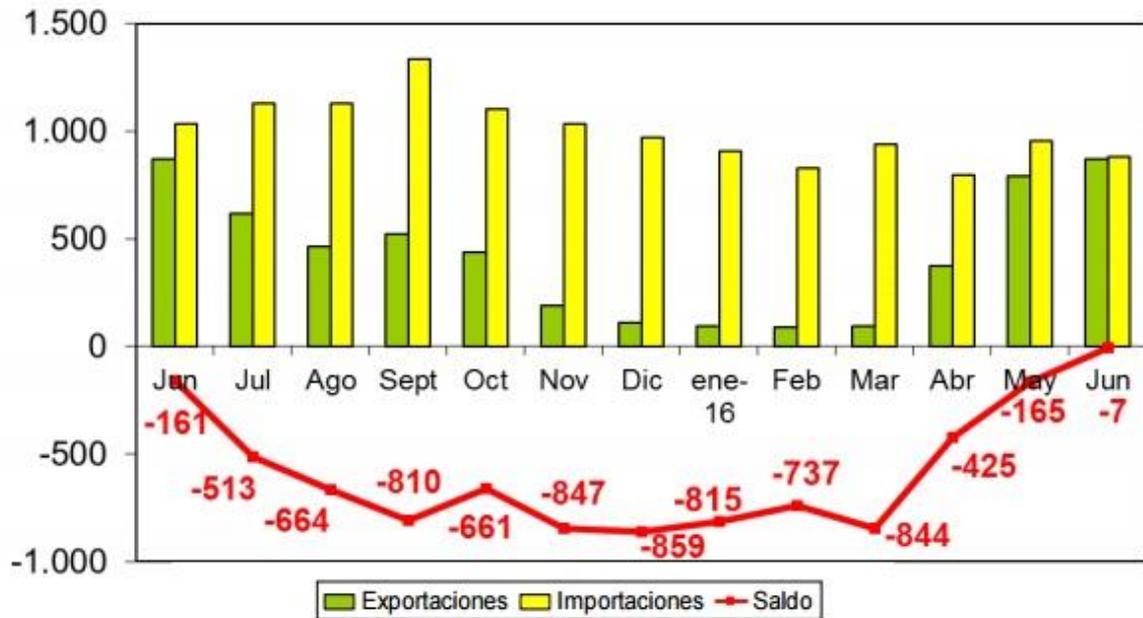


Fonte: INDEC (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSUS)

Observamos que a partir de 2009 há uma queda vertiginosa no saldo comercial em desfavor da Argentina. De junho de 2015 a junho de 2016 observa-se que há uma diminuição desse déficit, mas ainda permanecendo negativo. Analisando o gráfico vemos que o saldo comercial vem caindo em desfavor da Argentina desde 2003, com quedas mais vertiginosas a partir de 2010, o que não coincide com os termos dos planos de ação conjunta assinados pelos dois países

Por isso há controvérsias na Academia sobre a relação dos países latino-americanos com a China. Existem três aspectos importantes que devem ser analisados nessa ligação da China com a Argentina. Especificadamente, a natureza política e social da China e seu interesse estatal e de suas empresas públicas e privadas; as classes sociais que lidam com esse poder Chinês e as implicações dessas relações para o desenvolvimento econômico e a posição internacional da Argentina. (LAUFER, 2013) Esse déficit constante na balança comercial não indica uma relação de 'ganha-ganha', como insistem os chineses.

Gráfico 6 – Intercâmbio comercial – junho de 2015 a junho de 2016.



Fonte: Câmara de Exportadores de la República Argentina – 2016– Via INDEC.

Ao longo desses doze meses observamos uma disparidade enorme em grande parte período entre as exportações e importações. Disparidade que se reduz apenas a partir de maio desse ano. A situação carece de uma análise mais apurada, pois quando falamos de comércio estamos tratando da parte mais importante de uma relação bilateral. A natureza desse comércio nasce da grande produção de soja e oleaginosos e a necessidade chinesa da compra de comida, dado o tamanho de sua população. A Argentina precisou abrir escritórios de comércio na China, haja vista as relações comerciais cada vez mais constantes. Em outro ponto, as agências de estatística chinesas insistem que a Argentina é superavitária e que é a grande 'ganhadora' dessa relação comercial, ao contrário do que demonstra o INDEC. Contudo, desde novembro de 2008, o Ministro do Comércio da China não publica mais dados sobre as relações comerciais no seu sitio da internet. O fato é que as estatísticas têm mostrado essa instabilidade do comércio entre os dois países, com essa vertiginosa depreciação dos termos de troca, deficitária a Argentina há alguns anos. (OVIEDO, 2012)

No quadro a seguir, vamos analisar os principais produtos dessa relação, com dados colhidos em junho de 2016.

Tabela 3 – Principais produtos exportados pela Argentina para a China em Junho de 2016.

NCM	Descripción	USD FOB	Part. %	Acumulado %
Partida	Totales	872,19	100%	100%
1201	Porotos de Soja	693,72	80%	80%
2709	Aceites crudos de petróleo o de mineral bituminoso	89,68	10%	90%
0202	Carnes de animales de la especie bovina, congelada	19,21	2%	92%
0306	Crustáceos, incluso pelados, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos o salados	15,80	2%	94%
1512	Aceite de Girasol y sus fracciones, incluso refinado	8,90	1%	95%
0207	Carne y despojos comestibles, de aves de la partida 01.05, frescos, refrigerados o congelados	7,11	1%	96%
1508	Aceite de maní	5,87	1%	96%
1202	Maníes sin tostar	5,24	1%	97%
4104	Cueros y pieles curtidos, de bovino (incluido el búfalo) o de equino, depilados	5,24	1%	98%
5101	Lana sin cardar ni peinar	2,38	0%	98%

Fonte: Câmara de Exportadores de lá República Argentina –2016

Tabela 4 – Principais produtos importados pela Argentina da China em Junho de 2016.

NCM	Descripción	USD CIF	Part. %	Acumulado %
Partida	Totales			
8517	Teléfonos, incluidos los celulares y los de otras redes inalámbricas	879,0	100%	100%
8471	Máquinas automáticas para tratamiento o procesamiento de datos, lectores magnéticos	117,1	13%	13%
8529	Partes identificables como destinadas, exclusiva o principalmente, a los aparatos de la partida 85.25	30,5	3%	17%
6810	Manufacturas de cemento, hormigón y piedra artificial	29,7	3%	20%
3808	Insecticidas, raticidas y demás antirroedores	23,9	3%	23%
2931	Los demás compuestos orgánico-inorgánicos	16,6	2%	25%
8516	Calentadores eléctricos de agua de calentamiento instantáneo	16,6	2%	27%
9503	Los demás juguetes	16,2	2%	29%
7302	Elementos para vías férreas, de fundición, hierro o acero	15,6	2%	30%
8711	Motocicletas (incluidos los ciclomotores)	15,5	2%	32%

Fonte: Câmara de Exportadores de lá República Argentina – 2016

Temos que 92% da exportação argentina de junho se concentram em três produtos: soja, petróleo e carne, e todos são de origem primária, com baixo valor agregado sendo o setor agrícola dominante das relações. Do outro lado, os principais produtos importados pela Argentina são manufaturas de alta tecnologia, como telefones celulares, outras redes sem fio e computadores. A atual disparidade

não é conjuntural. Dentro do contexto histórico, desde o começo da década de 2000, os produtos agrícolas tem sido os principais a serem importados pela China, além do petróleo, o que proporcionou o ingresso de rendas fiscais para a Argentina honrar seus compromissos, além da ajuda chinesa para a captação de investimentos estrangeiros diretos. Mas foi uma passagem rápida, até os números negativos. (CESARIN, 2010) “No contexto da crise de 2008 e 2009 a China atuou moderando a caída do preço dos commodities, beneficiando a Argentina.³⁷” (CESARIN, 2010, p. 10, tradução nossa). Outrossim, há uma constante pressão nas relações, haja vista a vulnerabilidade do setor externo agroalimentar argentino e a desvantagem dos termos de troca, ante a ausência de pressões competitivas, o que tornam as relações complexas e não apenas vantajosas. (CESARIN, 2010) Uma releitura de 2012, corrobora com o atual quadro de junho de 2016.

A soja foi responsável por 56,2% do total das exportações em 2012, enquanto o óleo de soja contribuiu com mais de 13,4%. Outros 15% foram provenientes da venda de petróleo. Na verdade, quase todos os bens exportados para a China são associados aos recursos naturais, incluindo tabaco, galinhas, couro, lã, vinho, óleo de amendoim, soro de leite, cevada, frutos do mar e alguns minerais. E a participação dos recursos naturais nas vendas para a China é muito maior do que a observada no comércio total do país (97% contra 66% em 2012)³⁸ (LOPES & RAMOS, 2014, p. 16)

No caso da soja há um papel crescente de ambos os Estados, contudo, são as grandes empresas que estão sendo determinantes nesse mercado, especialmente para reduzir a dependência chinesa. A Corporação Nacional Chinesa de Cereais, Azeites e Comestíveis, vêm comprando partes de grandes empresas do setor, como quando adquiriu 51% da Nidera - empresa holandesa com interesses na Argentina - além de 51% da Noble Agri, que coloca a empresa chinesa entre as grandes corporações transnacionais do mundo. Esse ingresso da empresa chinesa tem atuado diretamente no mercado de grãos, especialmente na influência dos

³⁷Enun contexto de restricciones económicas y comerciales internacionales resultantes de La crisis financiera de 2008 – 2009, China actuó (actúa) como moderador de la caída en La demanda global de commodities beneficiando a la Argentina.

³⁸Los porotos de soja representaron 56.2% del total exportado en 2012, mientras que el aceite de soja aportóun 13.4% adicional. Otro 15% provino de la venta de petróleo. De hecho, casi todos los bienes exportados a China se asocian a recursos naturales, incluyendo tabaco, pollos, cuero, lanas, vinos, aceite de maní, suero de leche, cebada, mariscos y algunos minerales. Y La participación de lascadenas de recursos naturales em las ventas a China es mucho mayor que la observada em el comercio total del país (97% contra 66% en 2012).

preços, pois a China passa a ter um controle maior dos custos. Há na China um alinhamento das empresas estatais com os interesses do Estado Chinês. Essa relação atinge diretamente o setor produtivo argentino (como quando a China proibiu em 2010 a importação de azeite de soja) e há interferência direta na cadeia produtiva argentina por empresas com fundos Chineses. (OVIEDO, 2015)

Retomando a leitura da balança comercial, quando do reconhecimento pela Argentina, da China enquanto economia de mercado, em 2004, houve um processo contrário ao que se esperava. A partir de então, o volume de importações foi acelerando mais do que o volume de exportações, dando lugar a um déficit comercial a partir de 2008, e mais do que isso, tal déficit se tornou estrutural. De 2008 a 2014 o déficit aumentou algo em torno de 700%. Passou de 748 milhões a 6 bilhões de dólares. Apesar dos números, de 2004 a diante a China vem se tornando cada vez mais uma das principais parceiras comerciais da Argentina no que nos remete a estratégia econômica chinesa, e que se vê muito bem implementada frente à Argentina.

Ressalte-se que a base exportadora da Argentina é sempre baseada nos mesmos produtos, que após a proibição da importação de azeite pela China em 2010, passam a ser os grãos de soja, e o petróleo bruto, especialmente após a corporação chinesa Sinopec comprar a Ocidentum Petroleum Corp (OXY), a China Nacional Overseas Oil comprar 50% da Bidas e 40% Pan American Energy. Além disso, a Petro AP também está operando na província de Mendoza (BOLINAGNA, 2015) Em suma, “as três empresas petrolíferas mais importantes da China estão hoje operando na Argentina. E já em 2015 se firmou um marco de cooperação entre a Yacimientos Petrolíferos Fiscalez e Sinopec para explorar a região de Vaca Morta”³⁹ (BOLINAGA, 2015, p. 78, tradução nossa.)

Outra relação geoeconômica fundamental desenvolvida entre os dois países é o fluxo de Investimentos Diretos Estrangeiros⁴⁰. Em uma leitura mais ampla, em 2015 esses fluxos aumentaram mundialmente em 36%, o nível mais alto desde 2007. Contudo, a maior parte foi direcionada para países já desenvolvidos. Nesses

³⁹En suma, de lastres empresas petroleras más importantes de China¹³, dos ya están instaladas en Argentina. Y ya en 2015 se plasmo un marco de cooperación entre Yacimientos Petrolíferos Fiscales (ypf) y Sinopec para explorar y explotar El yacimiento de Vaca Muerta [...]

⁴⁰ O IED difere-se dos financiamentos dos Bancos de Fomento na medida em que ele vem de aplicações e relações comerciais de empresas estrangeiras no território argentino. Empresas chinesas que compram e se fundem com empresas argentinas, empresas que se instalam em território argentino, sem correlação ou qualquer tipo de envolvimento dos Bancos Chineses.

países o aumento porcentual foi de 90% graças a fusões e aquisições transnacionais. Na América Latina e Caribe, houve uma queda de 9,1%. Na Argentina graças a nacionalização da YPF, realizada em 2012, houve um aumento do ingresso dos fluxos de IED em 130% em relação a 2014. O preço decrescente das matérias primas foi crucial para a composição setorial de IED em 2015, porém, em contraponto, aumenta-se o fluxo de IED com relação ao setor de serviços, como telecomunicações e energia renovável. Apesar do aumento dos fluxos na Argentina a tendência para a América Latina e Caribe é a estagnação desses investimentos, e segundo a CEPAL, para 2016, pode ainda haver uma queda de 8%. Ainda segundo o organismo, as economias latino-americanas especializadas em produtos primários, como petróleo e minerais e com forte integração comercial com a China serão as mais afetadas. (CEPAL, 2016) No quadro seguinte ilustramos os investimentos diretos chineses e ressaltamos a posição da Argentina e o apontamento de um decréscimo nos anos de 2012 e 2013. Lembramos o quanto os investimentos diretos representam uma escala de dependência hoje em dia.

Tabela 5 – Investimentos Diretos Chineses na América Latina em milhões de dólares (10 países)

País	1990-2009	2010	2011	2012	2013
Argentina	143	3 100	2 450	600	120
Brasil	255	9 563	5 676	6 067	2 580
Chile	nd	5	0	76	19
Colômbia	1 677	6	293	996	776
Ecuador	1 619	45	59	86	88
Guyana	1 000	nd	15	nd	nd
México	146	9	2	74	15
Perú	2 262	84	829	1 307	4 626
Trinidad y Tabago	nd	nd	850	nd	nd
Venezuela (República Bolivariana de)	240	900	nd	nd	1 400
Total América Latina y el Caribe	7 342	13 712	10 175	9 206	9 624

FONTE: CEPAL (2015)

O fluxo de relações de caráter interindustrial é um fator importante dentre os muitos que explicam a natureza dos investimentos e relações comerciais entre os

dois países. Para Gerardo e Burgos (2015) essa questão “que dificulta a maior densidade do comércio entre ambas as regiões, deixa menor espaço para investimentos conjuntos e limita a penetração dos países latino-americanos na cadeia produtiva asiática⁴¹” (GERARDO & BURGOS, 2015, p. 30) A Argentina, como todos os países latino-americanos são sócios confiáveis, onde se pode entabular acordos de médio e longo prazo e garantir o fornecimento de commodities e petróleo, além de outros recursos naturais. Na Argentina a comunidade chinesa já é a quarta maior e pequenas indústrias e supermercados, além de outros setores de serviços chineses começam a aparecer com maior densidade no país. (GERARDO & BURGOS, 2015)

Segundo Oviedo (2012) os dados de órgão chineses sobre investimentos chineses na América Latina carecem de precisão, haja vista que esses investimentos são feitos muitas vezes através de terceiros países. Algo em torno de “91.2 % dos investimentos chineses na América Latina são concentrados em dois paraísos fiscais, Ilhas Virgens e Ilhas Cayman, sendo que apenas 8.2 % são investidos diretamente nos países latino-americanos⁴².” (OVIEDO, 2012, p. 21, tradução nossa) Com relação aos investimentos em petróleo e gás natural a China é uma das principais investidoras na Argentina, através de suas empresas petrolíferas, especialmente a SINOPEC e a China Nacional Overseas Oil. Isso se dá por que os investimentos diretos são parte da estratégia chinesa para garantir o fornecimento de produtos básicos como petróleo e minério, e hidrocarbonetos, podendo também haver investimentos esporádicos em telecomunicações, obras de infraestrutura e o setor financeiro, mas, majoritariamente, em atividades extrativas. (SLIPLAK, 2013)

Diferente do que ocorre com as relações comerciais bilaterais entre a China e a Argentina, os fluxos de IED não são tão significativos. Até 2009 os números eram inexpressivos, algo em torno de 143 milhões de dólares, desde 1990. Números que mudaram partir de 2004, e especialmente a partir de 2012, graças às empresas petrolíferas chinesas. De qualquer forma, ainda muito aquém do que fora anunciado por empresas privadas e por entes governamentais. Além desses há a compra das empresas sojeiras, e em um lado menos expressivo mas crescente, a proliferação

⁴¹[...] o que dificulta la mayor densidad del comercio entre ambas regiones, deja menos espacio para inversiones conjuntas y limita de alguna manera una mayor y mejor penetración de los países del subcontinente americano en las cadenas productivas de Asia Pacífico

⁴²The 91.2 percent of Chinese investments to Latin America concentrated in two “tax havens”: Virgin Islands and Cayman Islands. The remaining 8.8 percent has been directly invested in the other Latin American countries.

de supermercados chineses, especialmente em Buenos Aires. Não obstante, vem crescendo a compra de terras argentinas por parte de empresas chinesas, e no setor financeiro houve a compra do Standard Bank e sua filiar argentina pelo Industrial and Comercial Bank of China. Vimos então que os investimentos chineses na Argentina, como em toda América Latina, estão mais a busca de recursos do que de mercados. (LOPES & RAMOS, 2014)

A grande virada dos investimentos chineses na Argentina se deu em 2004. Desde então, uma série de aquisições de empresas chinesas em grandes montantes de dólares tem mudado a opinião de especialistas e a opinião pública. Essa virada se deu por que o governo Chinês fez a leitura que a China continuaria crescendo economicamente durante a crise, e seria preciso de matérias primas para esse crescimento e também a necessidade de controle do fornecimento desses materiais, haja vista a busca por eles por grandes potências iria se intensificar. A volatilidade do dólar e outras moedas também forçaram a China mudar parte da acumulação de suas reservas. As empresas chinesas estavam se transnacionalizando e se tornando cada vez mais competitivas, tomando vantagem perante a crise, no mercado interno. (OVIEDO, 2012)

Outro ponto geoeconômico relevante são os empréstimos chineses através de seus bancos. Após a derrocada das políticas neoliberais dos anos 90 e com a ascensão chinesa e o aumento do fluxo de relações entre a China e os países latino-americanos, entre eles a Argentina, esses países foram passando a ter na China e seus bancos uma das principais fontes de financiamento – pois as políticas eram bem diferentes das do FMI e Banco Mundial – para questões como infraestrutura, por exemplo. Os dois principais Bancos que operam esses financiamentos, lastreados em commodities e petróleo, são o Banco de Desenvolvimento Chinês e o Banco Chinês de Exportação e Importação. Os principais receptores desses empréstimos na América Latina são a Venezuela, Argentina e o Brasil. Mais recentemente, em 2014, uma visita do Presidente Chinês Xi Jinping, animou ainda mais os países da região, com a iniciativa de um novo Banco de Desenvolvimento com sede em Shanghai e aporte de 50 bilhões de dólares. (GERARDO & BURGOS, 2015)

Figura 2 – Investimentos Diretos Chineses na Argentina por empresa e segmento.



Fonte: The Inter-American Dialogue.

O grande volume de investimentos financeiros (que não se tratam de IED) está principalmente nos anos de 2010 e 2014, com 10,3 bilhões e 4,8 bilhões. Além desses anos houve 30 milhões em 2007 e 200 milhões em 2012. Energia e Infraestrutura são os principais investimentos, e o grande montante, de 10 bilhões, foi feito pelo Banco de Desenvolvimento Chinês, além do China Ex-Im Bank e do ICBC no sistema de Trens argentinos e sua modernização, em julho de 2010. O setor de Energia vem logo depois com mais de 3 bilhões de dólares. O sistema de trens, o metrô de Buenos Aires e uma Hidroelétrica na Patagônia foram os últimos grandes volumes de financiamentos dos Bancos Chineses ocorrido em 2014. Esses financiamentos não deixam de fortalecer o setor bancário chinês ainda mais.

Os empréstimos estão atrelados sempre a uma contrapartida para os países, e no caso do financiamento da Belgrano Cargas, aquela seria a compra, por parte da Argentina, dos vagões das empresas Chinesas. (LAUFER, 2013) Sem nos adiantarmos ao próximo ponto, é nítido que nos atuais tempos, com o índice de confiabilidade baixo da Argentina no mercado internacional, apenas os Bancos Chineses poderiam permitir esse montante para o investimento em infraestrutura. Ainda sobre as relações geoeconômicas financeiras:

Em matéria financeira, o principal entendimento refere-se à renovação, em meados de 2014, de *swap* de moedas locais entre os Bancos Centrais no valor de aproximadamente US\$ 11 bilhões por três anos. Os recursos vem contribuindo significativamente para a promoção da estabilidade cambial e financeira argentina, que já fez uso de aproximadamente US\$ 3 bilhões. Trata-se do único acordo significativo de *swap* em reinmimbi (RMB) entre Bancos Centrais ativado no mundo. Acordou-se também promover o estabelecimentos de instituições financeiras recíprocas. Nesse sentido, acordou-se a abertura de escritório de representação do Banco de la Nación Argentina em Pequim, o qual soma-se a presença expressiva do Banco Comercial e Industrial da China (ICBC) na Argentina. Não menos importante, reafirma o apoio chinês à proposta argentina de estabelecer, conforme Resolução AG/68/304 (2014), da Assembleia-Geral das Nações Unidas, um marco multilateral para os processos de reestruturação de dívidas soberanas. (ARAUJO, CERQUEIRA CESAR, 2015, S/P)

Outro fator da estratégia geoeconômica chinesa – que delineamos no primeiro capítulo desse trabalho – e que está sendo implementado com mais afinco nos últimos anos é a internacionalização do RMB. Em termos microeconômicos, nota-se que as autoridades financeiras chinesas se esforçam exitosamente em modernizar o sistema financeiro chinês, e a prova é a presença dos Bancos Chineses entre os principais bancos do mundo, como o Industrial and Comercial Bank of China (ICBC) e o China Construction Bank (CCB) (STANLEY, 2013)⁴³. O mais impressionante é o fato que em 2006 nenhum Banco Chinês estava entre os 20 maiores do Mundo, e em 2009, três deles já ocupavam esse posto. Além da forte reestruturação financeira houveram reformas corporativas e os Bancos começam então a serem listados nas bolsas de Shanghai e Hong Kong. Na mesma linha, houve uma blindagem do sistema financeiro doméstico dos fluxos de capitais internacionais, mantendo fortes restrições a transações em moedas estrangeiras. Em termos macroeconômicos a abertura paulatina da conta capital, a recepção de investimentos diretos estrangeiros, a saída das empresas chinesas e a entrada para a OMC também tiveram sua parte no fortalecimento do sistema financeiro Chinês. A internacionalização do RMB passa por duas etapas, inicialmente uma aceitação no comércio internacional para em um segundo momento se tornar uma reserva de valor. (STANLEY, 2013)

⁴³El proceso de internacionalización del RMB y El nuevo protagonismo del sistema financiero chino Leonardo E. Stanley. 2013. Os dados sobre os Bancos citados pelo autor foram retirados do Commercial Banks of the World (2012).

Esse processo de internacionalização do Reiminbi inicia-se em 2002 quando permite-se a estrangeiros comprar e vender ações na China, nominadas em Reiminbi; em 2003 residentes em Hong Kong podem comprar a moeda com limites diários; já em 2004 era possível fazer negócios em Hong Kong e Macao com a moeda e os Bancos de Hong Kong passam a aceitar depósitos em Reiminbi; em 2007 passa-se a emitir bônus de ações em reiminbi; em 2008, há o swap de moedas; em 2009 inicia-se um programa piloto de comércio em RMB, em quatro províncias; em 2010 se estende o programa piloto ao resto do mundo, expande-se o mercado de bônus e há o lançamento do mercado de futuros em RMB; já em 2011 pode-se financiar IED em RMB e o plano piloto é expandido a toda a China para operações de importação e exportação. Apesar dos perigos da abertura de conta capital e a complexidade da internacionalização de uma moeda, a segunda maior economia do mundo o faz de maneira estratégica, promovendo um maior protagonismo mundial de sua moeda. (STANLEY, 2013)

A internacionalização da moeda chinesa vem tomando contornos cada vez mais sólidos, especialmente nas transações internacionais, compondo reservas nos Bancos Centrais e sendo utilizada como financiamento estrangeiro. Em 2015 o HSBC fez um pormenorizado estudo sobre as vantagens do RMB, considerando a moeda um “imperativo estratégico, sendo vital considerar o potencial que oferece o RMB a sua empresa⁴⁴” (HSBC, 2015, S/P). Dentre as vantagens oferecidas pelo Banco às empresas argentinas está “a otimização dos pagamentos internacionais, a redução do risco cambiário, melhores taxas de interesse e uma melhor liquidez e administração dos ativos⁴⁵” (HSBC, 2015, S/P).

Fecha-se assim a análise das relações geoeconômicas da China com a Argentina no enfoque estratégico geoeconômico Chinês, com relação ao comércio internacional e a parceria estratégica bilateral, os investimentos diretos estrangeiros e os financiamentos dos Bancos Chineses na Argentina e pôr fim a internacionalização do RMB na Argentina. Passamos agora ao objeto central da pesquisa, que é a possibilidade da análise teórica dessas relações geoeconômicas pela teoria da dependência e suas adaptações e estudos atuais.

⁴⁴ [...] el RMB es un imperativo estratégico y creemos que es vital considerar el potencial que ya ofrece el RMB para su empresa.

⁴⁵ [...] la optimización de los pagos internacionales, la reducción del riesgo cambiario y de exposición a tasas de interés y una mejor liquidez y administración de activos.

4.3 As relações entre a RPC e a Argentina: Assimetrias e as diversificações da dependência no atual contexto histórico e econômico

O objeto dessa pesquisa é a possibilidade da análise de relações geoeconômicas entre dois países, duas economias, sob o enfoque da teoria da dependência, especificamente, os novos contornos dados com suas novas diversificações. Para tanto, devemos fazer esse estudo, levando em conta a dimensão histórica do sistema internacional e do capitalismo mundial. As teorias da dependência, quando surgiram, herdando alguns aspectos do estruturalismo cepalino, tratavam das relações capitalistas internacionais entre o centro e a periferia, muito bem delineados, em um momento histórico de hegemonia americana e de um mundo bipolar. Apesar de sempre ter tratado das relações capitalistas internacionalizadas, o capitalismo na década de 60 ainda não estava tão evoluído em termos internacionais, quanto está hoje, na era da globalização.

Da estagnação econômica da América Latina aos planos neoliberais e a aplicação do Consenso de Washington, até chegarmos às fortalecidas relações estratégicas com a China, temos um contexto muito diferente daquele em que fora assentado à teoria da dependência. Contudo, a teoria da dependência tem um enfoque analítico, e não propositivo e tem sido revista e adaptada ao novo contexto do capitalismo global. Por ser uma teoria criada dentro da realidade latino-americana, estudando os problemas do nosso capitalismo atrasado e suas tentativas de evolução e tendo acompanhado a estrutura do capitalismo periférico é, por vezes, alçada a analisar os atuais aspectos das relações geoeconômicas internacionais, entre os países da América Latina e as principais economias do mundo.

Assim, aplicar esses novos enfoques teóricos da dependência adaptados a atual conjuntura histórica do capitalismo, nos traz novos atores e dispensa a interpretação dependentista assentada em premissas ligadas aos tempos de Guerra Fria. Sabemos que os termos centro e periferia herdados do estruturalismo cepalino, devem ser interpretados como o centro político e econômico do capitalismo, que não possui mais correlação com a hegemonia política e militar – especialmente dos Estados Unidos – e a periferia, como aquela dependente e explorada pelo Centro, como ocorre com os países latino-americanos, e no caso desse estudo, a Argentina.

Sendo assim, no que tange a posição da China nesse eixo político e econômico não podemos enquadrá-la como um país de economia periférica e

dependente. Independentemente do seu poderio militar e de sua influência política é o seu poder econômico e financeiro que a coloca como um centro da economia capitalista mundial, sendo hoje a segunda maior economia do mundo, e desenvolvendo sua estratégica geoeconômica com países periféricos, africanos e latino-americanos. A China, especialmente depois da crise de 2008, foi sustentáculo de várias economias no mundo pois tornou-se uma das principais potências do globo. Seus vínculos com os grandes centros do capitalismo não é dependente, mas, tão somente, simbiótico. A exceção dos Estados Unidos onde há esse vínculo de dependência, não enquanto periferia ou semiperiferia mas, de co-dependência, entre as duas maiores economias do mundo. (SLIPAK, 2014)

Esse 'acesso' Chinês ao grupo das grandes potências após sua abertura econômica se dá pelas peculiaridades locais, e na ausência de uma burguesia associada com os interesses do centro, há a necessidade da firme consecução dos objetivos do Partido Comunista Chinês. A emergente classe capitalista estatal chinesa foi exitosa em associar-se as potências centrais e o capital transacional, sendo uma grande receptora de IED, sem permitir que esse vínculo a mantivesse numa situação de dependência estrutural. O engessamento do mercado interno e das finanças internas e um forte aparato estatal determinado a cumprir seus objetivos livraram a China de se colocar no ciclo vicioso do capitalismo dependente. As atuais leituras da teoria marxista da dependência são plenamente capazes de analisar e explicar essa ascensão chinesa no sistema capitalista internacional. (SLIPAK, 2014)

Nessa linha, a correlação entre a jornada de trabalho e o controle das demandas pelo Partido Comunista Chinês, com os baixos salários e a acumulação de capital pelas empresas estatais e privadas chinesas, podem ser analisadas a luz do conceito de superexploração do trabalho da teoria da dependência. Partindo-se da premissa que o conceito de superexploração nasce de relações capitalistas maduras, e não de relações de pré-capitalismo, podemos aplicá-lo ao caso Chinês das relações de trabalho e de suas consequências para a acumulação de capital. (SLIPAK, 2014) Cria-se uma diferença entre o trabalho e a força do trabalho, passando-se a haver uma mais-valia extraordinária que advém da “descentralização dos processos produtivos ao trabalho superexplorado.” (MARTINS, 2011, p. 302)

A consequência dessa extração de mais-valia extraordinária para as economias periféricas é a impossibilidade de poder competir com os preços dos

produtos manufaturados chineses, que é um fator que cria um intercambio desigual entre as economias já que a Argentina passa a se especializar cada vez mais nos produtos primários (reprimarizando sua economia), e cada vez mais dependente de produtos de média e alta manufatura chineses, que geram o déficit da balança comercial e a estagnação do capitalismo industrial local que não consegue competir, mesmo sem custos de transporte, com os produtos chineses. (SLIPAK, 2014)

Esses déficits comerciais conjugados com déficits no fluxo de capitais e com um alto nível de dependência financeira, advindo da exposição às políticas neoliberais podem levar a estagnação, o que nos remete a o momento crítico que vive a América Latina e em particular, a Argentina. Os déficits comerciais geram a necessidade de ingresso de capitais para financiá-los numa formula que se retroalimenta, gerando cada vez mais dependência. (MARTINS, 2011) A economia argentina se aprofunda cada vez mais na reprimarização⁴⁶ e importa cada vez mais produtos de médio e alto manufatura, gerando repetidos déficits na balança comercial. Como tem acontecido desde 2008, para amenizar esse fator e manter-se economicamente viável, pede cada vez mais empréstimos aos Bancos Chineses, únicos que se prontificam a emprestar valores cada vez mais vultuosos, sempre lastreados no fornecimento de matérias primas, ou na compra de mais produtos manufaturados da China. Essa estrutura acaba gerando cada vez mais dependência com relação a China, em especial pela da burguesia argentina, associada ao capital Chinês. Essa fórmula se retroalimenta, e se torna cíclica.

Fato é que após a alta do preço das commodities e do lucro das burguesias locais argentinas associadas ao capital chinês, houve a reversão dos termos de troca. A explicação está no fato de que o aumento da renda da população chinesa e o aumento da tecnologia influem no consumo de produtos primários. Além disso, a autossuficiência alimentar é características de grandes centros capitalistas, que procuram evitar sua vulnerabilidade aumentando a tecnologia de produção de alimentos. Por fim, a China, suas empresas, Bancos de Fomento e IED's oportunam o controle dos preços internacionais de commodities, o que a coloca numa situação confortável e que afeta diretamente as balanças comerciais das economias primárias e dependentes. (MARTINS, 2011) Observamos assim as relações

⁴⁶ Além da reprimarização de sua economia, há a fragilidade financeira, a dívida externa e a dificuldade de obter créditos internacionais, devido as sucessivas moratórias já aplicadas.

chinesas frente à América Latina e a Argentina sob o enfoque das novas adaptações da teoria da dependência.

Assim podemos inferir que a dependência não é apenas comercial, mas também financeira - especialmente no que tange aos empréstimos para investimentos em infraestrutura⁴⁷ e a outros empréstimos -, o que delineia uma das principais características da relação de dependência entre os países em desenvolvimento latino-americanos com a China. A China se tornou para os países considerados por agências internacionais como de alto risco e com dificuldades de empréstimos um 'socorro' financeiro, com disponibilidade de grandes montantes de dólares e sem as medidas políticas contraceptivas dos Bancos de fomento tradicionais, como o BID e o Banco Mundial. (GALLAGHER, IRWIN & KOLESKY, 2013)

A Argentina foi o terceiro maior receptor de financiamentos entre 2005 e 2011, sendo que a China chega a superar o BID, individualmente, no montante de financiamentos. Em um aspecto mais amplo, a China supera individualmente o Banco Mundial e o BID em termos de financiamentos para a América Latina desde 2005. Essa concepção e esses dados asseguram a relação de dependência imposta pela China aos países da América Latina, nem sempre vantajosa a esses, haja vista que atualmente, a Argentina apresenta déficit comercial com a China e é receptora de grandes vultos financeiros dos Bancos de fomento Chineses. Esses foram os aspectos que consolidaram uma dependência diversificada entre a China e Argentina ao longo da primeira década do Século XXI. Dependência e relações comerciais que graças aos preços das commodities fizeram com que a Argentina e outros países da América Latina não sentissem de maneira tão brusca os efeitos da crise econômica mundial. (GALLAGHER, IRWIN & KOLESKY, 2013)

O que largamente vem sendo observado é que não mais se aceita a retórica chinesa das relações 'ganha-ganha' com tanta facilidade. A deterioração dos termos de troca, a inferência negativa nas indústrias de produtos de médio valor agregado na Argentina e suas relações com os países latino-americanos – perda de capacidade de concorrência e fornecimento para esses países -, e os constantes déficits na balança comercial e a dependência dos financiamentos, dão mais ares de dependência do que de cooperação. Por outro lado a China avança em seu xadrez

⁴⁷ Inferidos na Figura 2.

geoeconômico aumentando sua influência diplomática, criando mais bancos de fomento (Banco dos BRICS e Banco de Investimento e Infraestrutura da Ásia) e investindo nas chamadas 'associações estratégicas', que tem com a Argentina desde 2004. A política chinesa de acumulação de acervo científico e os termos das exportações chinesas dão o tom da dependência dos países latino-americanos para com ela assim como a reemergência de uma relação centro-periferia. (GERARDO & BURGOS, 2015)

Laufer (2013) destaca que é preciso observar a aliança de grupos de interesse argentinos em relação ao capital chinês. Setores que são os poderosos das classes dominantes, ou seja a burguesia nacional, se aliam ao capital chinês, sem a preocupação com um projeto de desenvolvimento nacional. Observe-se a relação dos setores agroindustriais argentinos, especialmente da soja e do óleo de soja, do petróleo e dos minerais com os setores Chineses. Dentro dessa realidade comercial, o Laufer (2013) infere que os acordos comerciais e as relações marcam um mercado assimétrico, onde há uma especialização cada vez mais forte da Argentina na agricultura e mineração em detrimento da importação cada vez maior de baixa manufatura e alta tecnologia, estimuladas cada vez mais pela 'parceria estratégica' entre os dois países. Sobre os investimentos diretos chineses na Argentina, sejam públicos ou privados, esses são voltados para o setor de exportação para a China, como soja, óleo de soja e ferro, fazendo diminuir os custos de transporte, e ao mesmo tempo, com cláusulas que atrelam a Argentina a compra de vagões de trem de empresas Chinesas.

Além da compra de terras por parte de empresas chinesas, setores importantes da economia argentina tiveram que se adaptar aos interesses geoconômicos estratégicos do Estado Chinês e das corporações privadas. Sendo assim, a China passou a dominar as preferências de aliança das classes dominantes argentinas, o que é nada mais do que a dependência associada, adaptada agora para a nova configuração de um centro capitalista não hegemônico e muitas vezes estatizado, dentro de uma relação de globalização com a especialização dos mercados financeiros e uma moeda chinesa cada vez mais internacionalizada. (LAUFER, 2013)

Após o estabelecimento da 'associação estratégica' entre ambos os países, o interesse chinês no setor de energia argentino aumentou muito, e a associação com a burguesia local também. Em 2004 o presidente Nestor Kirchner concedeu ao

Grupo Macri a parceria em um consorcio com o Grupo Chinês Shima Sanhe Hopeful Grain and Oil, juntamente com outras grandes empresas, no mesmo ano que intermediou empresas chinesas se juntarem a projetos com o governo argentino e a Sociedade Macri, em vários investimentos ligados ao setor de energia, o que demonstra o nível de associação e dependência da burguesia local aos investimentos diretos chineses. (LAUFER, 2013)

Também na visão de Oviedo (2012) desde que a China se tornou uma grande potência sua relação com a Argentina passou a ser de centro-periferia – termo também adotado pela teoria da dependência – sendo que essa relação começou em 1999, para o autor. Retratando os termos do comércio bilateral, que inferem na concepção dessa relação de centro-periferia temos a reprimarização da economia argentina, que exportou 73,7% de matérias primas e 11.7% de petróleo bruto, tendo importado 98% de produtos manufaturados de médio e alto valor agregado. Apesar de uma inicial deterioração dos termos de troca a favor dos países latino-americanos e da Argentina onde o preço dos produtos primários superava o preço das manufaturas, esse cenário não se consolidou – graças a interferência direta da China no controle do mercado e preço de commodities – e o que temos hoje em dia, com relação aos dois países, é a relação estrutural de centro-periferia. (OVIEDO, 2012.)

As relações Sino-Argentinas, diferente do que defende o governo Chinês, não são relações concebidas como ‘sul-sul’, mas ao contrário, se configuram plenamente como relações ‘norte-sul’, observáveis dentro da estrutura de centro-periferia, levando em consideração variáveis como a capacidade econômica dos dois países, a posição na estrutura internacional – uma como grande potência e outra como potência econômica pequena – e os termos de troca das relações comerciais bilaterais. Dentro da nova divisão internacional do trabalho a China iniciou seu crescimento econômico e implementou sua estratégia geoeconômica de médio e longo prazo, promovendo associações estratégicas⁴⁸, como no caso da Argentina. Podemos analisar a degradação dessas relações e um grau de

⁴⁸ Para Oviedo (2012) “não há uma correlação lógica para estabelecer essas estratégias, mas sim, trata-se de um conceito ideológico focado no interesse econômico das partes, e que coloca a China numa posição primordial nos aspectos comerciais e financeiros, baseada na multiplicidade de acordos excluindo os aspectos militares tradicionais. Partindo ainda de um conceito de estratégia da China para com o Oeste.” (OVIEDO, 2012, p. 14)

dependência nos termos da teoria da dependência, adaptada ao contexto do atual capitalismo mundial.

Outro fator preponderante nas relações comerciais bilaterais entre os dois países é o preço médio das importações e exportações. Segundo Borrás (2010) o preço médio por tonelada de exportações da Argentina a China é 10 vezes menor do que preço médio da tonelada de importações da Argentina, da China. Assim, essas assimetrias inflexionam diretamente nas taxas de emprego da Argentina, pois essas relações comerciais afetam diretamente a produção nacional no que tange aos produtos manufaturados. (BORRÁS, 2010)

Dentro dessa lógica assimétrica que se encontra a economia dos dois países os acordos bilaterais firmados em 2012 parecem ter arrefecido os ânimos de quem vê com receio essa relação dependente entre a China e Argentina dentro do atual quadro apresentado - de deterioração dos termos de troca - mas com dependência estrutural dessa troca. Essa estrutura assimétrica gera recessão, desemprego, dívida externa e dependência dos financiamentos para infraestrutura chineses, com lastro em matérias primas, além dos investimentos diretos estrangeiros e de uma associação da burguesia argentina com as corporações chinesas que implicam diretamente no aumento das empresas chinesas na região, o que agrava ainda mais o atraso da economia capitalista argentina. (MARTINS, 2011)

Há ainda, a diminuição do parque industrial na argentina e o aumento do desemprego, associado ao baixo lucro, levam a super-exploração do trabalho afim de ver uma taxa extraordinária de mais valia. E para complementar, a Argentina vem fazendo parte da estratégia geo-econômica chinesa de internacionalização do RMB.(MARTINS, 2011)

Entretanto, caso predomine o controle das burguesias dependentes sobre os Estado latino-americanos, o alto dinamismo da demanda chinesa aprofundará a primarização de nossa pauta exportadora e colocará fortes limites ao nosso desenvolvimento industrial e técnico-científico. (MARTINS, 2011, p. 323) [...] A reprimarização da pauta exportadora de nossas economias, em marcha, poderá então cobrar altos custos e repetir em nova etapa a trajetória de decadência e periferização de Argentina e Uruguai – outrora importantes centros primários-exportadores -, iniciada na primeira metade do século XX e estendida à sua segunda parte pela sua incapacidade de se converterem em importantes centros industriais ou científico-tecnológicos em desenvolvimento (MARTINS, 2011, p. 325)

Temos então o déficit comercial, a reprimarização da economia e o investimento chinês no setor hidrocarbonífero (além da chamada “associação

estratégica integral”) problematizando essas relações do ponto de vista dos ganhos para Argentina. Na ausência deles, há especialmente a estagnação da industrialização argentina, o que mantém o capitalismo atrasado no país. O déficit estrutural ainda conta com uma variável depreciativa; a internacionalização do RMB facilita a importação de produtos da China, aumentando ainda mais o grau de dependência dessas. Observamos mais uma vez no ciclo vicioso entre reprimarização, aumento de importações, internacionalização do RMB, financiamentos, deterioração dos termos de troca e manutenção da relação assimétrica e de capitalismo dependente. Deve-se refletir sobre a necessidade de rever os termos das relações bilaterais e dessa relação estratégica, pois essas têm se mostrando vantajosas apenas para o lado Chinês. (BOLINAGNA, 2015)

A China se tornou desde 2014 a segunda maior parceira comercial da Argentina, e a soja, nessa relação comercial, é o produto mais exportado para a China. O óleo de soja desde 2010, quando a China adquiriu capacidade própria para se suprir, deixou essa lista. A Argentina é a maior produtora de soja do mundo, porém, não consegue agregar valor ao seu produto, e esse é um grande desafio para mitigar os efeitos da deterioração dos termos de troca. As relações comerciais continuarão entre os dois países, mas diante do quadro de que apenas da China se provém tecnologia agregada aos produtos, é necessária uma iniciativa, ao menos, para rever esse paradigma. (PETERS, 2015)

Dentro das novas adaptações à teoria da dependência podemos enfocar que a China possui setores cruciais para produção e acumulação de capitais, além de um aparato tecnológico e financeiro que a fazem a segunda maior economia do mundo. Para continuar seu desenvolvimento econômico e se manter numa posição superior dentro do sistema capitalista global, a China necessita da complementaridade de economias periféricas, como a Argentina, que além de depender da China nas relações bilaterais comerciais – vendendo sua matéria prima de baixo valor agregado – não consegue fortalecer seus setores de produção de bens de capital. Sendo assim há o atraso da economia argentina, em termos financeiros e principalmente, tecnológico.

O capitalismo nos países periféricos, e nesse caso, na Argentina, está incompleto, e não é capaz de se gerir havendo uma defasagem tecnológica que gera dependência. O capitalismo evolui e sempre cria novas formas de dependência para economias periféricas, pois a divisão internacional do trabalho ainda existe e

sempre existirá no sistema capitalista. O que a tecnologia nos centros capitalistas produz para o consumo de massas, na periferia é destinado ao consumo de luxo. Essa ‘anomalia’ no capitalismo periférico gera concentração de renda, diferença de salários entre o campo e a cidade, colaborando com a dificuldade da modernização da industrialização dessas economias. (CARDOSO & FALETTO, 2008)

As duas décadas de políticas neoliberais – 1980 e 1990 – conjugadas com o capitalismo globalizado impuseram essa agenda aos países latino-americanos. A Argentina, desde o começo dos anos 2000, após uma grave crise econômica, viu sinais de recuperação a partir do incremento de suas relações comerciais com a China, graças ao preço elevado das commodities. Acumulou superávits – como vimos no gráfico 5 (pág. 95) – até 2007, com um enorme déficit em 2010. Não por acaso, grandes volumes de empréstimos se iniciaram nesse ano, e os investimentos diretos, especialmente na área petrolífera, foram alavancados. No mesmo sentido a China se tornou autossuficiente na produção de óleo de soja, concentrando então as exportações argentinas no grão de soja e petróleo bruto.

Em 2012 temos o plano de ação conjunta entre os dois países com o aprofundamento das relações comerciais, financeiras de investimentos diretos e a internacionalização do RMB. A parceria que era estratégica se torna também, integral. Há a reunião das comissões binacionais em 2014 na China, com a implementação dos planos de trabalho. No contexto regional inaugura-se o Fórum China-CELAC com um plano quadrienal, para mitigar os efeitos negativos da assimetria das relações com a China. Há agora a percepção que a longo prazo, essa dependência precisa ser revista.

Não obstante, alguns projetos que poderiam melhorar o valor agregado às exportações argentinas são primeiramente, no setor energético. A Argentina é a maior consumidora de gás natural comprimido e a China, como uma das maiores emissoras de gás carbônico do mundo, tem interesse nessa tecnologia. Há cooperação de empresas de ambos os países nesse sentido. Há também os setores de maquinaria agrícola e de produtos agrícolas geneticamente modificados e a biomedicina que são aspectos de maior tecnologia argentinos, necessários a China. (CESARIN, 2007) Podemos ainda salientar a cooperação nuclear, onde há “previsão de provisão as empresas chinesas de um dispositivo tecnológico para a

produção de nêutrons de baixa energia.⁴⁹” (CESARIN, 2007, p. 17, tradução nossa)

Nessa linha, no eixo econômico:

“A agenda econômica apresenta o desafio de diminuir essa distância assimétrica entre os Produtos Internos Brutos. Em matéria comercial, é necessário é rever esse modelo centro-periférico no comercio bilateral, desconcentrar a oferta exportadora, agregar valor aos produtos exportados para a China e interromper a transferência de capital financeiro por via do superávit comercial Chinês. Do ponto de vista financeiro, além da dependência a curto prazo do capital chinês, há a necessidade de expandir os investimentos chineses na Argentina⁵⁰.” (OVIEDO, 2016, p. 16, tradução nossa)

Reduzir as assimetrias, agregar valor aos produtos exportados, restabelecer o sistema financeiro e conseguir novamente credibilidade internacional, são desafios para a Argentina reduzir o grau de dependência e modernizar as relações capitalistas. Manter as relações bilaterais com a China é necessário mesmo no atual grau de dependência e com os efeitos da crise de 2008 ainda presentes. Mas também é necessário fortalecer as relações econômicas regionais, investir em tecnologia, e procurar reduzir os impactos econômicos de um capitalismo periférico. O capitalismo dependente e a associação da burguesia local com as grandes empresas chinesas consolidam essa relação de centro-periferia que pode ser analisada, de acordo com as novas adaptações da teoria da dependência.

⁴⁹ [...] provisión a China de un dispositivo tecnológico para laproducción de neutrones de muy baja energía.

⁵⁰La agenda económica presenta el desafío de acortar la distancia asimétrica entre Productos Internos Brutos (PIB). Em materia comercial requiere revertir el modelo centro-periférico em el intercambio bilateral; desconcentrar la oferta exportadora; agregar valor a los productos exportados a China e interrumpirla transferencia de capital vía superávit comercial chino. Em matéria financiera existe dependencia a corto plazo del capital chino y La necesidad de expandir las inversiones chinas en Argentina.

5 CONCLUSÃO

A dissertação teve como finalidade averiguar se as atuais adaptações e releituras críticas da teoria da dependência, no contexto atual do sistema capitalista, são aptas e aplicáveis as atuais relações comerciais e financeiras entre duas economias capitalistas assimétricas. No nosso caso, optamos como objeto de possível aplicação da teoria as relações entre a China e Argentina.

A escolha da Argentina se deu pelo contexto específico que cada país da América Latina e Caribe lida com a China. A China possui relações comerciais bilaterais com os países, e no caso da América Latina e o Caribe, até 2015 – quando se deu o estabelecimento do Fórum China-CELAC – não havia uma dinâmica conjunta e sequer planejamento dessas relações. Mesmo o Mercosul não lidou enquanto um ‘grupo’ de países, haja vista as dificuldades relativas ao Paraguai, que reconhece diplomaticamente Taiwan.

Sendo assim, observando o contexto dos países que possuem relações bilaterais comerciais com a China, vê-se que uns mantêm essas relações em eixos mais aprofundados. As ‘associações estratégicas’ com a China tem ‘graus’ quase hierárquicos, e a Argentina possui a ‘associação estratégica integral’, tendo reconhecido a China como economia de mercado desde 2004. As consequências dessas relações a Argentina são diferentes do que ocorrem em outros países, tal qual o contexto causal em que se estabelecem essas relações. Sendo assim, dentro na necessidade de provar a possibilidade de aplicação analítica da teoria da dependência, escolhemos essas relações em específico.

No capítulo segundo procurou-se estabelecer o contexto histórico das atuais relações da China com a América Latina e o Caribe, onde, inicialmente, buscou-se estudar a ascensão Chinesa nas últimas décadas, se tornando a segunda maior economia do mundo, mas não apenas isso, pois tornou-se uma economia cujo crescimento se mostrou essencial para reduzir-se os efeitos da crise de 2008 para muitos países.

Logo, observou-se que desde muitos séculos atrás a China, por suas características geográficas, sempre foi uma ‘potência’ regional, havendo inclusive estudos chineses que apontam uma caravana chinesa como responsável por primeiro chegar a América, nos dando a dimensão do que foi a China nas suas antigas dinastias e sua importância histórica na região asiática.

Dessa forma, por algumas vezes ao longo do texto, nota-se que a pesquisa tratou a China como uma nação reemergente, em vista desse passado grandioso. Contudo, foi desde 1978, com as reformas implementadas por Deng Xiaoping, que a China inicia o seu processo de expansão econômica e desenvolvimento de seu capitalismo, dentro de suas características e mantendo o seu regime político, o que lhe garantiu a 'imunidade' de certos aspectos que poderiam mantê-la numa posição periférica no sistema capitalista internacional. Desde 1978 a China vem acumulando índices de crescimento econômico que superam 9%, em média, ao ano. (VADELL, 2011)

Com a implementação das políticas do 'going out' e do 'going global', e com esse patamar de crescimento econômico, viu-se à China como uma impulsionadora econômica mundial, e nesse contexto, observou-se dentro de alguns aspectos geoeconômicos, a estratégia chinesa, que se foca nas relações comerciais bilaterais, os financiamentos e atuação de seus Bancos de fomento para garantir matérias primas, a internacionalização de sua moeda, o renminbi e os acordos de infraestrutura com os outros países. Conclui-se que a China é uma grande potência, com uma economia desenvolvida, um capitalismo avançado e que não há simetria nas relações com a América Latina.

O crescimento econômico chinês levou o país a uma necessidade premente de commodities e petróleo, além de gêneros alimentares, haja vista seu crescimento populacional, e essa expansão econômica. A segurança energética entrou para a agenda política chinesa com consequências para a busca de suas relações comerciais com outros países. Dentro desse aspecto, passou-se a pesquisar a relação da China com a América Latina e o Caribe, com o recorte temporal de 2001, ano que a China começa a fazer parte da OMC.

A América Latina e o Caribe emergem como um continente estratégico para as aspirações e necessidades chinesas, haja vista a sua abundância nos recursos naturais e energéticos tão necessários a China. Além disso, advindos de décadas de recessão graças às políticas neoliberais implementadas e o Consenso de Washington, os países latino-americanos tiveram nas relações comerciais bilaterais e nos financiamentos chineses, um alento econômico, com o início de uma recuperação e uma nova projeção no cenário econômico global. Alavancaram as suas economias novamente, após anos de recessão e períodos graves de crise econômica.

Desde o começo da década de 2000 a China se tornou uma parceira importante, sendo muitas as visitas de seus mandatários aos países latino-americanos para o estabelecimento de acordos bilaterais. Em 2008 a China publica o 'white paper', que é o seu 'manual' para política exterior com a América Latina e o Caribe, demonstrando a importância da região para ela. Fortaleceu-se as parcerias e a China se tornou uma das principais parceiras comerciais de muitos países latino-americanos.

Essas relações se dão comercialmente, na compra de matérias primas por parte da China e na importação por parte dos países latino-americanos de produtos manufaturados de médio e alto valor agregado. Além disso, os Bancos Chineses de fomento, como o CDB e o Ex-Im Bank, são essenciais para o fortalecimento desses laços e garantem o financiamento para obras de infraestrutura na região e o fornecimento do petróleo e outras matérias primas para a China. Analisou-se também a internacionalização da moeda chinesa, cada vez mais presente em alguns países, como Chile, Argentina e Brasil, que possuem reservas e a utilizam nas transações comerciais. A pesquisa também mostrou os investimentos diretos chineses na região, por parte das empresas estatais e privadas chinesas, e a forma conjunta que eles se dão junto às relações comerciais.

Conclui-se que essas relações estão fortalecidas e essas 'associações estratégicas' levaram a um crescimento econômico da América Latina e do Caribe, com superávits na balança comercial nos primeiros anos, financiamentos que ajudaram a alguns países com suas dívidas externas, sem contra partidas de ajuste fiscal, e a superação das crises econômicas do final dos anos 90 e início dos anos 2000. Contudo, a forma que se estabeleceu essas relações levou e tem levado os países latino-americanos a reprimarização de suas economias, num contexto de deterioração dos termos de troca.

Os países latino-americanos se especializam cada vez mais na exportação de produtos primários de sua economia, sem conseguir agregar valor, e importam cada vez mais produtos manufaturados de médio e alto valor agregado. Há então a insuficiência tecnológica, a estagnação das indústrias nos países que já eram industrializados e os constantes déficits na balança comercial da maior parte desses países, em especial a Argentina. Com isso, aumenta-se a dependência dos empréstimos dos bancos chineses e dos investimentos diretos daquele país em um ciclo que se retroalimenta, haja vista o grau de associação que está estabelecido.

Já no capítulo seguinte, passou-se ao estudo da teoria da dependência. Para compreender o atual enfoque dessa teoria, iniciou-se os estudos com o estruturalismo cepalino, e os primeiros pensamentos desenvolvimentistas da Comissão de Assuntos Econômicos para a América Latina e o Caribe. A economia e o desenvolvimento latino-americanos até a década de 40 eram muito atrasados, fortemente lastreados no setor agroexportador e com uma industrialização inexistente, ou incipiente. Estudou-se a criação desse organismo da ONU para auxiliar os países latino-americanos a alçar o seu desenvolvimento econômico, superar o atraso de seu capitalismo agrário e primário-exportador, além de promover políticas de integração para que a América Latina tivesse um cunho mais regional.

Destacamos que a CEPAL não é um órgão acadêmico, mas burocrático, que auxiliou os países a buscarem saídas para o atraso de seu capitalismo e seu subdesenvolvimento. A CEPAL tinha a incumbência de auxiliar os 'policymakers' e não de formar acadêmicos. Nesse sentido, seus primeiros estudos, de caráter amplamente econômico, diagnosticaram os problemas do capitalismo na região e a necessidade de superá-los para alcançar o desenvolvimento econômico. Estabelecido a assimetria entre o centro e a periferia do capitalismo era preciso focar na industrialização através das substituições das importações e garantir um avanço no capitalismo periférico. A CEPAL, concluiu-se, teve o papel de precisar os problemas relativos à relação desigual entre as economias de centro e as da periferia, um problema histórico e estrutural. Além disso, diagnosticou o atraso e dificuldade das economias periféricas se inserirem no contexto internacional, haja vista a falta de tecnologia e industrialização e colocou o Estado como provedor de políticas para vencer esses problemas.

Nesse eixo, a pesquisa então se volta para a teoria da dependência, que surge no seio da CEPAL, mas não sendo parte do referencial teórico do estruturalismo cepalino. Fato é que apenas os aspectos econômicos, analisados pela CEPAL não foram capazes de levar ao pleno desenvolvimento das economias capitalistas periféricas, e outras ciências, como a sociologia, foram incorporadas as análises cepalinas. Em meados da década de 1960, devido às perseguições dos regimes ditatoriais impostos em alguns países, muitos pensadores estavam no Chile, e contribuíram com seus estudos, na CEPAL. Surge então, com um foco estritamente nos problemas do desenvolvimento do capitalismo latino-americano, a teoria da dependência.

Após a análise das várias vertentes dessa teoria que trata das relações assimétricas entre o centro e a periferia, dentro do contexto das relações capitalistas entre esses dois eixos, e com base nos problemas das economias e do capitalismo latino-americano, observou-se que apesar das divergências entre as suas vertentes, os temas centrais, como a dicotomia centro-periferia e do subdesenvolvimento e atraso tecnológico do capitalismo periféricos (além das relações entre a burguesia local e o capital estrangeiro presente nos países através das empresas multinacionais) estavam presentes em todas.

Nessa linha de pesquisa, utilizamos autores que estudaram as relações de dependência desde os anos 60, como aqueles que fizeram releituras, no final da década de 1990, tanto quanto as releituras e adaptações a nova era globalizada e financeirizada do capitalismo, no final da década de 2000. Concluiu-se que em momentos oportunos dos problemas econômicos da América Latina e Caribe, estudiosos das mais diversas áreas se remontam a teoria da dependência, nas suas vertentes, para fazer a análise dos contextos atualizados. Utilizando a metodologia de revisão bibliográfica, viu-se que na década de 2000 – especialmente após a crise de 2008 – e na década seguinte, muitos autores passaram não apenas a fazer releituras críticas, mas também, análises do atual contexto econômico do capitalismo latino-americano através da referida teoria.

Percebemos que mesmo os autores clássicos como Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Theotônio dos Santos e Luiz Carlos Bresser-Pereira analisaram o atual contexto do capitalismo globalizado e suas consequências à América Latina sob o enfoque adaptado da teoria da dependência. Novos autores, como Carlos Eduardo Martins, Cristóbal Kay, Adrián Sotelo Valencia, Marcelo Dias Carcanholo, Ariel M. Slipak buscaram a teoria da dependência, adaptando-a ao capitalismo globalizado e as atuais relações capitalistas, comerciais e financeiras, e os mercados financeiros modernos.

As adaptações da teoria da dependência como expôs-se nessa pesquisa, tratam ainda da relação assimétrica entre economias desenvolvidas de grandes potências, e as economias menos desenvolvidas, periféricas. Essas economias ainda se voltam para a produção de produtos primários, sem conseguir agregar valor a esses produtos; importam produtos manufaturados de médio e alto valor agregado; são alijadas dos processos de desenvolvimento tecnológico avançado, e por vezes acumulam déficits em suas balanças comerciais. São dependentes de

empréstimos de Bancos estrangeiros para investimentos em sua infraestrutura, com o gravame de lastrear essas dívidas no fornecimento de matérias primas, ou na própria compra de produtos manufaturados, como ocorre com a Argentina e China. Convivem com empresas estrangeiras em seu território nacional e um alto volume de investimentos diretos, através dessas empresas.

Após concluir-se que é possível, no atual contexto do capitalismo global, analisar as relações geoeconômicas entre economias assimétricas, com as novas adaptações da teoria da dependência, passou-se ao capítulo analítico, onde iríamos buscar a corroboração da nossa hipótese de pesquisa, que era da plausibilidade do uso analítico das novas adaptações da teoria da dependência para as relações geoeconômicas entre a China e a Argentina.

Iniciou-se o quarto capítulo fazendo uma linha histórica entre as relações da China e da Argentina – mesmo sendo o nosso recorte temporal o ano de 2001 – para contextualizar-se mais amplamente essas relações nos tempos atuais. No começo, até meados da década de 1990, as relações da China com a Argentina se davam mais no campo diplomático, envolvendo o reconhecimento da China em detrimento de Taiwan e as questões das Malvinas, do lado Argentino. A China foi importante diplomaticamente até para as relações entre a Argentina e a Grã-Bretanha. (CESARIN, 2010) O comércio existia, mas não em números substanciais que permitissem um estudo mais aprofundando da relação bilateral.

Desde 2001, quando a China começou a fazer parte da OMC – já com altos índices de crescimento econômico desde a década de 1980 – as relações com a Argentina foram se aprimorando, tornando-se cada vez mais profundas, com laços comerciais e financeiros mais fortes. Esse fortalecimento se dá, inclusive, devido ao papel que a China passa a exercer mundialmente, dentro de sua ascensão no cenário internacional. Em 2004 o Governo de Néstor Kirchner passa a reconhecer a China como uma economia de mercado, e a associação entre os países, passa a ser estratégica ('strategic partnership').

Analisou-se em um ponto específico, as relações geoeconômicas entre os países, envolvendo as relações comerciais bilaterais, os investimentos diretos chineses na Argentina, os empréstimos, a atuação dos Bancos de fomento Chineses, em especial o CDB e o Ex-Im Bank – seus empréstimos para infraestrutura- e a internacionalização do RMB. Aliado a essas relações, analisou-se também o plano de ação conjunta assinado pelos dois países em 2012, envolvendo

essas áreas, além da associação energética, política, cultural, nuclear, tecnológico - científica e em diversas outras áreas, estatais ou empresariais.

Observou-se que a Argentina concentra suas exportações entre três grandes produtos primários para a China: soja, petróleo bruto e carne bovina, ambos, produtos primários, e que vem se aprofundando nessa relação de exportação, sem conseguir agregar valor a esses produtos. Lado outro, a Argentina importa cada vez mais da China produtos manufaturados, de médio e alto valor agregado. A deterioração dos termos dessa relação tem levado desde 2008 a um déficit estrutural da balança comercial. Além disso, a aquisição de porcentagens das empresas sojeiras argentinas e outras em diferentes países por empresas chinesas o que auxilia a China a 'controlar' os preços da soja no mercado internacional.

Observou-se que os fluxos de IED aumentaram da China para a Argentina nos últimos anos, especialmente depois da nacionalização da YPF e hoje, as principais empresas petrolíferas chinesas, por meios de suas aquisições transnacionais, estão operando na Argentina. Viu-se ainda que a comunidade chinesa na Argentina tem aumentado e que há um fluxo considerável de investimentos no setor de supermercado. A China tem na Argentina uma parceira confiável, para entabular acordos comerciais e alocar seus investimentos por médio e longo prazo.

Outro ponto pesquisado são os empréstimos dos Bancos de fomento chineses para investimentos em infraestrutura. Tais Bancos emprestam grandes volumes de dólares e não impõe contrapartidas fiscais aos países, mas sim, cláusulas que garantem fornecimento de matéria prima ou a compra de manufaturas chinesas. No caso argentino, os empréstimos para compra de trens e vagões condicionaram a que essa fosse feita de empresas chinesas, por exemplo. Mas, conclui-se esses empréstimos são essenciais para o país.

Outra medida que fomenta ainda mais a importação pela Argentina de produtos manufaturados chineses são as reservas em RMB. A moeda que vem sendo fruto de uma política de internacionalização da China facilita essa compra, gerando um ciclo vicioso, onde já há a dependência desses produtos e da tecnologia chinesa.

Essa pesquisa conclui que a Argentina passa pela reprimarização de sua economia, onde setores da burguesia agroindustrial nacional se aliam ao capital chinês aprofundando o neo-extratativismo na região. Nessa relação bilateral

comercial, em face da deterioração dos termos de troca e da incapacidade da Argentina de agregar valor aos produtos exportados a China há um déficit estrutural, desde 2008, com índices negativos a Argentina. Conclui-se também que na salvaguarda da economia argentina existem investimentos diretos chineses, cada vez mais presentes e com as empresas e bancos chineses cada vez mais enraizados no país.

Para as obras de infraestrutura de transportes e de energia os Bancos Chineses financiam (especialmente desde 2010) a Argentina. Além do pagamento dos empréstimos, que tem os juros mais altos do mercado, há ainda certas condicionantes, como a compra de trens e vagões pela parte Argentina. Além disso o RMB está cada vez mais presente nas importações argentinas da China, que é parte do processo de internacionalização dessa moeda e do fortalecimento das indústrias chinesas, que ganham com essa relação.

Tais pontos, que revelam uma profunda assimetria entre as relações entre os países, quando são tratados em um grau de 'associação estratégica integral', nos remetem a uma situação cíclica de retroalimentação dessa situação de dependência. A Argentina vem aumentando o seu grau de dependência desse ciclo, reprimarizando sua economia, – engessada industrialmente – sem incorporar valor a seus produtos de exportação, e distante do desenvolvimento de seu capitalismo, alijada da alta tecnologia de produção industrial.

Essa amarração influi na dependência dos investimentos diretos estrangeiros e da presença cada vez maior de transnacionais chinesas na Argentina, que tem se mostrado efetivamente positivo apenas para a burguesia local associada. Junto desse influxo negativo, há a necessidade de investir em infraestrutura que fica a cargo da dependência dos empréstimos de Bancos Chineses, e a moeda chinesa se faz cada vez mais presente nas relações comerciais entre os países.

Dentro do que se conclui acerca da atual análise de relações comerciais e financeiras – no aspecto geoeconômico – pela teoria da dependência e suas novas adaptações, corroboramos nossa hipótese de que as relações geoeconômicas entre a China e Argentina podem ser analisadas sob o enfoque das novas adaptações da teoria da dependência.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNEW, John. **Emerging China and Critical Geopolitics: Between World Politics and Chinese Particularity**. 2010. Doc Eletrônico. Disponível em: <<http://www.sscnet.ucla.edu/geog/downloads/856/397.pdf>>

ALEXANDROFF, COOPER Alan S., e Andrew Fenton. **Rising States, Rising Institutions Challenges for Global Governance**. Washington, D.C.: Centre for International Governance Innovation. Brookings Institution Press, 2010. Documento Eletrônico. Disponível em <<http://www.gbv.de/dms/sub-hamburg/620806737.pdf>> Acesso em: 14 out. 2013.

ARGENTINA, Governo de La Republica. **Plan de acion conjunta entre El gobierno de La republica argentina e El gobierno de la republica popular china**; 2012. Disponível em <<http://www.proyectarnacion.com.ar/wp-content/uploads/2014/09/PLAN-DE-ACC%C3%93N-CONJUNTA.pdf>>

ARGENTINA, Governo de La Republica. **ACTA DE LA PRIMERA REUNIÓN DE LA COMISIÓN BINACIONAL PERMANENTE ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA POPULAR CHINA Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA ARGENTINA**. 2015. Disponível em <<http://www.melectrico.com.ar/web/pdfs/bilpai10791-ACTA%20ACUERDO-GRAL%20-FEB2015.pdf>>

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing**. 2007. Documento Eletrônico. Disponível em <<http://digamo.free.fr/adambeijing.pdf>> Acesso: 22. Jul. 2016.

ARAUJO, CERQUEIRA CESAR, Roberto Brandão, Gustavo Rojas de. **A JORNADA DE LI KEQIANG NA AMÉRICA LATINA: O TANGO CHINÊS (PARTE II)**. 2015. Disponível em: <https://grupoemergentes.wordpress.com/2015/06/26/a-jornada-de-li-keqiang-na-america-latina-o-tango-chines-parte-ii/#_ftn2 > Acesso em: 21. Dez. 2015.

BAMBIRRA, Vania. **Teoria de La dependencia. Uma anticritica**. 1978. Documento Eletrônico. Disponível em <<https://imperialismoedependencia.org/blog/textos-para-baixar/vania-bambirra/>>

BARU, Sanjaya. **'A New Era of Geo-economics: Assessing the Interplay of Economic and Political Risk'**. IISS Seminar. 2012. Documento Eletrônico. Disponível em: <<https://www.iiss.org/-/media/Images/Events/conferences%20from%20import/seminars/papers/64319.pdf>>

BENACHENHOU, Abdellatif. **Países Emergentes**. Brasília. Ed. Fundação Alexandre Gusmão, 2013.

BLACKWILL, TELLIS. Robert D. e Ashley J. **Revising U.S. Grand Strategy Toward China**. 2015. China Council Special Report No. 72. Disponível em: <<http://www.cfr.org/china/revising-us-grand-strategy-toward-china/p36371>> Acesso em: 16. Jun. 2016

BORON, Atilio. **Teorías de La Dependencia**. 2008. Documento Eletrônico. Disponível em <<http://www.iade.org.ar/modules/noticias/article.php?storyid=2661>> Acesso em: 08 de mar. de 2015

BORON, Atilio. **Latin American thinking on the state and development: From Statelessness to Statelessness. Reclaiming the Nation**. Londres. Pluto Press. 2011.

BARTON, Johnathan R. **"Flags of convenience: geoeconomics and regulatory minimization"**. 1998. Documento Eletrônico. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9663.00057/pdf>>

BOLINAGA, Luciano. **"Argentina y China: Economía de mercado y Relaciones Estratégicas"**. En Revista Relaciones Internacionales, vol. 16, Nro. 32, 2007 Universidad Nacional de La Plata, 2007. Disponible en: <<http://revistas.unlp.edu.ar/RRIIRI/article/view/1396>>

BOLINAGA, Luciano. **Política china em El Río de la Plata ¿Asociación estratégica o nueva dependencia?** Nueva Sociedad N^o259, 2015. Disponível em <http://nuso.org/media/articles/downloads/4.TC_Bolinaga_259.pdf> Acesso em: 22. Jan. 2016.

BARTESAGHI, Ignacio. **Las relaciones comerciales entre América Latina y Asia Pacífico DESAFÍOS Y OPORTUNIDADES**. Observatório América Latina – Ásia Pacífico. 2014. Disponível em <[http://www.aladi.org/nsfaladi/estudios.nsf/3EC3199A9A4395B503257C94004D7C8E/\\$FILE/Libro_Relaciones_comerciales_AL_AP.pdf](http://www.aladi.org/nsfaladi/estudios.nsf/3EC3199A9A4395B503257C94004D7C8E/$FILE/Libro_Relaciones_comerciales_AL_AP.pdf)>

BEESON, Mark. **Can China Lead**. 2013. Disponível em <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2013.775781?journalCode=ctwq20>> Acesso em: 25. Ago. 2015

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal: Uma resenha, em Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Org. Ricardo Bielsthowsky. Ed. Record. 2000. Disponível em <<http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/123.pdf>> Acesso em: 16. Abr. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **As três interpretações da dependência**. 2010. Revista Perspectivas, São Paulo, v. 38. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2009/09.11.tres_interpretacoes_dependencia.perspectivas_26.pdf> Acesso em: 22. Dez. 2015.

BORRÁS, José Gabriel Martínez. **China y América Latina: cooperación, competencia y dependência**. 2010. Disponível em <http://www.politica-china.org/imxd/noticias/doc/1274236096China_y_America_Latina_cooperacion_competencia_y_dependencia.pdf>

CHINA. República Popular da China e República Argentina. **Acta Final de La XVI Reunion de La Comission Mixta Económico Comercial**. 2015 Disponível em: <<http://www.afip.gov.ar/institucional/Documentos/acuerdos/ActaFinalXVIReuni%C3%B3nComisi%C3%B3nMixtaEcon%C3%B3micoComercialEntreArgentinaChina-2006.pdf>>

CHINA. República Popular da China e República Argentina . **Acordo para vistos de negócios**. Disponível em:

<<http://cshan.mrecic.gov.ar/userfiles/acuerdo%20visas%20hombres%20de%20negocios.PDF>>

CHINA. **Embaixada Chinesa na Argentina – Boletim Informativo**. 2016. Disponível em <<http://ar.china-embassy.org/esp/sqxw/P020160620765992673559.pdf>> Acesso em: 15. Jul. 2016.

CESARIN, Sergio. **China – Argentina: reflexiones a 35 años del establecimiento de relaciones diplomáticas**. Centro Argentino de Estudios Internacionales Programa Asia-Pacífico. 2007. Disponível em: <<http://www.caei.com.ar/sites/default/files/33.pdf>>

CESARIN, Sérgio . **Continuidad y cambio en las relaciones Argentina – China. Revista de Relaciones Internacionales**, núm. 20, junio de 2012, GERI – UAM. Disponível em: <<http://www.revistaintellector.cenegri.org.br/ed2008-08/sergiomesse.pdf>>

CESARIN, Sérgio. China y Argentina: **Enfoques y recomendaciones de política para potenciar La relación bilateral**. 2010. Disponível em <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/argentinien/07560.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2015.

CARVALHO GONÇALVES, Luiz Eduardo Fonseca de. **As relações Brasil Cepal 1947-1964**. FUNAG. 2011. Disponível em http://funag.gov.br/loja/download/850-As_Relacoes_Brasil-CEPAL_1947-1964.pdf> Acesso em: 23. Ago. 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. **“Teoria da Dependência” ou análises concretas de situação de dependência**. Fernando Henrique Cardoso, 1970. Disponível em <http://www.cebrap.org.br/v2/app/webroot/files/upload/biblioteca_virtual/teoria_da_dependencia_ou_analises_concretas.pdf> Acesso em: 06. Fev. 2016

CARDOSO, Fernando Henrique, **As ideias e seu lugar: Ensaios sobre a teoria do Desenvolvimento**. Cadernos do CEBRAP n. 33. Editora Vozes. 1980.

CARDOSO e FALETTO, Fernando Henrique e Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Editora Zahar. 4ª Edição. Rio de Janeiro. 1977.

CARDOSO e FALETTO, Fernando Henrique e Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Editora Civilização Brasileira, 9ª Edição revisitada. Rio de Janeiro. 2010.

CARDOSO, FALETTO, Fernando Henrique, Enzo. **Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina**. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/rjfv9/pdf/sorj-9788599662595-02.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

CAPUTO, Orlando; PIZARRO, Roberto. **Imperialismo, Dependencia y relaciones económicas internacionales**. 1971. DocEletrônico. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0BzrIGIk8D8T2MDJ3M2FZQzQ5Zzq/view>

CONSEJO ARGENTINO PARA LAS RELACIONES INTERNACIONALES e CEPAL. **República Popular China: um desafío y una oportunidad para el sector agroalimentario de la República Argentina: herramientas para exportar**: Disponível em <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/2783-republica-popular-china-un-desafio-y-una-oportunidad-para-el-sector>>

CLARO, Sebastian. **Cooperación e Integración Financiera entre Chile y China**. Sebastián Claro Miembro del Consejo, Banco Central de Chile 2015. Discurso <http://web.sofofa.cl/wp-content/uploads/2015/05/Sebasti%C3%A1n-Claro.pdf>

CAMARA DE EXPORTADORES DA REPUBLICA DA ARGENTINA, **Boletín: 'China: ¿economía de mercado?' '¿15 años no es nada?' 'Bajo la lupa'**. 2016 Disponível em >http://www.cera.org.ar/new-site/contenidos.php?language=es&p_seccion_izq_id=409>

CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER. Disponível em: <<http://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>> Acesso em: 25. Fev 2016.

CHINA, República Popular. 2008. **China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean**. 2009. Documento Eletrônico. Disponível em <http://china.usc.edu/chinas-policy-paper-latin-america-and-caribbean#China_and_Latin_America> Acesso em: 12. Ago. 2015

CÁMARA ARGENTINA DE COMERCIO. **Informe Económico: República Popular China Departamento de Economía** | Observatorio de Comercio Exterior. 2015. Disponível em <<http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2015/15342.pdf>> Acesso em 12. Jul. 2016.

CÁMARA ARGENTINA DE COMERCIO Y SERVICIOS **Informe de Actualización Comercio Exterior Observatorio de Comercio Exterior Intercambio con Principales Socios** – Maio de 2016 <http://www.femape.org.ar/wp-content/uploads/2016/05/Informe-de-Actualizaci%C3%B3n-Comercio-Exterior-Mayo-de-2016.pdf>

CAMARA DE EXPORTADORES DE LA REPUBLICA ARGENTINA. Disponível em <http://www.cera.org.ar/new-site/contenidos.php?language=es&p_seccion_izq_id=409> Acesso em 16. Jul. 2016.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **O ATUAL RESGATE CRÍTICO DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA**. Revista Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a11v11n1.pdf>> Acesso em: 26. Jan. 2016.

CHINA. 2008. **DOCUMENTO SOBRE LA POLITICA DE CHINA HACIA AMERICA LATINA Y EL CARIBE**. 2008. Documento Eletrônico. Disponível em <<http://spanish.peopledaily.com.cn/31621/6527840.html>>

CEPAL. Comissão de Assuntos Econômicos para a América Latina e Caribe. <http://www.cepal.org/pt-br/about>

CEPAL. **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe**. Documento Informativo. 2016 Disponível em <http://www.cepal.org/es/publicaciones/40213-la-inversion-extranjera-directa-america-latina-caribe-2016-documento-informativo> Acesso em 23. jul. 2016

CEPAL (documento da entidade) **Promoción del comercio y La inversion com China: Desafios y oportunidades em La experiencia de las camaras empresariales latinoamericanas**. 2013. Documento Eletrônico. Disponível em:

<<http://www.cepal.org/es/publicaciones/3204-promocion-del-comercio-y-la-inversion-con-china-desafios-y-oportunidades-en-la>>

CEPAL (documento da entidade) **La República Popular China y América Latina y el Caribe** Hacia una nueva fase en el vínculo económico y comercial. 2011. Documento Eletrônico. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/2995-la-republica-popular-china-america-latina-caribe-nueva-fase-vinculo-economico>>

CEPAL. (documento da entidade) **Perspectivas econômicas de América Latina 2016. HACIA UNA NUEVA ASOCIACIÓN CON CHINA.** Disponível em <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/39535/S1501061_es.pdf;jsessionid=DB283E9E89DC697C0C4580195A6BCF49?sequence=1> Acesso em: 15. Ago. 2015

CEPAL. (documento da entidade) **Primer Foro de La Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) y China Explorando espacios de cooperación en comercio e inversión.** 2015. Disponível em <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37577/S1421104_es.pdf?sequence=1> Acesso em: 12. Ago. 2015.

DOS SANTOS, Theotônio. **A estrutura da dependência.** REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº 30, p. 5-18, outubro 2011 Disponível em <http://www.sep.org.br/revista/download?id=211>

Dos SANTOS, Theotônio. **A Teoria da Dependência: Balanços e perspectivas.** 1998 Documento eletrônico. Disponível em <https://imperialismoedependencia.org/blog/textos-para-baixar/theotonio-dos-santos/>

DOS SANTOS, Theotônio. **Imperialismo y dependencia.** 2011. Documento Eletrônico. Disponível em: <https://imperialismoedependencia.org/blog/textos-para-baixar/theotonio-dos-santos/>

DUSSEL, YANES ,Henrique;, Anibal. **Marx Economic's Manuscripts of 1861-63 and the "concept" of dependency.** 1990. Documento Eletrônico. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B0eSnYD-sJTWVUZFc1dRc0xMTG8/view>

ESCUDE , Carlos. **China y La inserción internacional de Argentina** - 1a. ed. - Buenos Aires :Universidad del CEMA, 2011. Disponível em: <<http://www.ucema.edu.ar/publicaciones/download/documentos/462.pdf>>

ESCUDE, Carlos. **ARGENTINA'S GRAND STRATEGY IN TIMES OF HEGEMONIC TRANSITION: CHINA, PERIPHERAL REALISM AND MILITARY IMPORTS**. 2015 Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/ries/v10n1/v10n1a02.pdf>>

ELLIS, R. Evan. **The Strategic Dimension of Chinese Engagement with Latin America**. 2013. Disponível em <<http://chds.dodlive.mil/files/2013/12/pub-PP-ellis.pdf>>

ELLIS. R. Evan. **China's Growing Relationship with Latin America and the Caribbean In the Context of US Policy Toward the Region**. 2014 Disponível em <http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-s/2014/2014-1/2014_1_03_ellis_s_eng.pdf>

FALETTO, Enzo. Los años 60 y el tema de La dependencia. 1998. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9412>> Acesso em: 09 mar. 2015

FERNANDEZ DE KIRCHNER, Cristina (2014). **“Firma de convenios entre Argentina y China: Declaraciones a la prensa de la Presidenta de la Nación”**. Casa Rosada, viernes 18 de julio de 2014. Disponible en: <http://www.caserosada.gob.ar/informacion/conferencias/27728-firma-de-convenios-entreargentina-y-china-declaraciones-a-la-prensa-de-la-presidenta-de-la-nacion>

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Em Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Org. Ricardo Bielsthowsky. Ed. Record. 2000. Disponível em <<http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/123.pdf>> Acesso em: 16. Abr. 2015.

GALLAGHER, IRWIN, KOLESKI, Kevin P, Amos e Katherine. **Os Novos Bancos em Cena: Financiamentos chineses na América Latina**. 2013. Informe Diálogo Interamericano. Documento eletrônico. Disponível em <http://www.bu.edu/pardee/files/2013/07/The-New-Banks-in-Town_Portuguese.pdf> Acesso em 26 de fev. 2015.

GALLAGHER, Kevin (2012). “**Los bancos chinos em America Latina**”. En Página 12, sección Economía, lunes 14 de mayo de 2012. Disponible em <<http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-193965-2012-05-14.html>>

GERARDO e BURGOS, Gustavo Alejandro; Martin Burgos. **VEINTE AÑOS DE RELACIONES COMERCIALES ENTRE CHINA Y ARGENTINA**

Documento de Trabajo N° 77 – Noviembre de 2015

<http://pt.slideshare.net/JuanyAlonso/veinte-aos-de-relaciones-comerciales-entre-china-y-argentina>

GUNDER FRANK, André. **Capitalismo e Subdesarrollo en América Latina**.

Documento Eletrónico. Disponible em:

http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/gunderfa/gunderfa0006.pdf . Acesso em:

11 de mai. 2015.

GUNDER FRANK, André. Latinoamerica: **Subdesarrollo capitalista e revolucion socialista**.

1968. Disponible em <https://drive.google.com/file/d/0B0eSnYD-sJTwmUEXsIdXcHc2UUE/view>

<https://drive.google.com/file/d/0B0eSnYD-sJTwmUEXsIdXcHc2UUE/view>

HOFMAN, Bert. **China’s medium-term outlook: 2016-2020**. World Economic Forum

Report. 2016. Documento Eletrónico. Disponible em:

<http://www3.weforum.org/docs/WEF_GeoEconomics_with_Chinese_Characteristics.pdf>

HSBC. **ENCUESTA SOBRE INTERNACIONALIZACIÓN DEL RENMINBI**

RESULTADOS 2015 <https://www.hsbc.com.ar/es/pdf/cmb/encuesta-2015.pdf>

INDEC. Instituto Nacional de estadísticas y censo 2016. Disponible em

<http://www.indec.gov.ar/nivel4_default.asp?id_tema_1=3&id_tema_2=2&id_tema_3=41> Acesso em: 23. Jul. 2016.

INDEC. **Intercambio comercial argentino 2016**. Disponible em

<http://www.indec.gov.ar/nivel4_default.asp?id_tema_1=3&id_tema_2=2&id_tema_3=40> Acesso em: 23. Jul. 2016

INDEC. Instituto nacional de estatística e census da argentina: Disponible em

:<http://www.indec.gov.ar/nivel4_default.asp?id_tema_1=3&id_tema_2=2&id_tema_3=40> Acesso em: 23. Jul. 2016

INDEC. Instituto Nacional de estadísticas y censo 2016. Disponível em <<https://alquimiaseconomicas.com/2016/04/07/la-relacion-comercial-de-argentina-con-china-el-socio-cambia-de-estatus/>> Acesso em: 23. Jul. 2016.

JACQUES, Martin. **When China Rules the World: The Rise of the Middle Kingdom and the End of the Western World**. 2009. Disponível em <http://inctpped.ie.ufrj.br/spiderweb/pdf_3/4_when_china_martin_jacques.pdf> Acesso em: 15. Jun. 2015.

KAY, Cristóbal. **Teorías latinoamericanas del desarrollo**. NUEVA SOCIEDAD NRO.113. 1991. Disponível em <http://nuso.org/media/articles/downloads/2000_1.pdf> Acesso em: 03. Jan. 2015.

KAY, Cristóbal. **Teorias Estruturalistas e teoria da dependência na era da globalização neoliberal**. 2009. Em A América Latina e os desafios da globalização: Ensaios em homenagem a Rui Mauro Marini. Org. Adrian Sotelo Valência e Carlos Eduardo Martins. 2009. Boitempo Editorial. São Paulo.

KAY, Cristóbal. **Estructuralismo y teoría de La dependência em El período neoliberal Una perspectiva latinoamericana**. Revista Nueva Sociedad. N. 158 1998. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0B0eSnYD-sJTwb2hYbUxiVXBRb1E/view> Acesso em: 15. nov. 2015

KUWAYAMA, ROSALES, Oswaldo e Mikio. **The People's Republic of China and LatinAmerica and the Caribbean: towards a strategic relationship**. CEPAL 2010. Documento eletrônico. Disponível em <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/1/39521/china_latin_america_caribbean_strategic_relationship_906.pdf>. Acessoem: 22 fev. 2015.

KHANNA, Parag. **'A New Era of Geo-economics: Assessing the Interplay of Economic and Political Risk'** IISS Seminar 23-25 March, 2012 FIRST SESSION: Understanding Geo-Economics and Strategy. 2012. Documento eletrônico. Disponível em: <<https://www.iiss.org/en/events/geo-economics%20seminars/geo-economics%20seminars/archive/2012-4152/a-new-era-of-geo-economics-617d/understanding-geo-economics-and-strategy-introductory-thoughts-51f8>>

KOLING, Paulo José. **Teorias da Dependência: Abordagens sobre o desenvolvimento latino-americano**. Revista Diálogos. N. 11. 2007. Maringá. Disponível em <<http://www.redalyc.org/pdf/3055/305526867008.pdf>>

LEONARD, Mark. **Introduction, in Geo-economics with Chinese Characteristics: How China's economic might is reshaping world politics**. World Economic Forum Report. 2016. Documento Eletrônico. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_Geoconomics_with_Chinese_Characteristics.pdf>

LAUFER, Rubén, **Argentina–China: New Courses for an Old Dependency**. 2013. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/lamp.12008/epdf>>

LÓPEZ e RAMOS, Andrés e Daniela. **Argentina y China: nuevos encadenamientos mercantiles globales con empresas chinas. Los casos de Huawei, CNOOC y Sinopec. La inversión extranjera directa de China en América Latina: 10 estudios de caso**. Coord. Enrique Dussel Peters. 2014 Disponível em <http://www.redalc-china.org/redalcchina_2014_10casos.pdf>

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Ed.Fundação Alexandre Gusmão, Brasília, 2011.

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília. FUNAG, 2010. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/902-Ascensao da China como Potencia A.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/902-Ascensao_da_China_como_Potencia_A.pdf)> Acesso em: 15 jan. 2016.

MANTEGA, Guido. **A teoria da dependencia revisitada: Um balanço crítico**. Relatório de Pesquisa n. 27/1997. FGV. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3003>>

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Documento Eletrônico. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm> . Acesso em 11 de mai. 2015,

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e neoliberalismo na América Latina**. Editorial Boitempo. São Paulo, 2011.

MARTINS, Nicolas Horácio. **Argentina y China en 2028: Escenarios e implicancias para el gobierno argentino y La región**. REVISTA DE ECONOMÍA Y COMERCIO INTERNACIONAL. 2014. Disponível em: <http://www.geic.com.ar/2010/wp-content/uploads/2014/05/martins.pdf>

MACÍAS, Maria Alejandra. **COMERCIO ENTRE ARGENTINA Y CHINA: ¿UNA RELACIÓN EQUILIBRADA?** 2016 <http://www.redsocialesunlu.net/wp-content/uploads/2016/05/RSOC014-003-Comercio-entre-Argentina-y-China-MACIAS.pdf>

NONNENBERG, Marcelo José Braga. **China: Estabilidade e crescimento econômico**. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 2 (118), p. 201-218, abril-junho/2010 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/02.pdf> Acesso em: 24. Jan. 2016

NACHT, Pablo Alejandro. **China y Argentina: “Oportunidades y desafíos” o cristalización de una asociación dependiente. 2012.**

Disponível em <http://www.relacionesinternacionales.info/ojs/article/view/367.html>

NATCH, Pablo Alejandro. **El Dragón en América Latina: las relaciones económico-comerciales y los riesgos para La región**. 2013. Disponível em: <http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2013/10732.pdf>

NARLIKAR, Amrita. 2010. *New powers: how to become one and how to manage them, Crises in world politics*. London: Hurst. Disponível em <http://azcrucin.ru/newyvyn.pdf> Acesso em: 15. Fev. 2015

ONU. Conferência para o comércio e desenvolvimento. <http://unctad.org/en/Pages/DIAE/World%20Investment%20Report/Country-Fact-Sheets.aspx>

OVIEDO, Eduardo Daniel **RECONSTRUYENDO EL INICIO DE LAS RELACIONES DIPLOMÁTICAS ENTRE ARGENTINA Y CHINA**. Revista Iberoamericana de Estudios de Asia Oriental. 2008. Disponível em: <<http://www.rediao.org/oviedo08.pdf>>

OVIEDO, Eduardo Daniel. **Argentina Facing China: Modernization, Interests and Economic Relations Model**. 2012. Disponível em <<http://link.springer.com/article/10.1007/s12140-012-9184-1>> Acesso em: 10. Jun. 2015.

OVIEDO, Eduardo Daniel. Argentina Facing China: Argentina y China: los actores del comercio sojero y El flujo migratório. Nueva Sociedad No 259. 2015. Disponível em <<http://link.springer.com/article/10.1007/s12140-012-9184-1>> Acesso em: 10. Jun. 2016.

OVIEDO , Eduardo Daniel. **Estudio preliminar de las relaciones argentino-chinas a principios del gobierno de Mauricio Macri**. Em Analisis y pensamiento iberoamericano sobre China. JienxiZhongguo. 2016. Disponível em <http://www.politica-china.org/imxd/noticias/doc/jiexi_zhongguo19.pdf>

ONU, 2016.
<http://unctad.org/en/Pages/DIAE/World%20Investment%20Report/Country-Fact-Sheets.aspx>

PALMA, LuisMaría. **Teoría de ldependencia: evolución y perspectivas enel mundo globalizado**. 2014. Disponível em<http://www.ub.edu.ar/investigaciones/dt_nuevos/294_Palma.pdf> Acesso em: 17. Abr. 2015

PREBISCH, Raúl. **‘O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais’**. Em Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Org. Ricardo Bielstowsky. Ed. Record. 2000. Disponível em <<http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/123.pdf>> Acesso em: 16. Abr. 2015.

PETERS, Enrique Dussel. 2015. **China's Evolving Role in Latin America Can It Be a Win-Win?** Disponível <<http://www.atlanticcouncil.org/publications/reports/china-s-evolving-role-in-latin-america-can-it-be-a-win-win>>

PLAZAS, Hamilton Rodrigues. **ESCOLA DE CIENCIAS EMPRESARIALES ASIGNATURA: Geoeconómica.** Corporacion Universtária Remington. 2011. Material Eletrônico. Disponível em: <<https://gustavoadolfocarrascal.wikispaces.com/file/view/Geoeconomia+R.pdf>>

POLLETO , Dorival Walmour. **50 anos do Manifesto da CEPAL.** EDIPUCRS, 2000. Disponível em <http://www.pucrs.br/edipucrs/digitalizacao/diversos/x_01.pdf> Acesso em: 14. Jun. 2015

RATLIFF, Willian. **CHINA EM EL FUTURO DE AMÉRICA LATINA.** Em China en américa latina: reflexiones sobre las relaciones transpacíficas. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2012. Documento Eletrônico. Disponível em: <<http://creutzfeldt.net/resources/CREUTZFELDT+2012+China+en+Am%C3%A9rica+Latina.pdf>>

REDLAT, Rede latino americana de pesquisa em empresas multinacionais. **As relações econômicas e geopolíticas entre China e América Latina: Aliança Estratégica ou Interdependência assimétrica?** Periódico. 2012. Documento Eletrônico. Disponível em <http://www.observatoriosocial.org.br/sites/default/files/06-05-2010_02-redlat-china-america_latina.pdf> Acesso:2 de Abr. 2015

RIST, Gilbert. **The history of development: From Western origins to global faith.** Zed Books. London e New York. 3ª ed. 2008.

SANSON DE BEM, Judite. **A construção do pensamento neo-estruturalista cepalino.** 2005. Disponível em <http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2005_10.pdf> Acesso em: 15. Out. 2015.

SVAMPA, Maristella. **Extratativismo neodesarrolista y movimientos sociales. ¿Un giro ecoterritorialhacianuevas alternativas?** in Más Allá Del desarrollo. Fundação Rosa Luxemburgo. Equador. 2011. Documento eletrônico. Disponível em

http://www.rosalux.de/fileadmin/rls_uploads/pdfs/Ausland/Lateinamerika/mas-alla-del-desarrollo.pdf Acesso em 03 de set. 2015.

SLIPAK, Ariel M. **América Latina y China: ¿cooperación Sur-Sur o «Consenso de Beijing?»** Revista Nueva Sociedad, n.250. 2014 (a) Disponível em: <<https://launm.academia.edu/ArielMSlipak>> Acesso em: 03. Mar. 2015.

SLIPAK e BOLINAGA, Ariel M. e Luciano Damian **El Consenso de Beijing y la reprimarización productiva en América Latina: el caso argentino.** 2015. Disponível em: <<https://launm.academia.edu/ArielMSlipak>>

SLIPAK, Ariel M. **Las relaciones entre china y américa latina en La discusión sobre el modelo de desarrollo de la región: hacia economías reprimarizadas.** 2013. Disponível em: <<https://launm.academia.edu/ArielMSlipak>>

SLIPAK, Ariel M. **La emergencia de China como potencia: desafíos para El desarrollo que enfrenta la Argentina.** IV Congresso Anual da Associação de Economia para El desarrollo de la Argentina. 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/7490441/La_emergencia_de_China_como_potencia_desaf%C3%ADos_para_el_desarrollo_que_enfrenta_la_Argentina

SLIPAK, Ariel M. **Um analisis Del Ascenso de China y SUS vínculos com America latina a La luz da teoría de La dependencia.** Revista RealidadEconómica n. 282. Março de 2014. Disponível em <https://www.academia.edu/7054920/Un_an%C3%A1lisis_del_ascenso_de_China_y_sus_v%C3%ADnculos_con_Am%C3%A9rica_Latina_a_la_luz_de_la_Teor%C3%ADa_de_la_Dependencia>

STANLEY, Leonardo E. **El proceso de internacionalización del RMB y El nuevo protagonismo del sistema financiero chino.** 2013. Disponível em <<http://www.cedes.org/publicaciones/documentos/economia/2013/10679.pdf>> Acesso em 08. Ago. 2016.

SHAMBAUGH, David, **China Goes Global– The Partial Power,** New York. Oxford University Press, 2013.

SHICHENG, Xu. **Las diferentes etapas de las relaciones sino- latinoamericanas.** 2007. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/Publicacao_8495_em_30_05_2011_11_05_13.pdf>

VADELL, Javier Alberto. **A Política Internacional, a Conjuntura Econômica e a Argentina de Néstor Kirchner.** 2006. Disponível em <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/eid/pb/07Vadell-T.pdf>> Acesso em: 12. Jan. 2016.

VADELL, Javier Alberto. **A china na America do Sul e as implicações geopolíticas no consenso do pacifico.** Revista de Sociologia Política de Curitiba. V. 19. 2011. Documento Eletrônico. Disponível em http://www.academia.edu/1281706/A_China_na_America_do_Sul_e_as_implicacoes_geopoliticas_do_Consenso_do_Pacifico_China_in_South_America_and_the_geopolitical_implications_of_the_Pacific_Consensus Acesso em 11 jan. 2015

VALENCIA, Adrian Sotelo. **Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial.** Em A América Latina e os desafios da globalização: Ensaios em homenagem a Rui Mauro Marini. Org. Adrian Sotelo Valência e Carlos Eduardo Martins. 2009. Boitempo Editorial. São Paulo.

XINBO, Wu. **China's geo-economic Power.** World Economic Forum Report. 2016. Documento Eletrônico. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_Geoconomics_with_Chinese_Characteristics.pdf>

YUEH, Linda. **'A New Era of Geo-economics: Assessing the Interplay of Economic and Political Risk'** IISS Seminar 23-25 March, 2012 SIXTH SESSION: Acting on Geo-economic and Strategic Risk China's 'Going Out, Bringing In' Policy: the Geo-economics of China's rise. Documento Eletrônico. Disponível em: <<http://www.iiss.org/en/events/geo-economics%20seminars/geo-economics%20seminars/archive/2012-4152/a-new-era-of-geo-economics-617d/chinas-going-out-bringing-in-policy-the-geo-economics-of-chinas-rise-a541>>

SHIXUE, Jiang. **China's New Leadership and the New Development of China-Latin America Relations**. 2015. Documento Eletrônico. Disponível em: <<http://www.worldscientific.com/doi/pdf/10.1142/S2377740015500074>> Acesso em: 08. Fev. 2016

ZHAO, Suisheng. **The China Model**. Journal of Contemporary China. 2010, Disponível em: <<http://gpepsm.paginas.ufsc.br/files/2014/11/The-China-Model.pdf>> Acesso em: 15. Abr. 2016.